+ Jogo do Pau **Arte e engenho** pg.33 / **A tecno-colonização da mente** pg.36 / Orgasmo negro **Poder do Silêncio** pg.37

mapa: Jornal de Informação Crítica

**Infografia:**
**Avanços da Indústria e resistências à exploração de petróleo e gás em Portugal**
pág. 20 e 21

NÚMERO 12
FEVEREIRO-ABRIL 2016
TRIMESTRAL / ANO IV
3000 EXEMPLARES
PVP: 1€
WWW.JORNALMAPA.PT

CADERNO:

# TERRA, TERRITÓRIO e TURISMO

**PÁGS. 14 A 17**
**COMPORTA: ENTRE OS ESPÍRITOS DA TERRA E DO TURISMO**

**PÁGS. 18 E 19**
**DEMOLIÇÕES NA CALDEIRA DE TRÓIA**

**PÁGS. 22 A 24**
**COLMEAL: A TERRA DO SILÊNCIO**

**PÁGS. 25 A 27**
**INTRODUÇÃO A UMA CRÍTICA RADICAL DO TURISMO**

O Jornal MAPA lança o olhar sobre a história de alguns lugares e da sua relação com o turismo. Neste pedaço de terra, entre o Atlântico e o Mediterrâneo, onde o turismo é o ingrediente dominante do modelo de desenvolvimento económico e social, é demasiado comum ver uma indústria turística que instrumentaliza o território, compartimentando-o em ofertas consumíveis e que, não raras vezes, adultera e silencia a própria memória dos locais.

Val K.

ESPECIAL:

## Urgência, emergência e excepção: Dicionário para os novos tempos

**Entrevista** Ce Qu'il Faut Détruire
**Opinião** Da utilidade do terrorismo
**Análise** Molenbeek, 'No Future' Armado
**Crónica** Felizmente continua a haver luar

O estado de emergência esconde um monte de urgências!

## A (renovada) corrida ao ouro negro
págs. 3 a 5

*Deep offshore* e a indústria petrolífera em mares nunca antes navegados.

## Novo Rui, velhos vícios
pág. 6

Das ruínas do quarteirão de D.João I nascem novas, mas velhas, políticas de reconstrução urbana.

# A guerra e o genocídio do povo curdo que a Turquia esconde e o mundo finge não ver

Rebecca Harms

**NUNO PEREIRA**

Há cerca de um mês atrás, numa rua de uma cidade que podia ser a nossa, vários grupos de pessoas são obrigados a refugiarem-se para fugir a um ataque militar com bombardeamentos aéreos por helicópteros. Procuram caves e abrigos que lhes permitam sobreviver. O acosso militar continua, a ajuda não chega, a comida não existe e, por fim, há poucos dias, até os prédios foram derrubados dando origem a um massacre ainda sem números definitivos, mas definitivamente agoniantes. Não foi na Síria. Mas sim no país que alberga o segundo maior exército da NATO: a Turquia.

Cizre, uma cidade curda do sudeste dessa chamada "Turquia" e perto das fronteiras com a Síria e o Iraque é, desde 14 de Dezembro, a imagem clara da guerra aberta que a Turquia, ou melhor, o Estado islâmico e fascista de Erdogan, declarou aos povos curdos onde quer que estivessem.

Desde as eleições de Junho de 2015 que o revanchismo dos perdedores do projecto político de uma Turquia presidencialista e islamita quebraram o cessar-fogo com as milícias curdas procurando alastrar o conflito a todo território do norte do Curdistão, actual Sudeste Turco. A atitude táctica e pragmática do PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão) de fugir ao isco e não declarar uma guerra aberta ao Estado turco, consciente da actual subserviência Ocidental à Turquia pela sua posição e papel na Síria, não impediu no entanto que grupos maioritariamente jovens, e sem nada a perder nem a esperar perante os agressores, se organizassem em unidades de auto-defesa.

Bairros, cidades e vilas foram cercadas, o recolher obrigatório declarado, comida e ajuda médica impedidas de entrar, tanques e snipers tomaram as ruas. Ataques e bombardeios que deixam claro o que isto é: uma guerra entre um Estado fortemente armado e uma população civil, praticamente indefesa. Ambulâncias e médicos são impedidos de entrar e socorrer feridos. Na melhor das hipóteses os corpos ficam espalhados pela rua. Na pior são arrastados por cordas atadas a carros policiais e militares para dar o exemplo. Neste contexto, várias cidades e municípios da região norte do Curdistão emitem declarações de autonomia e autogestão desafiando, enquanto poder político reconhecido com a dita legitimidade democrática, um governo central cada vez mais autoritário e militarizado que considera a guerra contra a sua população como uma estratégia ideal para assegurar a maioria absoluta na segunda ronda de eleições legislativas em Novembro do ano passado, que aconteceu "*por obra e graça de Deus*".

Assassinatos selectivos, como o do advogado de direitos humanos Tahir Elçi em Sur ou das militantes feministas Sêvê Demir, Fatma Uyar e Pakize Nayır em Silopi, são acompanhados por uma matança indiscriminada da população. Só porque são Curdos. Ou Alevis. Ou feministas. Ou professores. Ou não são do partido no poder, o AKP. Para o Mundo, ignorante e cúmplice, isto trata-se apenas de mais um qualquer país árabe a braços com uns terroristas quaisquer. Com a peculiaridade de estes serem aparentemente comunistas e os mesmos de há mais de 30 anos.

E para os turcos? A Turquia enquanto país existe desde 1923, apenas 25 anos a mais do que Israel. A definição das suas fronteiras foi feita à custa da vida de povos não turcos: arménios, assírios, gregos, curdos, entre outros. Este período de declarada (ainda que não assumida) política genocida é celebrado e relembrado como o ponto áureo da nova identidade turca. Tanto o exacerbar deste ultra-nacionalismo alinhado com o nacional-socialismo do III Reich, como as actuais correntes dominantes de um islamismo sectário e igualmente genocida são usadas à vez ou num cocktail de propaganda estatal que confere legitimidade e aceitação generalizada numa população cada vez mais aterrorizada, amordaçada ou convertida por esse mesmo aparelho estatal. Dezenas de jornais, canais de televisão e médias alternativos foram fechados, ilegalizados ou simplesmente incendiados. Centenas de jornalistas, nacionais ou estrangeiros, foram mortos, detidos, raptados, expulsos ou impedidos de realizar o seu trabalho. Organizações políticas proibidas, partidos que viram as suas sedes invadidas e revistadas e incendiadas, advogados assassinados, minorias religiosas perseguidas. Nos parâmetros de qualquer mediano e incrédulo democrata, a Turquia já passou para lá das barreiras de um Estado fascista há muito. Mas na realidade o sultanato de Erdogan é bem pior. É a face moderna do projecto do Daesh, um Estado islâmico, fascista e genocida, ponta de lança necessária à civilização ocidental para a defesa de três das suas bases: a indústria do armamento, a indústria petrolífera e as rotas de narcotráfico. E o mundo, distraído, aplaude.

# De anarquistas a fantoches, em Espanha todos são terroristas

Após os atentados de Novembro em Paris rapidamente se percebeu que a declaração do presidente Hollande *"A França está em guerra"* não ia dirigida àqueles "bárbaros" do Estado Islâmico mas sim a toda a dissidência política. No entanto, se em França esta deriva para o totalitarismo securitário ainda apanhou muita gente de surpresa, em Espanha o discurso anti-terrorista já é usado como bode expiatório para todo o tipo de abusos indiscriminados por parte do aparelho repressivo, praticamente desde que se estabilizou o período conturbado da transição da ditadura à democracia. O recente episódio, amplamente mediatizado, da detenção de dois artistas dum espectáculo de fantoches acusados de apologia do terrorismo por exibirem um cartaz com o jogo de palavras *"Gora Alka Eta!"*, só veio evidenciar que o excelente estado de saúde e de madureza da democracia espanhola já não tem nada a invejar aos melhores dias da ditadura. Desde Dezembro de 2014 tiveram lugar três grandes operações contra o movimento anarquista, centradas em Barcelona e Madrid: dezenas de detidos, diversos centros sociais arrombados e milhares de euros de fianças. No fim de 2015, em Barcelona, duas pessoas foram detidas à porta de casa e outras 16 chamadas a declarar pela participação em piquetes à porta do El Corte Inglés, dentro de uma campanha de boicote a estes armazéns. *"A liberdade é o crime que contém todos os crimes"* e nestes momentos em que a economia já não é capaz de distrair a maioria dos despojados, a liberdade é o crime que qualquer Estado está obcecado em perseguir. **C.D.**

# A (renovada) corrida ao ouro negro

A reboque das inúmeras concessões e projectos para a extracção de gás e petróleo em Portugal, termos como *offshore* e *deep offshore* impõem-se no léxico do quotidiano. O modelo energético da indústria dos combustíveis fósseis assenta, em parte, no mar e nas suas "riquezas".

**GRANADO DA SILVA**
**TERCERO**
**GUILHERME LUZ**

Seguindo o mau exemplo das grandes potências, o governo português tem atribuído um número crescente de concessões para a exploração de gás e petróleo, bem como para a extracção de minérios, num momento no qual o consenso científico aponta para a necessidade de um investimento decidido e urgente em energia renovável, com o consequente afastamento da extracção de hidrocarbonetos.

Em Portugal, o interesse no desenvolvimento da exploração petrolífera é já bastante antigo, remontando as primeiras concessões ao final dos anos 30 do século passado. Desde então os locais dedicados à exploração multiplicaram-se, com um crescente enfoque no *offshore* (mar) e mais recentemente no *deep* e *ultra deep offshore* (mar aberto de alta profundidade). Existem concessões desde o litoral de Viana do Castelo (parte da Bacia do Porto) a Vila Real de S. António, (Bacia do Algarve) e de permeio por toda a Bacia Lusitânica, a mais explorada das três as chamadas "bacias interiores, por oposição às cinco bacias exteriores localizadas em águas profundas - que compõem a nossa costa.

O interesse no *deep e ultra deep offshore* adquiriu nos últimos anos um renovado vigor em Portugal, nomeadamente graças a descobertas recentes ao largo da Mauritânia, Marrocos e Irlanda e à analogia geológica entre as bacias canadianas e portuguesas, que reforçam a convicção da indústria de que as bacias sedimentares ao largo da costa nacional e em mar alto, nomeadamente na ZEE (Zona económica exclusiva voltaremos a este conceito mais adiante), podem revelar jazidas significativas de petróleo e gás, à semelhança do que aconteceu no Brasil em 2007 com a descoberta do Pré-Sal.

Neste contexto é importante referir que embora as explorações em *deep e ultra deep offshore* não sejam à partida consideradas técnicas não convencionais de extracção, muitas delas podem implicar o uso de técnicas não convencionais, em particular as ligadas à exploração de camadas formadas durante o Jurássico Inferior. A distinção entre explorações convencionais e não convencionais é normalmente feita pelo contraste entre técnicas de perfuração tradicionais, onde o petróleo ou gás fluem naturalmente à superfície por pressão, e técnicas não-convencionais, onde o fluxo tenha de ser estimulado.

Independentemente de serem à partida consideradas convencionais ou não, a exploração em *deep* e *ultra deep offshore* é uma obra de engenharia de alta complexidade e, consequentemente, requer elevado capital de investimento, representando ao mesmo tempo um elevado potencial de risco em termos ambientais. Se somarmos a isto o facto de que algumas irão implicar o uso de técnicas de estimulação não convencionais (perfuração horizontal, estimulação química, termal ou outra) de forma a extrair os hidrocarbonetos encontrados, então os encargos e riscos tornam-se ainda maiores.

Este aumento de custos com investigação e com a infra-estrutura e tecnologia envolvidas tem que ver com o que poderíamos chamar, sucintamente, de fim do petróleo e gás fáceis, ou seja, de alto rendimento e fácil acesso. Devido ao consumo crescente e consequente esgotar das fontes clássicas e de fácil acesso, tornou-se necessário perfurar cada vez mais fundo e diversificar as fontes de hidrocarbonetos assim se percebe a emergência nos mercados globais do S*hale Gas* ou Gás de Xisto, das Areias Betuminosas, dos Hidratos de Metano, ou o enorme investimento no *ultra deep offshore*.

Este investimento é em grande parte sustentado com fundos públicos, com destaque para as grandes nações, através de apoios e colaborações em investigação, protocolos com universidades ou entidades internacionais ou mais genericamente através dos infames subsídios à indústria petrolífera, tendo como resultado a frenética corrida a novas técnicas de extrair gás e petróleo a que assistimos e na qual o renovado interesse pelas bacias sedimentares portuguesas se inscreve.

No âmago deste fenómeno está a ligação (pluri)umbilical forjada ao longo do século XX entre uma indústria, as corporações que a dominam, os Estados que as albergam e sustentam e os mercados financeiros. Assim, em vez reconhecer que já tarda a hora de uma revolução energética, de que os custos crescentes em termos financeiros e ambientais da exploração continuada dos hidrocarbonetos são apenas mais um sinal, a indústria petrolífera espalha ainda mais os seus tentáculos e contínua a sugar apoios financeiros, a monopolizar recursos e meios científicos, de forma a reforçar a sua posição (já de si hegemónica) no mercado. As populações, subjugadas e contidas no papel redutor de consumidores, espremidas pela crescente pressão de uma economia claramente desenhada para as explorar, são assim forçadas a aceitar o petróleo e quejandos como única matriz energética possível e a arcar com as suas consequências. Resulta disto que o investimento em energias renováveis não destrutivas (sendo as barragens um exemplo de uma fonte energética que, sendo renovável, pelo seu impacto ambiental não é sustentável) vai ficando para trás, assim como todo o potencial cooperativo, comunitário e horizontal que uma revolução energética limpa poderia apresentar. É evidente que a mudança de paradigma energético se apresenta ao mesmo tempo como potencial momento transfigurador da forma como os povos produzem e consomem energia: de consumidor e cliente passivo sujeito à ditadura das grandes corporações do sector, o indivíduo e as comunidades podem passar a produtores e fornecedores de energia renovável.

Este aspecto, que frequentemente fica em pano de fundo relativamente às consequências ambientais que enfrentaremos consequências essas que um volume cada vez maior de investigação indicia que poderão ser ainda mais dramáticas do que as já de si catastróficas apresentadas nos relatórios e modelos do IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change)* – é talvez aquele que melhor ajuda a perceber a postura de combate assumida pela indústria petrolífera contra o que considera ser uma ameaça ao seu modelo de negócio.

Essa posição tornou-se ainda mais evidente quando recentemente foram publicadas peças de investigação jornalística que revelaram claramente que a indústria petrolífera sabia já nos finais dos anos 70, através de investigação por eles realizada, que o planeta estava a aquecer fruto da acção humana e que não só suprimiu essa informação como passou activamente de então para a frente a financiar um esforço concertado para desacreditar a teoria de aquecimento global.

Para entendermos melhor o entrecruzar de interesses e influências entre corporações e Estados

A história do *deep offshore* começa nos anos 60 quando é iniciado um programa de recolha de amostras do subsolo marítimo a que chamaram de Deep Sea Drilling Project que se estendeu até 1983.

devemos orientar o nosso olhar brevemente para o passado e percurso da indústria.

A história do *deep offshore* começa nos anos 60 quando é iniciado um programa de recolha de amostras do subsolo marítimo a que chamaram de *Deep Sea Drilling Project* que se estendeu até 1983. Em 2006/2007 os documentos do programa foram apresentados no *Ocean Drilling Program Science Operator*, na Universidade do Texas. O planeamento foi realizado sob a égide da *Joint Oceanografic institutions for Deep Earth Sampling* (JOIDES), que consistia num esforço de 250 cientistas, agências governamentais e indústria privada de todo o mundo. Em pouco mais de dois anos perfuraram o Atlântico, o Pacífico e o Índico mas também o Mar Mediterrâneo e o Mar Vermelho. Embora o programa fosse promovido e financiado por organizações públicas e o seu intuito fosse a investigação científica, a colaboração com a indústria petrolífera era estreita e um dos primeiros resultados de relevo foi a detecção de cúpulas salinas que indiciavam a provável presença de reservas petrolíferas, prontamente partilhada com a indústria. É interessante notar que estes esforços coincidem, *grosso modo*, com as datas avançadas pelo geofísico M. King Hubbert na sua teoria publicada uma década antes, que previa um pico de produção norte-americana entre 1965 e 1971, ao qual se sucederia um declínio o chamado pico do petróleo.

Na ordem do dia das novas apostas da indústria petrolífera está também o Pré-Sal, uma camada abaixo da camada de sal no subsolo atlântico, que foi descoberta no Brasil, pioneiro da exploração deste tipo de petróleo. A Petrobras, que tem sido pioneira em perfurações deste tipo, confirmou a existência de reservas no Pré-Sal da baía de Santos em 2006 e realizou a primeira extracção em 2008. O primeiro grande poço, o poço Lula, a 250 km da costa perfurou a 8 Km de profundidade, 2 Km de água e 6 Km dentro do subsolo, e produz anualmente uma média de 30 mil barris de petróleo por dia, produção da qual a Petrogal (Galp) detêm 10%. É interessante notar que nos mesmos locais onde agora se perfura, nomeadamente na baía de Santos, se realizou prospecção extensiva no Pós-Sal, a camada acima da camada salina, sem resultados significativos. Foi apenas no início deste século que a evolução de tecnologias de mapeamento sísmico permitiu confirmar a presença de sistemas petrolíferos abaixo da camada salina. Hoje, mais do que nunca, o petróleo provindo do Pré-Sal é crucial para o desenvolvimento e a vitalidade comercial das energias fósseis, juntamente com o gás de xisto e as areias betuminosas.

Da mesma forma os campos de Pré-Sal brasileiros levaram à descoberta dos campos da bacia do Kwanza e do Namibe, descobertas na Mauritânia, Marrocos e Irlanda reforçam a ideia de que a natureza

EPI2oh

**A explosão da plataforma Deepwater Horizon, da Transocean, operada pela BP no Golfo do México em 2010, resultou num derrame de crude de grandes proporções e na morte de 11 pessoas.**

das estruturas geológicas na ZEE portuguesa revelam potencial. A placa ibérica, parte da placa euro-asiática separou-se da placa norte americana no período Aptiano (de 113 a 125 milhões de anos, no Cretáceo Inferior) o que aponta para analogias entre a composição das bacias sedimentares nacionais e da bacia sedimentar do oeste do Canadá, uma das mais ricas do mundo em recursos petrolíferos. É este facto que justifica o interesse redobrado das petrolíferas que, naquelas zonas, têm obtido resultados encorajadores.

A investigação que conduz ao momento presente naturalmente já vem de trás e sem surpresa é fruto de cooperação internacional. Entre 1985 e 2003 iniciou-se uma nova investigação conhecida como *Ocean Drilling Program* (ODP), que mais tarde é apelidada de *Integrated Ocean Drilling Program* (IODP) que sucedeu ao anterior *Deep Sea Drilling Project*.

No âmbito deste programa, Portugal tinha assinaladas cinco perfurações na Bacia do Porto. Realizaram-se também perfurações na Bacia de Cádis que anunciavam boas perspectivas para o futuro das energias fósseis, como se confirma com o actual investimento nas concessões da vizinha Bacia do Algarve. Todo este trabalho é organizado pela IODP que desenvolve as suas expedições segundo as propostas do plano cientifico *Illuminanting Earth's Past, Present, and Future, (Plano Científico para o Programa Internacional da Descoberta dos Oceanos)*. As amostras retiradas do fundo do mar no âmbito do IODP estão armazenadas nos EUA, Alemanha e Japão, e são ainda hoje utilizadas.

Ao analisar o que está a acontecer em Portugal é inevitável cobrir a questão da ZEE e do seu alargamento. A Zona Económica Exclusiva de Portugal e a proposta para o seu alargamento, actualmente em fase de avaliação na ONU, é um ponto central na relação do Estado português com o mar e também um dado importante para compreender a recente invasão da indústria petrolífera. Muito sucintamente, uma ZEE constitui uma zona de espaço marítimo para além das águas territoriais de um dado país, sobre a qual o Estado em causa não possui soberania mas detém os direitos de exploração dos recursos naturais que lá se encontrem. As potencialidades dos recursos naturais na ZEE portuguesa são grandes e por isso, em 2009 Portugal apresentou a proposta de alargamento da sua ZEE às Nações Unidas. O objectivo, naturalmente, é poder exigir os direitos económicos dos recursos naturais a serem extraídos do subsolo na sua propriedade.

O alargamento é possível devido a uma resolução das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que possibilita a qualquer Estado, ao abrigo da Lei do Mar, a alargar a área da plataforma continental além das 200 milhas (321 Km) de acordo com critérios geológicos e jurídicos estabelecidos. Até 2014 foram apresentadas, nas Nações Unidas, 72 propostas de extensão da plataforma continental. A proposta portuguesa para extensão dos limites exteriores da plataforma continental prevê que Portugal ganhe um total de quase quatro milhões de quilómetros quadrados de área sob soberania nacional. Se as Nações Unidas considerarem por válida a argumentação de Lisboa, a extensão da ZEE portuguesa passará das 200 para as 350 milhas náuticas (563 km).

O alargamento é possível devido a uma resolução das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que possibilita a qualquer Estado, ao abrigo da Lei do Mar, a alargar a área da plataforma continental além das 200 milhas (321 Km) de acordo com critérios geológicos e jurídicos estabelecidos.

No total, a área dos novos domínios marítimos portugueses ultrapassa 3.800.000 quilómetros quadrados: desses, 1.600.000 correspondem à ZEE (a 3ª maior da Europa e 11ª mundial) e 2.150.000 à plataforma continental para lá das 200 milhas. A proposta será discutida em 2016 pela Comissão de Limites da Plataforma Continental. Crucialmente, a proposta, só por si, já permite a Portugal exercer os seus direitos de soberania sob o solo e subsolo marítimos no que toca à exploração dos recursos naturais.

Naturalmente, falando em recurso territoriais não podia deixar de existir uma disputa, previsivelmente, com Espanha. O país vizinho contestou os limites a sul propostos pela extensão da ZEE, defendendo que o limite devia ser equidistante entre a Madeira e as Canárias, mas Portugal contra argumentou com a presença das pequenas Ilhas Selvagens. Em 2013 Espanha reagiu ao pedido português através de uma reclamação oficial sobre o estatuto das Ilhas Selvagens na Divisão para os Assuntos do Oceano e da Lei do Mar, na ONU. Para Portugal as Selvagens são Ilhas, o que permite que a sua ZEE se estenda a sul das ilhas. Pelo contrário se fossem considerados meros rochedos, tal como Espanha pretendia, a sua ZEE absorvia as Ilhas Selvagens e Portugal perderia os direitos de exploração em redor dos rochedos espanhóis. No final de 2001 o governo espanhol publicou um Decreto Real (norma jurídica de uma monarquia parlamentar) que concedia à Repsol-YPF a permissão para a investigação de petróleo e gás nas águas da Canárias. No início de 2015 a Repsol deu por finalizada a sondagem nas Canárias, a 60 km de Lanzarote para confirmar a existência de Hidrocarbonetos. As sondagens confirmaram a existência de gás, entre metano e hexano.

As Selvagens são importantes porque abaixo dos 4.000 metros de profundidade das águas em seu redor, são procuradas jazidas de minérios, gás natural e de outros recursos naturais do mar como pesca e algas. A disputa acabou com Espanha a declarar, recentemente, na ONU que não *tem objecções ao projecto português*. Uns dias antes Portugal tinha declarado que *não se opunha a* que a ONU se pronuncie sobre a proposta da ZEE espanhola para Oeste das Canárias. Um acordo de cavalheiros ou uma troca de contrapartidas entre os interessados europeus?

Depois de se conhecer o apoio de Portugal a Espanha, Marrocos relembrou à ONU que as Canárias estão dentro das águas do Saara Ocidental e que as Canárias não são moeda de troca. Na verdade, na região do Saara Ocidental, o povo Saraui esteve em guerra com Espanha em 1973-1974 e com Marrocos de 1975 e 1991 (oficialmente) porque até hoje o povo Saraui e a Frente Polisário resistem à ocupação da região pelo Reino de Marrocos.

Os recursos naturais que Portugal quer explorar e que se prevê que existam dentro na nova plataforma continental são, entre outros, o ouro, manganês, cobalto, titânio, elementos das terras raras, telúrio, metais do grupo da platina, níquel, cobre, zinco e cobalto. Até 2020 Portugal vai receber mil milhões em fundos comunitários para investir no desenvolvimento dos seus recursos marítimos através do Programa Operacional do Mar, Mar 2020, aprovado em 2014 pelo governo PSD-CDS com apoio do PS. Para além disso existe também interesse na produção de algas, aquicultura e, obviamente, petróleo e gás. A *Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental* (EMEPC) assinala na sua página que *a ocorrência de petróleo no* deep offshore *se encontra maioritariamente localizada próximo das margens geológicas continentais*. Os primeiros testes *offshore* em Portugal foram realizados dentro dos limites dos 200 metros da costa, conhecidos como *shalow offshore* (*offshore* pouco profundo) na Bacia do Porto, havendo quatro concessões em avaliação. No Algarve as concessões iniciaram-se no mar mas já chegaram a terra, o que indica a homogeneidade geológica na Bacia do Algarve quer em terra, quer no mar, como acontece também na Bacia Lusitânica, e assim sendo as petrolíferas privilegiam explorar o *deep offshore* mais próximo da costa possível, onde acreditam haver os melhores reservatórios de petróleo.

Ricardo Stuckert/PR

**Sergio Gabrielli, então presidente da Petrobras com o então presidente brasileiro Lula da Silva, em 2008.**

## A CORRIDA AO OURO

Focando este último ponto, entre as inúmeras concessões aprovadas ou em perspectiva em Portugal para a prospecção e exploração de petróleo contam-se diversas que terão lugar na região algarvia **[para uma listagem de concessões e zonas de interesse consultar infografia nas páginas centrais]**.

Para Outubro está previsto o início das perfurações em alto-mar, dado este que surpreendeu a região algarvia e que tem suscitado protestos em diversos quadrante políticos e sociais. Em sentido inverso, apesar das expectativas das petrolíferas e dos seus apologistas, o governo PS anunciou no dia 26 de Janeiro passado que não iria avançar com o concurso público para as sete novas áreas *offshore* na Bacia do Porto e na Bacia do Algarve, anunciadas pelo governo anterior.

Mas nem tudo são boas notícias. O consórcio formado em 2014 pelas empresas Eni e Galp revelou recentemente o início das perfurações para 2016 na Bacia do Alentejo, depois do abandono das concessões pela Petrobras em 2013. Simultaneamente, a Galp desenvolve outros trabalhos no mar Português com a Eni. A zona marítima ao largo do Porto contará com seis concessões: quatro em águas pouco profundas e duas no *deep offshore*, num processo já iniciado em 2015.

No o*ffshore* algarvio estudam-se também os chamados Vulcões de Lama com hidratos de metano, descobertos ao largo da costa portuguesa, entre os Açores e Gibraltar. Situados a 180 km a Sudoeste do Cabo São Vicente a uma profundidade de 4.5 Km, ocupam uma extensão de 15 km. Os cientistas que integravam a expedição do projecto SWIMGLO, uma parceria entre o Instituto Português do Mar e da Atmosfera e várias Universidades dizem *ser uma possível, e muito importante, fonte de energia do futuro*. Defendem também que a descoberta se pode prolongar para oeste e ocupar uma extensão maior do que a actualmente reconhecida.

Luís Pinheiro, coordenador do projecto, esclarece que *"o facto de encontramos gás ao longo da zona de falha dos Açores-Gibraltar alarga muito a nossa expectativa de encontrar mais depósitos nessa área"*. Esclareceu ainda que a tecnologia para os explorar está a ser desenvolvida para que um dia se possa explorar como *se faz hoje com o gás natural*.

Os riscos a curto prazo destas iniciativas são evidentes. Na Indonésia, em 2006, o maior vulcão de lama do planeta entrou em erupção cuspindo lama a ferver. A erupção continua até hoje mas no seu auge, o desastre que ficou conhecido como *Lusi Mud Eruption,* levou a que povoações inteiras ficassem soterradas, tendo deixado 40.000 pessoas sem casa ou terras. A empresa petrolífera a operar na região apontou causas naturais mas em meados de 2015 um grupo de cientistas emitiu um comunicado publicado na revista *Nature Geoscience,* em que afirmava conclusivamente que, com base em leituras e dados obtidos no local, a erupção foi causada pelas perfurações hidráulicas no poço de exploração Banjar-Panji-1, a cerca de 150 metros do vulcão.

Da mesma forma, o *offshore* não está também imune a acidentes. Para citar apenas um exemplo de muitos, basta recordar um dos piores acidentes ecológicos de sempre, a explosão da plataforma *Deepwater Horizon*, da Transocean, operada pela BP no Golfo do México em 2010. Um acidente que causou um tremendo e duradouro impacto ambiental, além de causar 12 mortes e 22 feridos entre o pessoal afecto à plataforma. Para a dimensão do desastre e as dificuldades em pará-lo contribuiu decisivamente a localização da plataforma e a profundidade a que se perfurava. As melhores previsões apontam décadas até que, em condições ideais, o ecossistema local recupere.

> Na ordem do dia das novas apostas da indústria petrolífera está também o Pré-Sal, uma camada abaixo da camada de sal no subsolo atlântico, que foi descoberta no Brasil, pioneiro da exploração deste tipo de petróleo. A Petrobras, que tem sido pioneira em perfurações deste tipo, confirmou a existência de reservas no Pré-Sal da baía de Santos em 2006 e realizou a primeira extracção em 2008.
>
> Até 2020, Portugal vai receber mil milhões em fundos comunitários para investir no desenvolvimento dos seus recursos marítimos através do Programa Operacional do Mar, Mar 2020, aprovado em 2014 pelo governo PSD-CDS com apoio do PS.

Quanto ao *Fracking* ou Fractura Hidráulica, são inúmeros os problemas documentados associados a esta técnica de perfuração. Apesar da propaganda da indústria, casos de contaminação aquífera, fuga de líquidos à superfície e aumento da actividade sísmica associada à exploração repetem-se. Vários estudos, entre os quais o mais vasto feito até hoje, publicado na revista *Science* em Junho de 2015, comprovam a ligação entre o *fracking* e o aumento da actividade sísmica. Basta referir a título de exemplo que no Oklahoma, estado onde a indústria está fortemente implantada, a média anual era de dois terramotos de magnitude 3 ou superior por ano. Desde a introdução e expansão do *fracking* os números dispararam: só em 2012 foram registados 538.

Para onde quer que olhemos, os acidentes e desastres sucedem-se, a imensa maioria não recebendo qualquer atenção mediática.

Há cerca de dois meses foi detectada uma fuga de metano de grandes dimensões, num poço de armazenamento em Alyson Canyon na Califórnia. É frequente a prática de armazenar gás natural em poços de petróleo esgotados. Essencialmente a estrutura alveolar anteriormente ocupada pelo crude ou gás é novamente preenchida por gás a alta pressão. Estas fugas são notoriamente difíceis de controlar. Neste caso concreto já foram libertadas mais de 1.000 toneladas de metano para a atmosfera, cerca de 22.000$m^3$ ou o equivalente às emissões de todo o estado da Califórnia. As previsões apontam a que possam ser necessários mais dois meses para conseguir selar a fuga. O desastre, que já foi caracterizado como o maior desastre ambiental desde o *Deepwater Horizon* o metano é um gás de estufa muito mais poderoso que o dióxido de carbono - já levou à evacuação de milhares de pessoas na região e as autoridades estão em estado de alerta para a presença de outros gases ainda mais nocivos que possam estar a ser libertados em concentrações baixas mas que a médio e longo prazo possam ter graves consequências para a saúde dos afectados.

Apesar destas questões e do consenso científico acerca da necessidade de mudar urgentemente de rumo no que toca à produção energética, alguém como António Costa Silva, presidente da *Partex Oil and Gas* e um dos principais defensores da exploração de petróleo em Portugal, permite-se considerar que cerca de 40% do petróleo conhecido está ainda no subsolo e, subentenda-se, é preciso arregaçar as mangas. O reverso desta medalha é que é fundamental ter muito claro que técnicas com a fractura hidráulica ou o *ultra deep offshore* representam uma investida da indústria petrolífera com vista à sua sobrevivência e manutenção, com consequências gravíssimas para todos, a curto e, acima de tudo, a longo prazo. Além de, no caso da primeira, permitir extrair gás de xisto e outros hidrocarbonetos, permitem acima de tudo reabrir poços para extrair o que não era possível com as técnicas convencionas de extracção. É justamente o que estão a tentar fazer em Espanha nalguns poços abandonados, utilizando fractura hidráulica de baixa pressão. Isto corresponde a um padrão marcado na indústria onde o volume de descobertas em novas localizações praticamente estagnou, mas os volumes de produção mantêm um crescimento constante. Já em Portugal, estas técnicas permitem então reavaliar a agora promissora costa portuguesa.

As elites nacionais querem, mais uma vez, lançar-se à descoberta do mar, agora como então sob a máscara do progresso, com vista a uma patriótica independência energética que pouco ou nada trará ao seu povo que não sejam problemas. A última vez que o fez foi actor destacado no genocídio de povos indígenas e na destruição da riqueza cultural e humana que representavam. No séc. XXI as vítimas serão outras. Ao querer descobrir mais do seu mar, desta vez irá participar no festival de *ecocídio* global em curso contribuindo com a destruição de ecossistemas, espaços naturais e selvagens que vão resistindo, com o sacrifício de populações locais, oferendas no altar da exploração e consumo globais. A exploração de petróleo e gás coloca em causa todos os outros recursos que, em condições normais, permitiriam que localmente muitas comunidades fossem auto-sustentáveis e reforça a presença de uma indústria que está a contribuir activamente para a destruição acelerada dos ecossistemas de que todos dependemos, numa altura em que cada vez mais existem alternativas viáveis à sua existência.

# Novo Rui, velhos vícios

No passado mês de Julho de 2015, no Porto, iniciaram-se obras de demolição parcial do quarteirão de D.João I para o que Rui Moreira prometia vir a ser uma "praça pública". Partindo da análise do projecto e das instituições envolvidas, tenta-se perceber as implicações e as lógicas de toda uma política de reconstrução urbana.

**TEÓFILO FAGUNDES**
TEOFILOFANGUNDES@JORNALMAPA.PT

Zita Moura

No centro do Porto, ali entre o novamente municipal Rivoli e o futuramente renovado Bolhão, um quarteirão definha há décadas. A área delimitada pelas ruas Sá da Bandeira, Formosa, Bonjardim e Travessa do Bonjardim, conhecida por quarteirão de D. João I, sofreu um ciclo de abandono, desintegração, reconstrução e novo abandono que a transformou numa carcaça desfigurada e vazia. No passado mês de Julho de 2015, iniciaram-se obras de demolição parcial desse quarteirão para o que Rui Moreira, presidente da Câmara, prometia vir a ser uma "praça pública". Sabendo que qualquer cidade é uma sucessão de camadas arquitectónicas diferentes nas tendências e nos tempos e percebendo a importância da recuperação duma zona tão central da cidade, a reabertura deste quarteirão surge, à partida, como uma boa notícia.

Mas esta alegria de ver que há ruínas que podem voltar a viver não nos deve fazer aceitar a primeira solução que nos apresentem. Dizer que qualquer coisa é melhor do que coisa nenhuma é um argumento tão manipulador como afirmar que uma mina anti-pessoal é melhor do que uma bomba. Logicamente que ninguém o pode negar. Mas isso não transforma a mina anti-pessoal numa coisa necessariamente boa. O que é inegável pode, por vezes, ser uma falácia. Uma notícia aparentemente boa pode, depressa, transformar-se no início dum novo pesadelo. E esta tem sido a realidade na maioria das obras de reconstrução urbana. No Porto como em muitas outras cidades europeias, que se querem destinos turísticos mais do que locais de vida.

Vejamos então o caso concreto desta "praça pública". O projecto para o quarteirão de D. João I resulta duma parceria entre a Porto Vivo - Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) e a Interfundos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA, um fundo imobiliário privado pertencente ao BCP. Este fundo, que já investiu cerca de 16 milhões de euros em compras de imóveis, expropriações e licenças, prevê um investimento final que poderá chegar aos 46 milhões.

De acordo com os documentos disponíveis no site da SRU[1], o interior do novo quarteirão parece estar destinado a uma área relativamente vazia, com acessos minúsculos, potenciando a criação dum espaço desconexo do tecido urbano e já feito a pensar em ser fechado, pelo menos à noite, conforme acontece no quarteirão das Cardosas. As semelhanças com a reconstrução das Cardosas não se ficam, aliás, por aqui. Habitação de luxo (com aposta em tipologias superiores a T2), áreas comerciais (alguns espaços à superfície e um maior subterrâneo), estacionamento, praça interior, hotel, parceria público-privada, tudo parece um decalque à escala.

Um condomínio de luxo com uma praça para quem visita a cidade e que fecha à noite, não vão os portuenses querer usá-la. Um naco de Porto onde os abastados se possam dizer nativos. Um pedaço de Europa de onde os turistas possam partir em busca do pitoresco. Mais um exemplo da actual política de reabilitação urbana, herdada de Rui Rio (ou melhor, herdada do próprio Rui Moreira, anterior presidente da SRU, responsável, por exemplo, pelo projecto das Cardosas). Assente numa lógica que esquece o (re)alojamento de velhos e novos cidadãos do centro e que faz uma promoção imobiliária *prêt-à-porter* para um cliente abstracto de classe média alta. Uma política que privilegia o privado oferecendo-lhe o público e abandonando cada vez mais o comum. Que transforma o centro urbano em centro comercial, com marcas do capitalismo global a servirem de lojas âncora e praças de alimentação regional adaptadas ao gosto europeu. E que altera artificialmente o tecido social da cidade e lhe retira o carácter de local de vida, transformando-a em destino.

Um destino normalizado, como os destinos devem ser. Veja-se o seguinte: o Plano Director Municipal (PDM) do Porto classifica o quarteirão de D. João I como Área de Frente Urbana Contínua Consolidada, uma classificação que privilegia as intervenções de conservação e reabilitação dos edifícios existentes. Considerando-o um "caso *sui generis*", com "situações fortemente dissonantes", sem "qualidade patrimonial", a SRU justifica todas as demolições que está a levar a cabo. E dessa forma, com um mero conceito estético, determina que o PDM não é completamente aplicável e decide o desaparecimento de edifícios "dissonantes", calcula-se que para a criação, também de acordo com conceitos estéticos, de algo que se considere mais consentâneo. Esta possibilidade de uma noção particular de belo permitir a ultrapassagem dum plano municipal de ordenamento do território acaba por ser carta branca para qualquer desvario.

Ainda assim, e apesar de Álvaro Santos, presidente do conselho de administração da Porto Vivo, ter afirmado, no início do processo, que tudo seria "muito cauteloso", a verdade é que, passados quatro meses, apareceram notícias de destruição até de edifícios classificados. Foi o próprio vereador do urbanismo da Câmara Municipal do Porto (CMP), Manuel Correia Fernandes, quem, em Assembleia Municipal de 9 de Novembro, teceu acusações de violação do PDM. Perante isto, o presidente da CMP disse que quem entender que há violação do PDM "deve dirigir-se à SRU e reclamar".[2]

Mais do que deselegante, esta resposta soa a desonesta. Lembremo-nos de que, à altura destas declarações, a SRU era detida em 40% pela Câmara que passaria, pouco tempo depois, a detê-la na totalidade (uma municipalização feita no âmbito do designado "Acordo do Porto", anunciado a 15 de Julho de 2015). Uma SRU que age sem controlo, quase como se de um gabinete de urbanismo autónomo se tratasse. Que é, nas palavras de Correia Fernandes, "um buraco negro de informação na Câmara". Com poderes para adaptar um PDM às suas necessidades. E que parece preocupar-se com pouco mais do que facilitar a vida ao seu parceiro privado. Perante esta SRU, Rui Moreira, o autarca que, nas palavras de Álvaro Santos, com a sua atitude "pró-activa e facilitadora" se empenha para que este "projecto conheça a luz do dia", finge que não é nada com ele.

Lembremo-nos também de que Rui Moreira foi eleito presidente do Conselho de Administração da SRU em Abril de 2011. Manteve-se nesse cargo até Novembro de 2012. Lembremos ainda que o presidente da CMP tem um elemento por si nomeado na administração da SRU. No caso, Rui Loza, um homem de confiança que integrou a sua lista de candidatos. E não esqueçamos que Moreira preside a um executivo que tem como função zelar pela legalidade na cidade, nomeadamente no respeito pelo seu PDM. Fingindo que não é nada com ele, exibe a mensagem de que o projecto não pode ser questionado e deve avançar independentemente de tudo.

O discurso social de Rui Moreira nunca combinou com o seu passado de presidente da Associação Comercial do Porto - Câmara de Comércio e Indústria do Porto (entre 2001 e 2013) e o respectivo discurso do dinheiro. Por outro lado, o alheamento em relação ao processo do quarteirão de D. João I não cai bem em quem, desde sempre, defendeu e implementou esta noção de reabilitação urbana que dispensa os portuenses do seu centro. E o negócio da reconstrução, a higienização social e a transformação da cidade em destino turístico serão uma espécie de troika local que fará lucrar e sorrir os endinheirados. A estátua do autarca bom, tão facilmente edificável após uma década de obscurantismo de Rui Rio, mostra os seus pés de barro. Quando o que está em jogo é uma escolha política de fundo, o novo Rui, o Moreira, também decide sempre contra os de baixo.

"Um condomínio de luxo com uma praça para quem visita a cidade e que fecha à noite, não vão os portuenses querer usá-la. Um naco de Porto onde os abastados se possam dizer nativos. Um pedaço de Europa de onde os turistas possam partir em busca do pitoresco."

**/// NOTAS**
**1** www.portovivosru.pt/pdfs/proj_djoao_1.pdf
**2** http://goo.gl/c1ajWJ

Zé Fernando

# *JIHAD*, ‘NO FUTURE’ ARMADO

## Bélgica e as suas comunidades árabes radicalizantes

JOHAN DIELS

Não há nada no nome de Sint-Jans Molenbeek que sugira qualquer tipo de inclinação da sua população no sentido de travar uma *Jihad* contra a civilização ocidental e tudo o que ela representa. O nome é tão comum em flamengo como Famalicão em português. Ainda assim, as dezenas de pessoas que deixaram o local para participar na guerra santa, com as pistas de investigação sobre os atentados recentes a conduzirem repetidamente a Molenbeek, fizeram com que o lugar fosse considerado pelo mundo como um ninho de extremistas religiosos. Embora o tamanho da sua comunidade muçulmana seja proporcionalmente comparável a outros países da Europa Ocidental[1], como França ou Alemanha, a Bélgica fornece de facto muitos mais combatentes[2]. O que definiu o quadro de vida das comunidades árabes e a sua história precedente que possa explicar a adesão de, sobretudo, jovens muçulmanos, nascidos e criados na Bélgica, aos mais excessivos ramos intolerantes e violentos da religião pela qual estão preparados para enfrentar a morte?

### A VIDA IMIGRANTE URBANA

Quase metade da população muçulmana belga é de origem marroquina, outro quarto turca[3]. Enquanto os muçulmanos vivem em todo o país, mais de dois terços encontram-se nas cidades, muitas vezes concentrados em bairros específicos ou em subúrbios densamente povoados.

Molenbeek é uma dessas áreas periféricas situadas a oeste do centro de Bruxelas. A sua população é composta por 90% de imigrantes ou descendentes de famílias imigrantes, sendo o maior grupo de pessoas de origem marroquina[4]. Enquanto a realidade local pode não diferir muito das características gerais que definem a vida nas cidades noutros lugares, é aqui que a maioria dos indicadores sócio-económicos de pobreza, tais como rendimento e desemprego, dispararam. Além disso, ser um habitante pobre de Molenbeek geralmente também significa ser jovem, não ter diploma e partilhar essa condição com muitas outras pessoas numa pequena superfície. É especialmente na zona mais antiga e mais baixa de Molenbeek, mesmo ao lado de um canal que a separa do centro da cidade, onde a pobreza vai a par com a densidade populacional, a última atingindo mais de 25.000 habitantes por quilómetro quadrado[5], um valor comparável às áreas mais povoadas da Amadora perto de Lisboa[6].

### MOLENBEEK AO SERVIÇO DO CAPITAL

As questões sócio-económicas de Molenbeek remontam, pelo menos, a quatro décadas para cá. Como consequência do desenvolvimento das redes rodoviárias e da expansão do aeroporto na década de 70, muitas empresas mudaram-se para novos parques industriais. Outras relocalizaram os seus negócios para o estrangeiro em países com baixos salários. De repente, a maior parte das oportunidades oferecidas na década de 50 a milhares de trabalhadores imigrantes, atraídos pelo estado em acordos bilaterais com Marrocos e Turquia, mas também com países do Sul da Europa, como Itália e Portugal, desapareceram num ápice. Ao mesmo tempo, uma crescente classe média de belgas optaram por trocar a vida na cidade por uma casa decente na cintura verde, ou pelo menos na zona alta ocidental de Molenbeek. Os menos afortunados, que ficaram para trás, foram as pessoas mais idosas que tiveram de partilhar o bairro com uma grande quantidade de famílias imigrantes recém-chegadas atraídas pela queda abrupta das rendas, mas sem acesso aos postos de trabalho que costumavam ter.

A área mais pobre e mais antiga sofreu uma profunda falta de empenho político tal como revelaram os trabalhos de construção do metro em 1974, que esventraram literalmente o bairro. Ao longo de 500 metros, 170 casas foram demolidas e centenas de pessoas foram despejadas, enquanto nenhuma alternativa significativa lhes foi oferecida. Ruas foram completamente fechadas, o ar ficou saturado com poeira, o chão tremia com as explosões de dinamite e os choques das escavações[7]. As pessoas que se recusaram a sair foram intimidadas e de repente ficaram sem eletricidade. A brutalidade destas obras de construção, as circunstâncias económicas locais reforçadas pela crise global de meados dos anos 70, as alterações demográficas e o consequente empobrecimento de uma população imigrante em crescimento, fizeram de Molenbeek um terreno baldio esquecido, abandonado por qualquer interesse governamental.

Num documentário de 1987 da televisão pública, vemos assistentes sociais e membros de associações a trabalhar numa tentativa de recriar uma espécie de tecido social, conectando belgas idosos, que vivem na solidão, com a comunidade de imigrantes e ensinando competências técnicas aos jovens imigrantes[8]. Falam da exclusão institucional e da polícia racista e retratam uma realidade diária constituída por controlos de passaportes intensivos e repetidas rusgas em tascas lo-

**ESPECIAL**

## URGÊNCIA, EMERGÊNCIA E EXCEPÇÃO: DICIONÁRIO PARA OS NOVOS TEMPOS

Desde os atentados de Paris que a França vive sob o chamado estado de emergência, um regime de excepção inicialmente pensado para durar três meses e que concede livre trânsito para todo o tipo de medidas de vigilância e controlo sob o pretexto da luta contra o terrorismo. Na prática, as medidas antiterroristas têm servido para que o Estado francês possa, sem qualquer tipo de limitação, perseguir activistas, minorias étnicas e, em geral, as vozes incómodas e críticas. Previsivelmente, o governo de Manuel Valls propôs já estender novamente o estado de emergência por mais três meses. Publicamos, na presente edição, uma mini-série de artigos e testemunhos com o objectivo de furar a emergência imposta pelo Estado francês e que ameaça alastrar por toda a Europa.

cais. O documentário termina com um membro de uma comissão de bairro alertando para as consequências futuras para as segundas e terceiras gerações de jovens de famílias imigrantes nascidas na Bélgica. Retrospectivamente, e na sequência dos recentes acontecimentos, são avisos que tomam uma dimensão quase profética.

## MOTINS E A EXTREMA-DIREITA

Em 1991, na periferia de Bruxelas, eclodiram os primeiros motins de jovens árabes, que não seriam os únicos do género. O ministro da administração interna, um socialista, referiu como causa directa um *"controlo policial pouco jeitoso"* [9]. Os média deram grande destaque a esses acontecimentos, rotulando-os de *motins imigrantes*, que transformaram o *problema imigrante* - outro chavão da moda na altura - num problema nacional. Estes tumultos aconteceram apenas alguns meses antes das eleições nacionais, com sondagens prevendo um aumento acentuado do *Vlaams Blok* (Bloco Flamengo), um partido de extrema-direita e o único que foi visto por muitos como o único que realmente queria resolver o "problema imigrante". A previsão foi confirmada para além das expectativas. O *Vlaams Blok* conseguiu uma importante vitória nas eleições nacionais. Com uma fatia de 6.6% no bolo eleitoral, este resultado significou a transformação de um micro-partido racista num protagonista, instalando-se no parlamento, expandindo gradualmente a sua posição nos anos seguintes[10].

O partido viria a capitalizar esta vitória inicial de duas maneiras. Por um lado, tal como definido por lei, os lugares no parlamento dariam acesso a um financiamento muito mais elevado. Por outro lado, iria atrair o interesse das redes fascistas. Enquanto estas organizações se tinham tornado um tanto marginalizadas e mudado de nome nas décadas após a Segunda Guerra Mundial, sempre foram suficientemente grandes para preservar uma certa continuidade histórica, nutrindo-se de sentimentos nostálgicos para com os tempos organizados da colaboração nazi alemã. A ascensão promissora do *Vlaams Blok* ofereceu a estes grupos um propósito renovado e aumentou-lhes a confiança para ressurgirem em público. Como os líderes do partido eram figuras bem integradas na subcultura fascista, também foram capazes de aproveitar a capacidade de organização de algumas das suas facções para obter os recursos humanos necessários à máquina de propaganda.

Apesar desse conglomerado das redes fascistas fragmentadas subjacente à organização do partido, a sua estratégia visível iria ser continuar a usar as mais populares concepções racistas contra a comunidade árabe, sem se esforçar em polir o seu tom insultuoso. A imagem dos líderes do partido entre os seus eleitores era a de rebeldes, do e entre o povo, dando coices na pança do aparelho político. O seu discurso propagou-se com folhetos nas caixas do correio, durante actividades que procuraram reavivar as tradições flamengas, e por meio de acções que permitiram que os líderes beneficiassem da resultante atenção dos média. A detenção do assassino em série, Marc Dutroux, cidadão belga, em 1996, que abusara e assassinara várias jovens, também não foi de somenos importância nesta história. A consequente indignação pública, acusando a polícia, a justiça e o governo de incompetência, de corrupção e até mesmo de conspiração, provocou uma das maiores mobilizações da história belga. De

**Ser um habitante pobre de Molenbeek geralmente também significa ser jovem, não ter diploma e partilhar essa condição com muitas outras pessoas numa pequena superfície.**

certa forma, tudo se desenvolveu bem segundo o plano dos novatos políticos de extrema-direita.

Esta reformulação de uma velha estratégia em função do contexto actual provar-se-ia bem-sucedida, enquanto o *Vlaams Blok* expandiu gradualmente a sua posição eleitoral nos 15 anos seguintes. Isto fez com que este partido fosse amplamente considerando por ambos amigos e inimigos, como sendo a mais organizada e perigosa força de extrema-direita da Europa, que incluía no seu núcleo uma forte facção interna acalentando ambições fascistas reais, ainda que nunca verbalizadas publicamente.

## O APARELHO EM PÂNICO

Os partidos tradicionais do governo reagiram à agitação em Bruxelas e à vitória-chave do Vlaams Blok de uma forma que disfarçou mal o seu pânico. Pouco depois dos primeiros motins, meios financeiros federais foram disponibilizados para começar a abordar a integração dos imigrantes na sociedade belga. Além disso, foi concebido um acordo não escrito, o "cordão sanitário"[11], envolvendo os principais partidos políticos que recusavam qualquer aliança governamental com o Vlaams Blok. Este compromisso seria reafirmado por todos os partidos envolvidos em vésperas de eleições. Mas também, as segundas e terceiras gerações de imigrantes poderiam doravante tornar-se belgas mais facilmente e, eventualmente, em 2001, seria concedido o direito de voto nas eleições locais aos imigrantes, sem nacionalidade belga, mas com pelo menos cinco anos de residência na Bélgica. Supor-se-ia que um imigrante árabe não votaria em nenhum partido de extrema-direita. Assim, uma condição foi criada para ajudar a reduzir a percentagem total do Vlaams Blok no resultado final, especialmente nas eleições locais. Isto foi particularmente relevante em Antuérpia, onde os imigrantes eram numerosos e o Vlaams Blok estava fortemente enraizado.

Todavia, em Bruxelas, a influência do Vlaams Blok sempre permaneceu limitada, também por causa das suas aspirações separatistas flamengas, que mantiveram a comunidade francófona à distância. Mas posto que a extrema-direita foi colhendo votos concentrando-se constantemente no que chamou os "guetos árabes" e os seus problemas, os restantes partidos viram-se obrigados a dar uma resposta local. Em Molenbeek, isto significou a chegada de um novo presidente de câmara, Philippe Moureaux, um político de peso do partido socialista de quem se dizia que entendia o seu eleitorado. Este ex-ministro da administração interna poderia explorar a sua complexa rede política para atrair fundos, que ficaram disponíveis em consequência da então recente renovação das fronteiras administrativas, e começar a tratar dos problemas alarmantes da habitação, educação e acesso ao emprego..

## A PERCEPÇÃO IMIGRANTE

Philippe Moureaux, com os meios disponibilizados a nível nacional e outras circunstâncias benéficas, viria a trazer algumas melhorias tangíveis para Molenbeek que levantariam o véu sobre as margens afiadas da miséria diária da pobreza e opressão proletária a que sua população foi sujeita. No entanto, o contexto hostil e xenófobo moldado pela sólida presença da extrema-direita continuaria presente em bairros de todas as cidades belgas e não apenas em Bruxelas. Além disso, a reacção do governo para melhorar a vida da população podia ser facilmente interpretada como motivada pelo oportunismo político ou até puro sobrevivencialismo, e configurou um tom de desconfiança e de polarização entre as comunidades imigrantes, que ressoariam na sociedade belga durante os anos seguintes.

## ENTRETANTO EM ANTUÉRPIA

Dez anos após os primeiros motins, que se iriam continuar a despoletar regularmente, e com o Vlaams Blok no seu auge, outro partido político emergiu. Nas eleições regionais de 2000, o Vlaams Blok, em Antuérpia – a segunda maior cidade da Bélgica - alcançou uns surpreendentes 33% dos votos, tornando-se assim localmente o maior partido[12]. A visão de Philip Dewinter, futuro candidato a presidente da câmara da cidade, ideólogo do partido e o elemento mais radical da liderança, foi-se transformando progressivamente num cenário plausível. É neste contexto que a Liga Árabe Europeia (LAE), sediada em Antuérpia, aparece em palco, determinada a recolher os votos das comunidades árabes de Antuérpia e de outras cidades[13, 14].

O eloquente líder da LAE de origem libanesa, Abou Dyab Jahjah, fluente tanto em flamengo como em árabe, agregou rapidamente à sua volta um grupo de membros da comunidade árabe. Inspirado por Malcolm X e adoptando um semelhante tom provocativo e intransigente, desafiou não só a extrema-direita, mas criticou também os outros partidos e suas políticas de "racismo de esquerda". Com isso referia-se à pressão da assimilação forçada como um pré-requisito para obter a nacionalidade belga, defendendo, por sua vez, um processo de integração baseado na manutenção da identidade cultural. Foi um período volátil, tanto na Europa como fora dela, com uma série de mobilizações internacionais, muitas vezes transformadas em motim e revolta, tendo como alvo os símbolos do poder corporativo e do aparelho político. A LAE, numa aliança pragmática com o partido comunista, procurou conexões com esses movimentos.

Foi então, quando os dois aviões embateram no World Trade Center em 2001, que uma engrenagem foi posta em movimento, levando os EUA a atacar o Afeganistão no mesmo ano e a invadir o Iraque em 2003. Por seu lado, Jahjah não se absteve de ligar o seu discurso a estes acontecimentos maiores. O seu evidente anti-sionismo e a defesa da luta armada palestiniana criaram graves tensões com a comunidade de 20.000 judeus ortodoxos de Antuérpia. Essa tensão culminou com o estrago infligido por jovens árabes a lojas de judeus, na noite seguinte aos exércitos norte-americano e britânico começarem a invadir o Iraque em 2003. Mais tarde, em reacção à ocupação do Iraque, Jahjah salientou que qualquer soldado dos EUA ou do Reino Unido, conforme estabelecido pelo direito internacional, era um "*alvo legítimo da resistência*", uma posição que reafirmou recentemente[15].

É óbvio que estas posições não pro-

porcionariam à LAE muitos amigos políticos. A estratégia para lidar com a LAE como a primeira força política árabe organizada tornou-se clara uma noite de Novembro de 2002. Em Borgerhout, num distrito oriental da cidade de Antuérpia, onde se concentram principalmente famílias marroquinas, um homem de 66 anos mata um professor de 27 anos, Mohammed Achrak. Uma marcha, iniciada por amigos e vizinhos, acaba em confrontos com a polícia. Jahjah aparece em primeiro plano, e fala com o comandante da polícia da cidade. Os políticos sugerem que Jahjah teria desempenhado um papel importante nesses tumultos. Dois dias depois do assassinato, enquanto a situação ainda estava efervescente, o primeiro-ministro apelava à detenção imediata de Jahjah. O mandado é emitido e Jahjah é preso, horas depois acusado de incitação a tumultos e formação de milícias privadas. Esta última acusação refere-se a grupos de árabes que seguiriam e observariam a polícia para registar actos de comportamento racista. As acusações foram finalmente levantadas com base na ausência de provas.

A LAE e, em 2004, o seu sucessor, o Partido Democrata Muçulmano (MDP), que iria trabalhar de forma independente dos comunistas após o fracasso eleitoral de 2004, foram ambos condenados a uma vida curta. Provavelmente, nem o LAE, nem o MDP apelaram aos árabes mais idosos que preferiam dar expressão à sua cultura e religião de uma forma mais privada e discreta. Em 2006, Abou Jahjah foi para o Líbano quando as forças do Hezbollah confrontaram as tropas israelitas. No mesmo ano, a França ficou em estado de emergência quando motins massivos de imigrantes incendiaram os subúrbios de Paris durante semanas. As circunstâncias da altura e o impacto deste movimento de despertar de uma consciência política e cultural entre jovens árabes não podem provavelmente ser subestimados. Mas, com a desintegração da LAE, os olhares viraram-se para Osama bin Laden que se havia tornado o próximo ícone em linha, que iria estimular a imaginação dos adolescentes árabes claramente em busca de uma identidade. Uma identidade que, nessa altura mais do que nunca, poderia pouco provavelmente compor-se com elementos da cultura flamenga.

## SHARIA4BELGIUM

Em 2010, um grupo de Muçulmanos árabes interrompe uma apresentação do escritor holandês Benno Barnard na Universidade de Antuérpia. Revelaram-se como representantes da organização sharia4belgium, pregando a insurreição e a Jihad, pretendendo implementar a Sharia - Lei Islâmica - na Bélgica[16]. O seu discurso, de natureza tão excessiva, quase surreal, foi dificilmente percebido como algo que pudesse apelar a qualquer faixa considerável da comunidade árabe. No entanto, várias dezenas de pessoas juntaram-se para formar um núcleo duro, das quais a maioria iria para a Síria a dada altura.

Quando as primeiras pessoas começaram a ir para a Síria, inicialmente a atitude do governo belga foi passiva. Em primeiro lugar, estas partidas foram consideradas como proveitosas à redução dos crimes. Além disso, ainda era um momento em que os países ocidentais continuavam a tentar perceber como se posicionar em relação ao regime de Assad. Nesse ponto, qualquer factor desestabilizador era visto como um recurso conveniente. Eventualmente, foram os serviços de segurança nacionais que ficaram preocupados quando os belgas árabes regressaram às suas comunidades, trazendo histórias, experiências e conhecimentos do combate armado para casa.

O verdadeiro papel da sharia4belgium no recrutamento de combatentes para o EI ou para a Al-Nusra (Al-Qaeda na Síria) tem recebido muita atenção. De alguma forma, parece fácil imaginar como uma combinação de propaganda inteligente na Internet, a presença de uma figura carismática e o encorajamento mútuo entre amigos do mesmo bairro moldam um desejo colectivo de aventuras emocionantes, que só se torna mais atraente num contexto nitidamente contrastante com uma história de pobreza social e de estigmatização. Quando um número de telemóvel estrangeiro é então subtilmente repassado no momento certo, seja através do Facebook ou uma pessoa conhecida, de repente o desejo torna-se um cenário concreto alcançável. Os casos de Molenbeek e Borgerhout e suas comunidades radicalizantes podem ser considerados à mesma luz. Podemos imaginar como as comunidades, particularmente mal tratadas, num reflexo defensivo se fecham sobre si mesmas, transformando uma ideologia religiosa tolerante em fundamentalismo.

## O MUNDO NO BAIRRO

No entanto, há factos que distorcem um pouco a imagem previamente esboçada. Primeiro, há os números. Ao considerar a quantidade de combatentes na Síria com residência belga, tudo indica que cidades flamengas relativamente pequenas fornecem mais combatentes que Molenbeek, pelo menos proporcionalmente ao tamanho das suas comunidades locais[17]. Este facto é ainda complementado por outro: as pessoas que no geral optam pela luta armada insurgente - como aqueles que realizam ataques suicidas - não vêm necessariamente dos contextos mais pobres[18]. Isto também se confirma a partir das escassas informações sobre o perfil dos combatentes que realizaram os mais recentes ataques em Paris.

Estes factos apontam para uma dinâmica de radicalização bem mais complexa que uma consequência de um simples motivo criado pela experiência individual da injustiça e exclusão social. Em alternativa, um olhar que considere a adesão combatente a princípios religiosos ou políticos ser o resultado de um processo alimentada pela confluência complexa de identidades sociais, culturais e pessoais apresenta-se bem mais capaz de compatibilizar esses factos anteriores aparentemente contraditórios com a história aqui contada. Nesta perspectiva, a condição de injustiça vivida por muitos encontra o seu caminho no complexo conjunto de motivações individuais através da associação desta condição à classe da qual se percebe fazer parte enquanto membro. Também ajuda, por exemplo, a integrar o impacto das imagens diárias da guerra no Médio Oriente trazidas pela televisão por satélite para os bairros árabes na Europa. A exibição de canais árabes em muitas casas de chá, restaurantes e lojas de internet, como é o caso da Al Jazeera, oferece, muitas vezes, a sua própria selecção de imagens acompanhadas, quase sempre, de uma narrativa bastante diferente da fornecida pelos canais televisivos ocidentais. A presença deste tipo de imagens em locais da vida pública, que evidenciam pessoas a sofrer e a morrer – muitas vezes como resultado de uma intervenção militar ocidental – que apresentam a mesma aparência e falam a mesma língua, faz com que essas imagens se fundam subtilmente com a experiência da vida local. Este é um exemplo a destacar pois explica como realidades, histórias e escalas locais, vastamente diferentes, que abrangem o globo inteiro confluem para uma identidade comum de classe. Porém, quando se fala em identidade, esta só apresenta significado quando é confrontada com as histórias das pessoas, ou seja, por meio de escolhas individuais que podem até mesmo lidar com a vida e a morte.

É certo que ainda há muito a ser explorado, se procurarmos compreender a realidade geopolítica do século XXI que está a bater às portas da Europa. Nesta nova realidade, o território e regras de empenhamento já não são apenas determinados por potências ocidentais e pela sua longa história de tentativas em fixar os seus interesses no Médio Oriente, caracterizadas por um jogo político sujo e por uma série de intervenções militares brutais que conduziram a um número de mortos que supera de longe a soma de vítimas causadas pela mão do EI na Europa. Se as sociedades ocidentais estiverem realmente interessadas em construir uma solução que ofereça segurança e bem-estar ao povo, isso irá envolver o reconhecimento de que o Estado Islâmico, que eles procuram destruir, é acima de tudo uma besta de sete cabeças que o próprio Ocidente ajudou a construir

Podemos imaginar como as comunidades, particularmente mal tratadas, num reflexo defensivo se fecham sobre si mesmas, transformando uma ideologia religiosa tolerante em fundamentalismo.

**/// NOTAS**

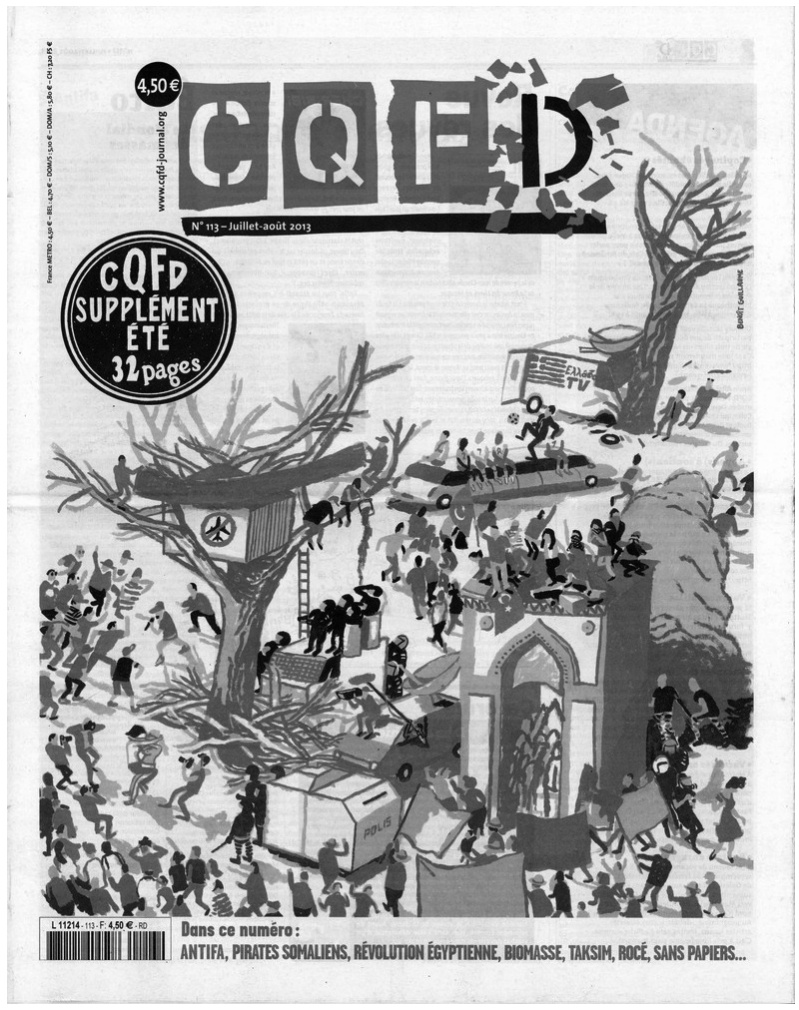
**1** PEW Research Centre. 2011. The Future of the Global Muslim Population. www.pewforum.org
**2** ICSR. 2015. Foreign fighter total in Syria/Iraq now exceeds 20,000. www.icsr.info.
**3** Non-profit Data. 2015. Moslims in België per gewest, provincie en gemeente. www.npdata.be
**4** Non-profit Data. 2015. Moureaux heeft Molenbeek doen overleven. www.npdata.be
**5** Vandecandelaere, Hans. 2015. In Molenbeek. Epo
**6** INE. 2011. Census 2011. www.ine.pt
**7** Idem 5
**8** BRT. 1987. Panorama Reportage uit Molenbeek in 1987. www.deredactie.be
**9** Vrij. 1991. Struisvogelpolitiek regering oorzaak van migrantenrellen.
**10** Wikipedia Inglês: 'Belgian general election, 1991'. https://en.wikipedia.org
**11** Wikipedia Francês: 'Cordon sanitaire (politique belge)'. https://fr.wikipedia.org
**12** Wikipedia Inglês: 'Belgian local elections, 2000'. https://en.wikipedia.org/
**13** Jacobs D. 2005. Arab European League (AEL): The Rapid Rise of a Radical Immigrant Movement. Journal of Muslim Minority Affairs. 25:1. 97-215. DOI: 10.1080/13602000500113928
**14** Wikipedia Inglês: Arab European League. https://en.wikipedia.org/
**15** Jahjah D.A. 2015. On my link to Jeremy Corbyn and the smear campaign against me and him in the UK. http://www.aboujahjah.org
**16** Vidino L. 2015. Sharia4: From Confrontational Activism to Militancy. Perspectives on Terrorism. 9:2. 15p. http://www.terrorismanalysts.com
**17** Idem 3.
**18** Krueger A.B e Maleková J. 2003. Education, Poverty and Terrorism: Is There a Causal Connection? The Journal of Economic Perspectives. 17:4. 119-144. http://www.jstor.org/stable/3216934

A versão integral deste artigo pode ser lida em **jornalmapa.pt**

# O QUE É PRECISO DESTRUIR?

Vivem-se momentos especialmente conturbados dentro das fronteiras francesas. Os ataques à redacção da revista Charlie Hebdo em Janeiro de 2015 e os violentos ataques de 13 de Novembro tornaram o anti-terrorismo no pretexto ideal para que o governo instaurasse um estado de excepção e para que, a reboque de todo o tipo de medidas securitárias, o primeiro ministro Manuel Valls possa exigir mudanças constitucionais que tradicionalmente fazem parte do discurso da extrema-direita. O jornal MAPA entrevista Mickaël Correia do colectivo redactorial do *CQFD*, um jornal mensal de crítica e experimentação social sediado em Marselha e cujo título traz memórias do jornal *Ce Qu'il Faut Dire*, fundado em 1916 pelo anarquista francês Sebastian Faure.

ENTREVISTA: **GUILHERME LUZ**
GUI.LUZ@JORNALMAPA.PT // @guixluz
TRADUÇÃO: **TEÓFILO FAGUNDES** / **MARIO RUI**


4,50 €
www.cqfd-journal.org
CQFD
N° 113 – Juillet-août 2013
CQFD SUPPLÉMENT ÉTÉ 32 pages
Dans ce numéro :
ANTIFA, PIRATES SOMALIENS, RÉVOLUTION ÉGYPTIENNE, BIOMASSE, TAKSIM, ROCÉ, SANS PAPIERS...

Capa do número de Julho-Agosto de 2013 do *CQFD*

## APRESENTAÇÃO DO CQFD

O jornal *CQFD* [Ce Qu'il Faut Détruire – O que é preciso destruir] é um jornal periódico com funcionamento horizontal (sem chefe nem patrão) que privilegia as informações que chegam da rua, dos cafés, dos piquetes de greve, etc. Queríamos um pasquim que não fosse filiado em nenhuma capela militante ou apoiado por qualquer grupo de imprensa, mas que alimentasse as lutas, que participasse na agitação ambiente. Que fosse um apoio para todos os condenados às galés deste melhor dos mundos, partindo do princípio de que temos uma vivência a partilhar.

É um jornal com base em Marselha, ancorado na vida dos seus bairros, nas suas problemáticas de gentrificação. Mas não temos uma perspectiva puramente local. Marselha é uma cidade internacional, o jornal também.

O *CQFD* inscreve-se na tradição da imprensa revolucionária e anti-autoritária. Analisamos, investigamos, procuramos não nos levar a sério nem ditar uma linha ideológica fechada. É uma publicação mensal de crítica social mas também de experimentação. Vamos à procura das «alternativas»: *squats, Do It Yourself*, experiências colectivas e autogeridas onde as pessoas se organizam doutra forma, longe das contingências do salariato, do negócio, da instituição, etc.

Faz agora 13 anos que levamos este barco, que o jornal está nos quiosques, para tentar romper a confidencialidade e o confinamento que a crítica "radical" conhece frequentemente. Tentamos desmentir a ideia de que nada do que se constrói horizontalmente é durável.

A equipa (que mal se modificou desde o início) é composta por uma dezena de pessoas, a maioria voluntárias, que compõem o comité de redacção. Mas ao longo de um ano podemos contar com mais de uma centena de colaboradores, seja para os textos seja para as ilustrações, que são também a imagem de marca do jornal. Funcionamos com a exigência de um jornal (constrangimento da periodicidade) feito com os meios de um fanzine. O nosso financiamento vem quase exclusivamente dos nossos leitores.

Hoje, temos uma "fórmula" que tenta saltar entre actualidade e investigação/reportagem. Todos os meses, desde há mais de dois anos, sai um dossier sobre os temas que nos interessam: a revolução síria e o exílio (nº136, outubro 2015), a aposta municipalista no Estado espanhol (nº137, novembro 2015) e o clima, por ocasião da farsa que decorre actualmente em Paris (nº138, dezembro 2015). É a forma de termos um espaço para desenvolver a nossa crítica social.

Saímos todas as primeiras sextas-feiras do mês e editamos 11 números por ano (número duplo em Julho-Agosto, também temos férias). A tiragem em papel é de cerca de 10.000 exemplares todos os meses. Claro que também partilhamos os problemas de toda a imprensa em papel, mas as nossas vendas mantêm-se estáveis: vendemos 4.000 jornais (2.000 em quiosques e 2.000 em assinaturas), sem contar com a distribuição militante que deve resultar em algumas centenas de jornais.

## ENTREVISTA CQFD

**O estado de emergência, aprovado no parlamento francês até Fevereiro 2016 após os ataques de Paris, configura um novo regime político e social iniciado na aprovação de medidas de segurança a vários níveis. As medidas e pacotes legislativos traduzem-se em diversas consequências tais como a restrição de direitos e liberdades civis básicas ou a facilitação das actividades dos corpos de polícia através da agilização de prisões domiciliárias preventivas ou rusgas arbitrárias. No entanto, existe muito mais. É possível listar, concretamente, de alguma forma, as principais medidas já aprovadas as que estão a ser preparadas para o futuro?**

O estado de emergência é um dos regimes de excepção do arsenal jurídico francês. Foi criado à medida da guerra da Argélia – e decretado três vezes nessa ocasião (1955, 1958 e 1961) –, utilizado contra os Canacas em 1985 na Nova Caledónia e, em 2005, para acabar com os motins dos subúrbios. Ferramenta de gestão colonial, o estado de emergência foi um factor de aceleração do processo de militarização da polícia em França. Mas é sobretudo um conjunto de medidas que acentua a confusão entre Estado de Direito e Estado Securitário. Entre as medidas importantes, à possibilidade dada aos presidentes de Câmara para instituírem zonas de segurança (recolher obrigatório), buscas administrativas (sem autorização judiciária) e prisões domiciliárias, junta-se ainda a dissolução das associações e grupos «*que atentam gravemente contra a ordem pública*». Mas compreendemos depressa que a caça ao contestatário estava aberta: estima-se agora que desde 13 de Novembro último as forças da ordem procederam a mais de 3.000 buscas domiciliárias... para apenas quatro processos instaurados.

Actualmente, o governo quer inscrever o estado de emergência na Constituição, de forma a solidificar o seu regime jurídico e impedir qualquer possibilidade de recurso. Mas a grande medida actual, e que divide a esquerda governamental (Christine Taubira, a ministra da Justiça demitiu-se há uma semana por estar em desacordo com esta medida), é a proposta de inscrever a perda da nacionalidade na Constituição – o debate vai começar na Assembleia Nacional no dia 3 de Fevereiro. Essa proposta oficializa de facto uma categoria de sub-cidadãos, todas as pessoas com dupla nacionalidade, que incorrem numa pena dupla: para além da sua condenação, a de perder a nacionalidade francesa e todos os direitos a ela associados.

**Embora a pressão mediática e repressiva esteja, em primeiro lugar, centrada em indivíduos e grupos de origem árabe ou muçulmana, a actual situação de legitimação total do controle e da repressão alastrou-se a outros sectores da sociedade. Qual o impacto mais evidente destas medidas na actividade de colectivos sociais, grupos de pressão, activistas e militantes políticos?**

No dia 22 de Novembro, numa manifestação de apoio aos migrantes em Paris, 58 pessoas foram identificadas pela polícia e levadas a tribunal por «*violação de uma proibição de manifestação tomada em virtude do estado de emergência*». A última vaga de buscas e prisões domiciliárias dirigiu-se aos opositores da Conferência de Paris sobre o clima (COP 21). Quando a grande marcha pelo clima de 29 de Novembro foi cancelada, alguns militantes foram obrigados a ficar em casa e a apresentarem-se na esquadra três vezes por dia. A razão? Eles "teriam podido" manifestar-se contra a COP21 e, por conseguinte, constituir «*uma ameaça para a segurança e a ordem públicas*».

Assistimos também a inúmeras buscas em *squats*, buscas em casas de agricultores suspeitos de terem participado há três anos (!) numa manifestação de apoio à Zone à Dé-

Faz agora 13 anos que levamos este barco, que o jornal está nos quiosques, para tentar romper a confidencialidade e o confinamento que a crítica "radical" conhece frequentemente. Tentamos desmentir a ideia de que nada do que se constrói horizontalmente é durável.

A perda de nacionalidade que divide neste momento a esquerda socialista, mas que é apoiada igualmente pela direita, é uma medida que historicamente foi reivindicada pela extrema-direita francesa!

## Da lei anti-terrorista de 2014 à multiplicação dos processos por injúria ou provocação da prática de actos delituosos, as palavras são cada vez mais razão para ser levado a tribunal.

fendre (ZAD) de Notre-Dame-des--Landes… O argumento é sempre o mesmo: procura de «pessoas, armas ou objectos susceptíveis de estarem ligados a actividades de carácter terrorista». Para além das medidas do estado de emergência em si, isto criou um clima securitário e repressivo à volta do movimento social: oito antigos grevistas da fábrica Goodyear foram condenados este mês a nove meses de prisão efectiva por terem "sequestrado" durante 30 horas dois dirigentes da empresa, e os camponeses e famílias históricas da ZAD de Notre-Dame-des-Landes estão desde há várias semanas a ser objecto de um processo de expulsão.

**Existe uma estratégia de isolamento de grupos étnicos ou sociais específicos?**

Claro, a "ameaça islamita" passou rapidamente a significar o grupo dos "muçulmanos de França". Foi neste sentido que foi proposta a medida de inscrever a perda de nacionalidade na Constituição. O que revela racismo de Estado e alimenta o mito de que os inimigos internos da "nação" são as pessoas imigradas. O estado de emergência favorece igualmente um clima de verdadeira islamofobia com o seu cortejo de controlo de caras, de rusgas abusivas ou ainda ataques a mesquitas. De forma mais perniciosa, o estado de emergência vai claramente potenciar as violências policiais que são já muito preponderantes em França. Todos os anos cerca de quinze pessoas são mortas por balas da polícia (principalmente jovens árabes ou negros) e os processos desses crimes policiais de carácter racista acabam sistematicamente num vazio ou numa condenação ridícula. Há assim um sentimento de impunidade dos polícias cada vez mais sentido nos bairros populares: os militantes falam de "permissão para matar". No passado dia 22 de Janeiro a justiça ilibou por "legítima defesa" um polícia que tinha disparado em 2012 sobre as costas de Amine Bentoussi, um jovem delinquente de 28 anos. Essa "carta branca" oferecida aos polícias, que exerceram sempre a repressão sobre os grupos designados como "árabes" ou "muçulmanos", goza de uma certa popularidade: é preciso não esquecer que, depois dos atentados do Charlie Hebdo, os polícias foram aplaudidos pela multidão durante as mobilizações de 11 de Janeiro e que, depois de Novembro, inúmeros franceses manifestaram a sua gratidão à polícia francesa.

**Os atentados de Paris são um acto terrorista, no sentido real do termo, da mesma forma que o é a acção dos países ocidentais na Síria ou a acção do estado de Israel na faixa de Gaza. No entanto, o termo terrorismo, quando usado e definido por polícias e políticos nas suas retóricas securitárias, serve de guarda-chuva, debaixo do qual cabem uma quantidade maior de pessoas e grupos. Ao nível do discurso político, de que forma é que o anti-terrorismo tem sido usado como arma de arremesso? Quais as diferenças entre a forma como a esquerda e direita tratam a questão?**

Hoje em dia, há um consenso entre a esquerda governamental e a direita acerca desta noção de anti-terrorismo e das medidas a tomar. A direita sentiu-se mesmo ultrapassada pelas medidas governamentais anti-terroristas e felicitou-as publicamente. A perda de nacionalidade que divide neste momento a esquerda socialista, mas que é apoiada igualmente pela direita, é uma medida que historicamente foi reivindicada pela extrema-direita francesa! Este consenso securitário tem raízes na política securitária do Partido Socialista, trazida desde os seus inícios por Manuel Valls que, antes de ser primeiro-ministro, era ministro da administração interna, e ampliou a política securitária de Sarkozy… Os socialistas aprovaram a lei de 13 de Novembro de 2014 sobre terrorismo que, entre outras coisas, é um grave atentado contra a liberdade de expressão, introduzindo os delitos de provocação e de apologia do terrorismo no código penal. A isto junta-se a lei sobre os serviços de informações votada em Julho de 2015 e que legaliza a vigilância generalizada e *a priori* dos colectivos que se opõem às políticas do governo. A ideologia é a mesma: não se atacam os grupos que cometeram infracções mas aqueles que podem estar na origem desses factos. Uma simples suspeita permite hoje punir e isto foi tornado possível pela esquerda governamental!

**O sucesso da Frente Nacional (FN) nas últimas eleições pode ser visto como uma consequência dos atentados do dia 13 de Novembro? Até que**

Lætitia / Alternative Libertaire

**A 22 de novembro de 2015 a manifestação de apoio aos refugiados foi proibida pelas autoridades. Mais de 500 pessoas desafiaram esta ordem e sairam às ruas sem medo.**

6 CQFD nº 138 • DÉCEMBRE 2015
DAECH : CE MONSTRE QUI ADORE SE FAIRE HAÏR
Ou comment les interventions guerrières des grandes puissances au Moyen-Orient risquent au final de renforcer Daech et les régimes autoritaires de la région.
Clin d'œil de Tunisie
Guillotine format 4x3
Bombardez toutes ces brutes
Sweat terroriste
Pelloux, docteur ès sécurité
Application de la charia
Les Kurdes au front
La chronique de l'apocalypse
L'indécence des marchands d'armes
Assécher Daech
« Vous pouvez remercier le président Hollande, parce que c'est grâce à lui que vous subissez ça. »
«Jamais les dirigeants français ne se sont posé la question de savoir ce qui différencie la barbarie de Daech de celle du royaume saoudien. »
ENGRAIS
DAECH

**Páginas do número 138 do jornal CQFD, que saiu para as ruas em Dezembro logo após os ataques de dia 13.**

**No número de Dezembro de 2015, para além dos diversos artigos dedicados ao tema quente dos atentados, o CQFD inclui também um artigo sobre a austeridade em Portugal.**

Em Maio de 2015, um relatório apresentado na Assembleia Nacional declarava: «Jornalistas e forças da ordem têm um interesse comum e um dever de trabalhar em conjunto e, pelo menos, de não prejudicarem o trabalho uns dos outros. Com efeito, a transparência sobre o seu profissionalismo e sobre a atitude violenta e/ou delituosa de alguns manifestantes só pode servir as missões das forças móveis». Isto diz tudo das relações que o Estado quer manter com os média!

O maior perigo é que, prolongando este estado de excepção, as pessoas habituam-se a um outro estado das relações sociais e institucionais, e que a população transforme o estado de emergência em estado "normal".

**ponto o discurso da FN se disseminou na sociedade? Há mais gente a acreditar na propaganda de Le Pen?**

Os grandes resultados da FN nas últimas eleições regionais não foram uma consequência directa dos atentados de 13 de Novembro. Podíamos mesmo atrever-nos a dizer que o resultado teria sido quase igual sem os atentados. Em França, trata-se de um fenómeno de fundo que não pára de crescer com a transformação da FN ao fim de uma década (chegada de Marine le Pen à direcção do partido, silenciamento das franjas mais radicais). Há também um verdadeiro fosso que põe de um lado as grandes cidades francesas (onde se vota muito pouco na FN), que se tornaram grandes metrópoles competitivas onde se concentram as riquezas e os empregos do país, e do outro lado as zonas rurais e peri-urbanas (com forte votação na FN), que o Estado abandonou completamente, uma vez que os serviços públicos (serviços postais, transportes públicos, escolas) já não eram tidos como "rentáveis". São também territórios de que a esquerda desertou, levando consigo as suas actividades culturais, desportivas, associativas, etc.… A isto juntam-se os factores que já são "clássicos" da subida ao poder da extrema-direita: o desemprego em massa, uma classe política esclerosada, clientelista, e uma inclinação para certa impunidade judicial (lembremo-nos que, no fim do seu mandato presidencial, Nicolas Sarkozy foi citado em 11 processos judiciais diferentes) ou ainda a questão securitária que, a cada eleição, se torna fulcral.

**E ao nível dos grandes meios de comunicação social, que discursos têm sido disseminados? Houve um fenómeno de hegemonização de informação ou têm surgido diferenças de opinião e pontos de vista?**

Em França, os meios televisivos ou escritos do dito *mainstream* estão grandemente concentrados em poucos consórcios próximos das esferas do poder. Assiste-se assim a um consenso geral sobre a questão do estado de emergência que se resume a um debate absurdo: «*onde fica o equilíbrio entre segurança e liberdade?*»… como se estivéssemos a falar de dois vasos comunicantes! Muito rapidamente, inúmeros editores e outros especialistas declararam-se prontos a sacrificarem "um pouco da sua liberdade por mais segurança", tudo assente em sondagens de opinião...

**Em Espanha surgiu recentemente a chamada Lei Mordaça, que restringe de forma determinante a liberdade de expressão dos indivíduos em geral mas também dos projectos informativos críticos e alternativos. Embora seja um quadro legislativo diferente daquele que agora vigora em França, faz parte de um processo de aprovação de alterações legislativas que limitam a forma como podemos comunicar. Que impactos terá o estado de emergência na actividade informativa de projectos como o CQFD e, em geral, na imprensa alternativa francesa?**

Ainda é muito cedo para dizê-lo mas de certeza que, mais uma vez, o estado de emergência vai aprofundar um clima repressivo que já existia. Ao contrário dos grandes discursos sobre a liberdade de expressão que se seguiram aos atentados contra o Charlie Hebdo em Janeiro de 2015, calma mas seguramente, a liberdade de expressão está a ser reduzida a zero. Da lei anti-terrorista de 2014 à multiplicação dos processos por injúria ou provocação da prática de actos delituosos, as palavras são cada vez mais razão para ser levado a tribunal. Em Junho último, foi por causa de um artigo anónimo que apareceu num *site* de informação independente de Toulouse (Iaata.info) que uma pessoa foi constituída arguida, arriscando cinco anos de prisão e uma pesada multa (o procurador, no dia do julgamento, declarou que abandonava qualquer seguimento). O texto em causa dava conselhos de resistência à violência das cargas policiais nas manifestações… A pessoa era suspeita de ser directora de publicação da *Iaata.info*, apenas com base em antigos rastos numéricos que ligavam essa pessoa ao *site*. Alguns dias antes, o *site* de informação independente *Le Jura Libertaire* foi, por sua vez, condenado a 100 euros de multa por difamação contra a polícia, qualificada de "bando de assassinos" num artigo sobre o assassinato de Karim Boudouda em Julho de 2010, cometido pela polícia nos subúrbios de Grenoble. Em Maio de 2015, um relatório apresentado na Assembleia Nacional declarava: «*Jornalistas e forças da ordem têm um interesse comum e um dever de trabalhar em conjunto e, pelo menos, de não prejudicarem o trabalho uns dos outros. Com efeito, a transparência sobre o seu profissionalismo e sobre a atitude violenta e/ou delituosa de alguns manifestantes só pode servir as missões das forças móveis*». Isto diz tudo das relações que o Estado quer manter com os média!

**O estado de emergência é uma expressão do Estado de Excepção. Os regimes de excepção têm vindo a ser utilizados ao longo da história por diversos governos da esquerda e da direita. A forma como o 11 de Setembro americano alterou, com carácter permanente, o regime político ou a forma como as crises económicas alteram o contexto social e político levam-nos a concluir que hoje a excepção é uma forma de governação. A Cimeira do Clima (COP21) teve esta função de prolongar a excepção. Há a possibilidade de não ser possível voltar ao quadro legislativo anterior aos ataques de Paris? De que forma o Campeonato Europeu de Futebol de 2016 poderá ser uma nova razão para a extensão do estado de emergência?**

Entre a ofensiva mediática e governamental, tenta-se preparar a opinião pública para uma renovação do estado de emergência nos meses que aí vêm. O primeiro-ministro Manuel Valls afirmava ainda recentemente querer «*prolongar o estado de emergência até à queda do Daesh*». E, com as eleições presidenciais que terão lugar no próximo ano, a questão securitária será certamente uma questão eleitoral, o que faz com que se vá assistir a uma escalada securitária por parte da esquerda governamental para não ser acusada de "laxismo em relação ao terrorismo"… Mas ao mesmo tempo assistimos a um começo de mobilização maciça. Apesar da chuva, no passado dia 30 de Janeiro mais de 40.000 pessoas, das quais 20.000 em Paris, manifestaram-se contra o estado de emergência. Foram convocadas outras manifestações para Fevereiro, mas o tempo é curto para estabelecer uma relação de força entre a rua e os socialistas no poder… O maior perigo é que, prolongando este estado de excepção, as pessoas habituam-se a um outro estado das relações sociais e institucionais, e que a população transforme o estado de emergência em estado "normal".

Artigo de **Gianfranco Sanguinetti,** autor do livro *Do Terrorismo e do Estado* (Antígona, Lisboa, 1981) e de outras obras não traduzidas em português. Antigo membro da Internacional Situacionista. Tradução: Júlio Henriques.

# DA UTILIDADE DO TERRORISMO

## Considerada em relação ao uso que dele se faz

É triste, no nosso tempo, assistir ao avanço da barbárie nos costumes sociais, bem como ao embrutecimento moral dos indivíduos, que não se poupam a nenhuma baixeza; neste novo universo ético, a concorrência já não é atiçada pela excelência e a emulação, mas, pelo contrário, pelo aviltamento e a denigração sistemática dos outros, tendo deixado de haver escrúpulos para atingir o alvo através da calúnia e da ingratidão. A própria forma da calúnia, a cínica ingratidão que atinge as pessoas perante as quais alguém se sente obrigado, já não se limita apenas aos outros indivíduos, estende-se agora até mesmo às coisas, e inclusive *às próprias palavras* que designam as coisas. Ora, embora eu não pretenda que as palavras sejam absolvidas como inocentes, invoco para elas um processo justo antes de serem condenadas como culpadas.

Vejamos o caso da palavra «terrorismo», de resto inventada pelos franceses em 1793. Se a considerarmos sem preconceitos, somos hoje obrigados a denunciar um inegável paradoxo: o terrorismo é quotidianamente caluniado *por todos os seus beneficiários*, muito mais do que é criticado por quem tem de o suportar; e caluniado de forma ainda mais virulenta por aqueles que o financiam, que dele se aproveitam, o dirigem e o impõem às populações que dele são vítimas. Muito injustamente, dizemos nós, porque é graças ao terrorismo que actualmente estes demiurgos governam o mundo, legiferam, torturam, condenam à morte, enriquecem e prosperam apoderando-se da licença mais desenfreada para o comando do mundo, licença de que não poderiam valer-se sem o terrorismo.

É também triste assistir à ingratidão, onde quer que se manifeste; mas ainda mais desolador é vê-la em aplicação quando os ingratos perseveram sem vergonha em extrair tão grandes benefícios da coisa caluniada. Se se considerarem as coisas com espírito de equidade e imparcialidade, teremos de admitir que nunca o débil Presidente francês, com o seu indigente governo, teria podido impor à França todas as medidas anticonstitucionais e extrajurídicas que pôde adoptar graças à operação Charlie e aos atentados de 13/11 – medidas sempre difíceis de impor, mas reclamadas por esses a quem Hollande deve obedecer. Graças a isso, o governo mais fraco e impopular que a França terá alguma vez conhecido pôde desencadear impunemente guerras e golpes de Estado no estrangeiro, e instaurar no interior o estado de emergência, ou seja, a suspensão das liberdades civis, coisa que constitui o sonho secreto da maior parte dos governos do mundo.

Devemos constatar que o Presidente francês, tal como aqueles a quem é chamado a prestar contas, têm um infinito débito de reconhecimento para com o terrorismo, que tão injustamente caluniam sem cessar como se ele estivesse na origem de todos os males, quando, bem pelo contrário, ele é a fonte de todo o poder excedentário e extraordinário que acabam de se arrogar contra a sociedade, e sem oposição.

É pois consternador ver a ingratidão ter a ousadia de se transformar em pura hipocrisia, e a hipocrisia em poder constituído.

Consideremos agora sem preconceitos as outras vantagens que o terrorismo dá aos que hipocritamente o condenam.

Face ao terrorismo deixa de haver riscos de revolta nos subúrbios franceses, e isto apesar de as razões de revolta se terem agudizado, tendo em mente as sublevações que há dez anos tanto preocuparam os responsáveis políticos. Mas há outras vantagens.

Face ao terrorismo, a luta de classes e as greves passam a ser actos de insubordinação, que podem ser esmagados de imediato, sem quaisquer formalidades, impondo assim facilmente uma espécie de paz social, uma paz armada – sem dúvida – mas *armada de um único lado*.

Graças ao terrorismo, fecha-se toda a gente em casa, pode criminalizar-se qualquer situação, acusar e condenar arbitrariamente qualquer pessoa, fazer buscas onde e quando se quiser, nas casas e na Internet, pode torturar-se, matar, obrigar a prisão domiciliária, impor uma censura apertada, sem correr o risco de causar indignação, críticas ou oposição.

Graças ao terrorismo, o Estado, e os seus beneficiários políticos, tornam-se como por magia «bons», porque, após terem sacrificado uma pequena porção da população, podem erigir-se em *protectores* da restante. O terrorismo torna-se assim a pedra filosofal por fim encontrada que santifica o poder, edifica os políticos e legitima a mafiosa protecção dos súbditos a que qualquer Estado aspira.

Com a paz social adquirida no interior graças ao terrorismo, a economia volta a arrancar, tal como os lucros, e podem fazer-se suculentos negócios no estrangeiro, vendendo, por exemplo, aviões Rafale, que noutras condições seriam invendáveis, aos financiadores do terrorismo. Como proclamou angelicamente e claramente o presidente e director-geral da Dassault, depois da operação Charlie, «*com os astros agora mais bem alinhados, vamos procurar melhorar a vantagem para conseguirmos assinar um quarto contrato antes do fim do ano*» (cf. *Le Point,* 2-6-2015). Mas as vantagens do terrorismo para a economia são múltiplas e não acabam aqui. No estrangeiro, graças aos exércitos terroristas criados a partir do zero (Boko Haram, Al-Qaeda, E.I.), o Ocidente pode saquear com abundantes lucros os países do Terceiro Mundo.

O filósofo produz ideias, o poeta, poemas, o padre, sermões, o professor, tratados, etc. O terrorismo produz atentados. Se encararmos de mais perto este último ramo da produção relativamente ao conjunto da sociedade, poremos de parte muitos preconceitos. O terrorismo não produz apenas atentados, produz também toda a legislação antiterrorista, os juristas para redigir as leis, os jornalistas para intoxicar a opinião pública, os programas de televisão, os filmes, os magistrados especializados, os polícias instruídos para a repressão do terrorismo, os professores que dão aulas na universidade e publicam os inevitáveis tratados, os psicólogos de massas, os romances sobre a submissão, sendo posteriormente estes livros, filmes, etc. lançados como mercadorias no mercado geral. Produz-se assim um aumento da riqueza nacional.

O terrorismo produz depois todo o antiterrorismo, a justiça criminal, os esbirros, prisões, carrascos, juízes, bem como todo um ramo da indústria e dos serviços de vigilância e segurança. E todos estes diferentes corpos e ofícios, que por seu turno constituem outras categorias da divisão social do trabalho, desenvolvem diversas capacidades do espírito humano, criam novas necessidades e novas formas de satisfação. Deste modo, a tortura deu lugar às invenções mecânicas mais fecundas e ocupou muitos honestos artesãos na produção desses instrumentos.

O terrorismo torna-se assim a pedra filosofal por fim encontrada que santifica o poder, edifica os políticos e legitima a mafiosa protecção dos súbditos a que qualquer Estado aspira.

O terrorismo produz um efeito por vezes moral, por vezes trágico, segundo as circunstâncias, prestando assim serviço aos sentimentos morais e estéticos do público e da classe política, à qual dá sempre a oportunidade de se lançar contra qualquer coisa de mais manifestamente imoral do que ela própria.

O terrorismo rompe com a monotonia e a segurança quotidiana e banal da vida burguesa. Impede a estagnação e suscita a tensão e inquieta mobilidade sem as quais o aguilhão da concorrência embotaria. Estimula assim as forças produtivas, impele as finanças, electriza a Bolsa.

Ao mesmo tempo que o terrorismo, quando é praticado em larga escala, elimina uma parte excedente da população do mercado de trabalho, diminuindo por consequência a concorrência entre os trabalhadores, ele impede também – quando causa muitos danos e vítimas – que o salário desça abaixo do mínimo, absorvendo a luta contra o terrorismo uma parte desta mesma população e reduzindo assim o desemprego. Em todo o caso, o terrorismo, por ser sempre a encenação de uma guerra civil destinada a evitá-la, comparado com esta poupa assim muitas mortes.

O terrorismo não é apenas útil, é até *necessário,* como o mal. Sabemos que isso a que chamamos mal é o grande princípio que faz de nós seres sociais, que é a base, a vida e o esteio de todas as ocupações, sem excepção; é aqui que convém procurar a origem verdadeira de todas as artes e de todas as ciências. A partir do momento em que o mal deixasse de existir, a sociedade seria condenada ao declínio, ou mesmo a perecer por completo.

O terrorismo, apresentando-se como o mal e o horror extremo, como a quintessência de um horror misterioso, cruel, enigmático e inexplicável, que até os inocentes golpeia cegamente, pretende concentrar em si mesmo todo o mal. E atraindo para si todos os olhares, tem a vantagem extraordinária de distrair a atenção do público de todos os outros horrores, que assim pretende apagar da vista, ou pelo menos torná-los aceitáveis como menos graves, incutindo o medo em toda a gente; graças a ele, torna-se fácil e «justificável» que qualquer governo imponha leis excepcionais, que limitam e anulam, para seu bem, qualquer liberdade precedentemente dada por adquirida pelos cidadãos. Inversamente, os Estados, que usam o terrorismo e dele fazem um biombo, alcançam assim o *optimum* de liberdade para os *governantes* enquanto a sociedade se torna maleável e submissa a um novo sistema institucional formalmente idêntico, mas na realidade completamente retorcido. Isto corresponde à imposição e generalização no Ocidente de regimes pós-constitucionais, a meio da indiferença universal.

As motivações verdadeiras e os objectivos de qualquer terrorismo, a sua *utilidade,* encontram-se sempre nos seus resultados. E destes resultados não faz parte que os povos o ponham a nu e se insurjam contra o engano e a impostura das narrativas oficiais sobre os crimes de Estado.

Foi por isso que o primeiro-ministro britânico requereu oficialmente, na 69ª Assembleia Geral da ONU, que quem ponha em discussão a versão oficial dos atentados do 11 de Setembro nos Estados Unidos, ou a versão dos de Londres de 7 de Julho os pretensos «extremistas não violentos», como ele os definiu seja perseguido *ao mesmo título que os terroristas,* por ser responsável pela «corrupção das mentes juvenis»[1]. Foi assim introduzido oficialmente e pela primeira vez na Historia o famigerado orwelliano «psico-crime» (*thoughtcrime* ou *crimethink*) que permite ao Estado prender, torturar e eliminar qualquer pessoa que ponha em dúvida a sua narrativa dos massacres terroristas.

A partir do atrás exposto, direi, a concluir, que a utilidade do terrorismo, para todos os Estados que o praticam e o encobrem, não precisa de ulterior demonstração.

**///NOTA**

**1** Assembleia Geral da ONU na sede das Nações Unidas em Nova Iorque, 24 de Setembro de 2014.

PUBLICADO EM DEZEMBRO DE 2015 NA REVISTA ON LINE *EFFIMERA - CRITICA E SOVVERSIONI DEL PRESENTE* (ITALIA) E NO SITE MEDIAPART (FRANÇA). A PRESENTE TRADUÇÃO CONSTA AINDA DA REVISTA PORTUGUESA ON LINE PUNKTO (WWW.REVISTAPUNKTO.COM; 16 JANEIRO 2016)

## CADERNO TERRA, TERRITÓRIO E TURISMO

Território é um conceito que nos situa onde e como vivemos. E para onde queremos ir. Contraditório será sempre delimitá-lo. Não existem limites, nem fronteiras na interacção dos lugares. Para o que do Território pretendemos que seja o nosso presente e futuro é necessário olhar para a sua história, rapidamente percebendo que a Terra – enquanto o uso e forma de posse – é a espinha dorsal que tem determinado um território e consequentemente a relação do homem e a natureza. Depois da apropriação da terra, a história do território tem sido apenas narrada pela ordem humana. A partir de então são múltiplos os olhares como ora cooperam, ora exploram os homens os seus lugares e as relações entre si mesmos. A primordial posse da terra trouxe consigo outra categoria hegemónica com que se tem definido o território: a sua produtividade e a sua mercantilização. É numa perspetiva crítica dessa forma de moldar e limitar a nossa envolvência que olhamos no Jornal MAPA para algumas histórias de lugares. De territórios. Com um particular ênfase no destino a que foi recentemente outorgado este pedaço de terra entre o Atlântico e o Mediterrâneo: o Turismo. Essa indústria que instrumentaliza o território, compartimentando-o em ofertas consumíveis, que adultera, silencia e reinventa a própria memória dos lugares. Partimos à descoberta do Colmeal nas serras da Marofa e da Comporta na brisa do Sado e abrimos espaço para uma crítica radical do Turismo.

# COMPORTA
## Entre os Espíritos da terra e o turismo

TEXTO **FILIPE NUNES**
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT
FOTOS **LANA ALMEIDA**

A história da Herdade da Comporta, a maior propriedade privada do país, é profundamente reveladora de como a transformação de um território moldado em nome das elites, traduz desigualdades sociais que comprometem o lugar e a vida de quem aí nasce. A história de um país alicerçado na subalternidade às grandes famílias detentoras da terra e ao suor de quem nelas nasce. A posse e o uso da terra nos últimos 60 anos da família Espírito Santo nas sete aldeias da Comporta, deixaram marcas profundas.

Ana Duarte, do Museu do Arroz da Comporta, referia como este é «um espaço em que as relações de dominador/dominado actuam, o que, no caso da Comporta, deixou marcas muito profundas e indeléveis»[1]. A história deste território passou de um Sado agrícola, do arroz e da pesca, a um Sado onde a paisagem e as gentes são produtos mercantilizados ao serviço do consumo turístico. Desígnios determinados não pelas comunidades, mas em planos estratégicos orquestrados pela finança, cujas metas de lucro tão imediatas quanto possível conduziram ao próprio colapso dos Espírito Santo. Hoje resta questionar se outras expectativas e a coesão dessas mesmas comunidades permitem que elas mesmas revitalizem a Comporta deixando de lado a vassalagem que as moldou.

### De terras inóspitas a arrozais

No estuário do Sado, a Herdade ocupa, entre Alcácer do Sal e Grândola, 12500ha de pinhal, várzeas, arrozais e 12km de costa. O clima insalubre não lhe reservou condições para aí se estabelecerem grandes comunidades ao longo dos milénios. Fora a presença sazonal e abrigo dos pescadores e salineiros, com pequenos amanhos da terra, a ocupação apenas ganha fôlego na época Moderna sob o peso da escravatura negra. Já os grandes senhores das terras eram os principais proprietários de escravos no Alentejo. Pelo séc. XVI e XVII a maioria encontra-se ao longo do Sado pois demonstra uma maior resistência ao paludismo. As sezões colhem, no séc. XX, os trabalhadores rurais que se juntavam sazonalmente aos "pretos de Alcácer" e à mestiçagem dos "carapinhas do Sado" nos arrozais cobertos de mosquitos.

Na verdade este território litoral manteve-se praticamente selvagem e despovoado até ao aparecimento dos arrozais dos inícios do séc. XX. Os caminhos para Tróia, o único lugar "insular" que manteve uma ocupação secular, apenas passavam por charnecas e pântanos. A Coutada Real de Pêra e Comporta, conhecida pelas madeiras para a construção naval, assim como couto de caça, fora incorporada no séc. XVII na Real Casa do Infantado. Em 1836 passa para a Companhia das Lezírias do Tejo e Sado, fundada a fim de as arrematar conjuntamente. A crise num reino descapitalizado após as invasões francesas e as guerras liberais levaram D. Maria II a vender o património fundiário das lezírias. É iniciada a orizicultura numa escala reduzida, por ser necessário proceder ao «esgotamento de pântanos no Paul da Comporta» de elevados custos.

Apesar das dificuldades da Companhia, e já após a implantação da República, prosseguem os investimentos, chegam de Inglaterra as máquinas a vapor para o arroteamento do Sado e inicia-se a florestação do pinhal. Os investimentos são marginalizados face à lezíria do Tejo, mas a Companhia «apesar dos lamentos dos accionistas» nunca deixou de distribuir lucro ao longo da agitada conjuntura da 1ª República. Em meados dos anos 20, os assaltos a padarias e a agitação social contra a carestia de vida reflectiam a reiterada recusa de melhorar as condições dos rurais a favor «de melhores dividendos anuais» dos accionistas. Nesse afã «até ao advento do Estado Novo, vender-se-ão vastas extensões das lezírias» e a Comporta é vendida por 3000 contos à inglesa Atlantic Company em 1925.[2]

A principal antropização do território natural da Comporta surge nessas primeiras décadas do Estado Novo. A Atlantic Company lança-se na inovação da orizicultura, animada desde 1934 pela política agrícola de Rafael Duque, um "neo-fisiocratismo" na senda da industrialização que procede à «entrega ao capital industrial do controlo das actividades complementares da produção agrícola»[3]. As povoações da Comporta, Carrasqueira, Torre e Carvalhal crescem com trabalhadores agrícolas, que aqui chegam para as mondas ou para a construção do «muro da maré», dique com 22 km de comprimento que drena 600ha de sapais. Erguem-se armazéns, oficinas e as casas de alvenaria da administração, em contraste com as barracas de colmo dos que aí se vão fixando vindos de Alcácer do Sal, Santiago do Cacém, Santo André ou acolhendo ranchos temporários de "algarvios", "ratinhos" e "caramelos". Como refere o historiador João Madeira «foi à sombra do arroz e da poderosa Atlantic que se fez a Comporta». A herdade conquista terreno após terreno ao Sado e de 430ha em 1925, passam para quase 700 um quarto de século depois[4].

## [1955 – 1975] Espírito Santo

Em 1955 a família Espírito Santo adquire a Comporta à companhia inglesa hipotecada com os investimentos feitos. Prossegue a drenagem do sapal e a conjugação do industrialismo dos anos 50 que, com a actividade financeira, levará ao implemento de toda a cadeia de produção do arroz. Surge a fábrica de descasque e aumenta a massa trabalhadora pelas sete aldeias da herdade: Carrasqueira, Possanco/Cambado, Comporta, Torre, Brejos da Carregueira, Carvalhal e Lagoas/Pego. Concretiza-se o discurso industrialista oficial dos Planos de Fomento de 1953 e inícios dos anos 60, apoiados pelas políticas hidráulicas de obras públicas. Na transformação da paisagem dá-se o aumento em 822% do pinhal iniciado com a Companhia das Lezírias[5].

A evocação desses tempos recorda como a «Comporta foi madrasta para os seus. Sem dó nem piedade cobrava a toda a hora o necessário rendimento. Em tempos, todos viviam em função do trabalho na Herdade da Comporta. O trabalho era duro e a recompensa pobre»[6]. Consolidam-se as aldeias, constroem-se três escolas e bairros que substituem as cabanas de colmo por alvenaria para os trabalhadores fixos. Os ranchos sazonais dormem nos armazéns. Os Espírito Santo recordam «o início de um processo de melhoramento da vida da população, que irá acompanhar a gestão da Herdade até hoje»[7]. Mas a gestão em tudo se assemelhava a um feudo. Todo o dia-a-dia decorria nos seus limites, pesando sobre quotidiano uma vida controlada, ao ponto de ser relatado que era cobrado quem quisesse casar com alguém fora das suas terras, tal era a dominação social exercida[8].

Nas cantinas da Herdade era a casa mãe que geria e lucrava com os bens de consumo alimentar e outros. A escola era sol de pouca dura nas curtas infâncias: «geralmente as pessoas começavam a trabalhar quando atingiam a idade de uns 9 anos, às vezes até mais cedo, nuns casos após terem ido à escola primária», recorda o Mestre Chico nas suas memórias. «Era tudo de boca, as pessoas não eram contratadas eram mandadas! Se o patrão gostasse do trabalho ficavam, se não gostasse à noite rua. Se houvesse zaragata, ofensas ao patrão, o gajo chamava logo a guarda»[9]. Por outro lado «o padre era muito protegido», pelo que não admira que sejam as recordações do padre Silveira que são resgatadas na componente social do relatório de «sustentabilidade» da Herdade da Comporta de 2006 para falar das colónias de férias das crianças de Alcácer que as famílias das aldeias vinham às portas ver passar para o veraneio.

Como é relatado num ensaio antropológico sobre as «grandes famílias», uma das suas características é precisamente fazer da caridade um modo de vida, funcionando como «o contraponto moral da riqueza». Por esse motivo declarava uma das filhas Espírito Santo que «a primeira medida que o pai tomou depois de ter comprado a Herdade da Comporta foi mandar construir casas (…), escolas e mandou vir professoras primárias (…). A mãe mandou logo trazer um padre para a aldeia, começaram logo a dar catequese e baptizaram toda a gente. Tiveram que lhes ensinar tudo: a comer, a cumprimentar e a vestir-se»[10]. A gestão dos Espírito Santo define-se entre a exploração e a subserviência laboral e o paternalismo católico, escudada no controle das esferas da administração, do padre, das professoras, da Guarda e dos espaços de lazer. Quando é criado o Clube Recreativo da Comporta é a Herdade que nomeia a direcção da associação.

Por fim, os Espírito Santo tiram proveito dos braços e das esperanças do povo aí nascido. Em 1964 estabelecem uma relação de arrendatários das terras da Comporta: «um plano de entrega de dez hectares a cada família pelos quais estas se tinham de responsabilizar». Esta "benesse" é fruto de uma estratégia do capitalismo agrário que substitui a tradicional relação senhorial terratenente, mas é também uma resposta ao grande êxodo rural alentejano para a margem sul fabril. Mas tinha sobretudo o intuito de beneficiar os trabalhadores permanentes com as terras mais pobres para as reconverter com o seu esforço em terras mais proveitosas[11].

## 25 de Abril e a distribuição das Parcelas

A revolução de 1974 abriu a possibilidade da inversão do *statu quo* político do país, mas sobretudo abriu caminho para que as pessoas ousassem moldar o seu território – terra e relações sociais – de forma oposta àquela que toda uma vida lhes fora ditada. Os Espírito Santo são postos fora da Comporta e do país e a Herdade torna-se palco das opções e das dinâmicas que decorrem do processo revolucionário. A questão da terra, da sua posse e uso colectivo é a agenda de uma Reforma Agrária movida pelo controle e gestão estatista (nacionalizações e expropriações), estratégia porém logo abalada pela imediata expressão dos rurais na tomada autogerida das terras. É na esfera da primeira opção da intervenção estatal, e não pela ocupação de terras e a sua colectivização pelos trabalhadores, que a Herdade da Comporta se vai enquadrar, o que decorre em parte pela nacionalização dos bens dos Espírito Santo, pilares da economia do regime derrubado.

Em 1975 a Herdade é nacionalizada, ficando a Atlantic Company com a parte não cultivada. A relação de rendeiros existente na Comporta situou a questão, seja no debate da nova Lei do Arrendamento Rural, seja na disputa pelo posicionamento dos rendeiros pelas forças políticas em jogo na Reforma Agrária. A luta contra o latifúndio resultará essencialmente no ganho de posição dos arrendatários da Herdade. Mas no âmbito das acesas discussões em torno do modelo de propriedade da terra (colectivizada ou privada) e da sua gestão (socializada ou mantendo a matriz do capitalismo agrário), o desenrolar das relações entre o campo destes pequenos e médios agricultores rendeiros e o campo dos trabalhadores agrícolas organizados em torno das Unidades Colectivas de Produção acabará num afastamento entre as partes. Não é pois de estranhar que a partir de 1980 o governo da Aliança Democrática proceda na Herdade da Comporta à "entrega de terras"[12], aquela que é a expressão mais conhecida do processo da Contra-Reforma Agrária de Sá Carneiro visando deliberadamente tirar benefício do fosso aprofundado entre os pequenos agricultores familiares e os trabalhadores agrícolas acantonados nas UCP.

Nesse processo consolidou-se a relação arrendatária de gerações de famílias, tendo como resultado mais relevante permanecerem 90% dos terrenos agrícolas da Herdade com esses pequenos agricultores, com usufruto de cerca de 820ha das boas terras antes geridas directamente pela Herdade. Fernando Oliveira Baptista[13], Ministro da Agricultura dos anteriores IV e V Governos Provisórios, é, apesar disso, crítico da distribuição das parcelas. Aponta as limitações do rendimento familiar de cada uma destas explorações "exclusivamente orizícola" que não evitaria «que as famílias agricultoras sejam obrigadas a vender força de trabalho fora da exploração». A crítica assenta numa análise de ordem produtivista, na qual as limitações da exploração individualizada das terras acentuavam-se por não ser considerada uma forma de gestão conjunta do regadio. Quer o olhar crítico, quer as opções tomadas, não procuraram outra perspectiva para o modelo arrendatário (ou de produção agrícola), a não ser a própria continuidade no tipo de relação estabelecida anteriormente de uma agricultura de feição industrial e da maximização produtiva das culturas. Isso implicou que a coordenação na gestão orizícola conjunta se tivesse mantido inalterada e condicionada a uma gestão de larga escala (hidráulica e no processamento do arroz) externa aos rendeiros. Uma situação estrutural que não foi assim rebatida num qualquer novo tipo de gestão colectiva em alternativa (ou sequer concorrente) ao capitalismo agrário que estava estabelecido.

## O regresso dos Senhores

Não demorou para que entre 1989 e 1991 devolvessem as terras aos Espírito Santo que, conta-se, pagava na hora a quem atestasse por escrito serem eles os donos daquilo tudo. A família levará a cabo uma restruturação no processo do descasque do arroz, deslocando-o para fora da aldeia e com a diminuição drástica da mão-de-obra e consequente impacto nas relações de trabalho[14]. A antiga fábrica virará restaurante museu e até a antiga igreja vira balcão bancário do BES.

A economia e a vida agrária conhecem novas regras com a entrada na CEE e nos anos 90 com a Política Agrícola Comum.

Na verdade este território litoral manteve-se praticamente selvagem e despovoado até ao aparecimento dos arrozais dos inícios do séc. XX. Os caminhos para Tróia, o único lugar "insular" que manteve uma ocupação secular, apenas passavam por charnecas e pântanos.

Firma-se a morte dos campos em nome da crescente dependência alimentar externa. É nesse quadro que em 1991 os Espírito Santo regressam com uma nova perspectiva para o território: um «Projecto Global de Desenvolvimento Integrado» com a «valorização e requalificação do património natural, urbanístico e agrícola». A indústria turística. De imediato vendem cerca de 3000ha a familiares e amigos, aumentando a aposta no ramo imobiliário apenso umbilicalmente ao turismo.

Sucede-se toda uma reorganização empresarial no Grupo Espírito Santo (GES). Em 2003 a Herdade passa a designar-se "Herdade da Comporta, Actividades Agro-silvícolas e Turísticas" e em Fevereiro de 2004 a Atlantic Company põe termo aos seus 90 anos de existência. O GES, desde 1994 com Carlos Manuel Espírito Santo Beirão da Veiga à frente da Comporta, surge agora na imobiliária Atlantic Company (Portugal) - Turismo e Urbanização (criada em 1988) e na Atlantic Meals S.A.. Esta é uma associação entre o GES e a Portalimpex-Certejo (da orizicultura do Sorraia após o desaparecimento das cooperativas agrícolas) que terá desde 2010 como parceira a Monte da Barca. Mantém a produção agro-florestal (1100ha de arrozais e 7100ha florestais), o Vinho da Comporta, alguma horticultura e viveiros para a plantação de relvados. Mas o Projecto Global da Comporta tem os pilares em diversos fundos de investimento imobiliário que em 2013 correspondem aos activos imobiliários das áreas de Desenvolvimento Turístico da Comporta (ADT2, Comporta), Comporta Dunes (ADT3, Carvalhal), Aldeamento da Área Turística de Lagoas, Loteamentos Casas da Encosta (C12, C13 em Carvalhal-Lagoas) e Loteamentos no Possanco.

## Comporta: um território Resort

O novo território delineado nos anos 90 ganha plena expressão na primeira década do século XXI. Como já tivemos ocasião de referir no Jornal MAPA[15], a Comporta junto com a Tróia da Sonae é a ponta de lança da visão oficial do desenvolvimento para o Alentejo: um território de vocação turística[16].

A Comporta tornar-se-á o cenário por excelência do regabofe BES que continua a defraudar o erário público. Um embuste que assentou nesse processo de "desenvolvimento" em marcha que transforma o Alentejo em "território resort". As baixas densidades populacionais e o desemprego continuam a querer justificar na política nacional e local a excessiva ou total dependência do turismo. O peso da restauração na Comporta é disso exemplo quando somado ao quadro envelhecido dos agricultores. E a profunda transformação deste território observa-se no seu tecido social, ou nos novos padrões com que são agora tecidos a antiga relação de servidão entre criados e grandes famílias. Do antagonismo dos trabalhadores rurais com os senhores da Herdade, passamos para a clivagem entre as populações e os novos ranchos jet set de turistas e novos ricos que "descobrem" a Comporta.

Um testemunho local em 2010 não deixava sombra para dúvidas sobre a clivagem social que se operava: «A cultura é coisa que tem raízes e história, não é uma visão importada por um "chique" que a viu algures numa das suas viagens patrocinadas por um qualquer cartão (visa). Ser comportense começa a parecer ser uma espécie rara, à semelhança dos algarvios nas décadas de 70 e 80 do século passado. (…) Se recuarmos uma década para trás, conseguimos lembrar-nos dos postos de trabalho que se extinguiram em nome do progresso. O mesmo progresso que é lucrativo para uma minoria e está a deslocar para longe a maioria (os netos e filhos) daqueles que desbravaram e ergueram a pulso esta terra chamada Herdade da Comporta"[17]. O "Projecto Global de Desenvolvimento Integrado" da Comporta levou à substituição de uma boa parte do sector primário pela hotelaria, comércio e restauração. A administração local aplaudindo, numa relação de subserviência tal como antes às mãos dos Espírito Santo.

## Expulsando os Pobres

Orlando Ribeiro descrevia como as antigas aldeias alentejanas «foram crescendo, ávidas de terra, afogadas no latifúndio, servindo-o com a sua população de ganhões ou trabalhadores assalariados». A apropriação do espaço envolvente – do território – levou essa população no 25 de Abril, como refere Oliveira Baptista, a vencer «no espaço social das aldeias e das vilas»: «Retomaram-se estradas e caminhos tradicionais que os grandes domínios haviam fechado arbitrariamente. Abriram-se logradouros, fez-se recuar o limite dos campos cultivados e alargaram-se assim as áreas onde as gentes viviam o quotidiano»[18]. O que se passa na Comporta é precisamente a inversão dessas conquistas, em que o processo de transformação turística do território passa pela asfixia do espaço social conquistado.

Com os investimentos imobiliários, chega uma vaga de vedações, cancelas, câmaras de vigilância, cartões de acesso limitado, avisos, proibições e penalizações por todo o lado. Em 2011 o "caminho da madame", como é conhecido na Comporta, foi um dos primeiros caminhos para as praias a ser encerrado. A reacção oscilou entre o queixume servil («pois nós os habitantes desta terra e desta Herdade sempre soubemos ocupar o nosso lugar») e a embirração pelos de fora, esses «descobridores dos anos 90 [que] quando chegaram à Comporta não deram pela falta de uma ETAR, para ajudar a tratar a merda que vieram fazer»[19]. A revolta com a situação soa mais a resignação do que a outra coisa, ainda que cresça a revolta nas vozes ligadas sobretudo ao Bloco de Esquerda[20].

Em 2013, a tirada de Cristina Espírito Santo de vir para a Comporta para «brincar aos pobrezinhos», trouxe a lume a atitude desde há muito notada pelos habitantes. Já em 2010 as elites e as "pessoas de bem" eram retratadas tratando «as crianças e animais por você e os empregados por "tu"»[21]. Na terra «onde as tradicionais casas de colmo chegam ao mercado a preços entre 160 a 300 mil euros (…), depois da história dos "pobrezinhos" passou a dizer-se que «o colmo no verão arde melhor»[22]. Um confronto surdo abafado por uma imprensa servil da enorme operação de marketing e imobiliária da Comporta. Esta anuncia antes o destino "eco chic" descrito pelo New York Times como o próximo hit de férias, onde desfilam títulos e vaidades desde que se tornou terra dos Espírito Santo há 60 anos: de Américo Thomaz que aí caçava, passando pelo rei Juan Carlos, até às linhagens plebeias ou nobres de Sarkozy e Carla Bruni, à realeza da Jordânia, do Mónaco, etc., e sendo um claro ponto de encontro de todos os grandes nomes da finança, seguindo as pegadas dos banqueiros Rothschild e Rockefeller que aqui chegaram logo nos anos 50.

> Todo o dia-a-dia decorria nos seus limites, pesando sobre quotidiano uma vida controlada, ao ponto de ser relatado que era cobrado quem quisesse casar com alguém fora das suas terras, tal era a dominação social exercida.

Por tudo isto, fiel à tradição das grandes famílias, é criada em 2004 a Fundação Herdade da Comporta, não fosse a já referida caridade e as obras públicas os meios tradicionais por excelência na sociedade portuguesa de combate às crises de trabalho e de conflituosidade social. Em Setembro de 2011 apresenta um Projecto Social visando a colaboração com várias entidades para regularizar as habitações da Herdade «onde vivem atualmente famílias carenciadas em regime de comodato e/ou ex-trabalhadores da Herdade e seus descendentes». Mas as dificuldades na regularização das casas de gerações tornam claro o objectivo de afastá-las da Comporta. Casos de Leonilde e José Maria dos Brejos da Carregueira, a quem o jornal *i* dava voz em Agosto de 2014. Casal idoso a viver a reforma na sua casa construída quando eram centenas as famílias vizinhas. Hoje sobram quatro, a quem a Herdade da Comporta entregou um cartão para abrir a cancela com videovigilância. «Vivem lado a lado com retiros luxososos, sabem que os querem expulsar dali». Já em 2015 é tornado público que nos Brejos da Carregueira, 1945m2 de casas da família Espírito Santo, incluindo a de Carlos Beirão da Veiga, foram construídas sem licenças. Mas pese as evidências, mais frequente continua a ser a vassalagem: «eles oferecerem trabalho à gente e nós sustentarmos as famílias, que foi sempre o que aqui aconteceu. Eles tinham aí projetos bons, e isso era importante por causa do emprego, mas agora parou tudo»[23].

## A queda dos Espírito Santo

2014 ficou na história como o ano da queda da família Espírito Santo. A Comporta tropeça no Projecto Global do Grupo Espírito Santo (GES), cujos passos trocados na complexa rede de activos e de entidades financeiras perdem a capacidade de iludir, levando ao seu desmoronamento. Nesse emaranhado da teia Espírito Santo, a Herdade da Comporta agregava-se à Rio Forte, controlada pela Espírito Santo International, sociedade da cúpula do GES. A Rio Forte actuava a nível mundial no campo do turismo, imobiliário, agro-pecuária e no mercado petrolífero e energético. Criada em 2009 no Luxemburgo, é declarada insolvente em 2014. É aqui que entra a Comporta como um dos activos mais cobiçados, num processo de que pouco se sabe. A participação do Áman Resorts, diz-se, transitou para enigmáticos fundos

E a profunda transformação deste território observa-se no seu tecido social, ou nos novos padrões com que são agora tecidos a antiga relação de servidão entre criados e grandes famílias. Do antagonismo dos trabalhadores rurais com os senhores da Herdade, passamos para a clivagem entre as populações e os novos ranchos jet set de turistas e novos ricos que "descobrem" a Comporta.

russos[24], mas as obras do Hotel e do Resort com golf (cuja despesa diária custaria mais de 3000[25]) pararam quando ecoavam ainda os elogios feitos um ano antes por Paulo Portas ao «maior investimento turístico da década» ou o prognóstico de Álvaro Santos Pereira sobre o «primeiro projecto turístico do pós-crise».

As promessas de desenvolvimento eram um nado-morto, como declarou à Comissão de Inquérito do caso BES em Janeiro de 2015 o presidente executivo da Rioforte, João Rodrigues Pena, que disse acreditar que a empresa estava «infelizmente condenada desde o começo». Em finais de 2014 os ativos da Comporta estariam avaliados em 140 milhões, e é-lhe mesmo feita a oferta de 400 milhões, recusada por Beirão da Veiga[26]. Até que em Maio de 2015 a Procuradoria-Geral da República determina o arresto da Comporta, dos bens das pessoas e empresas ligadas ao "universo Espírito Santo", cujo processo judicial prossegue. É suspensa a venda anunciada da Comporta pelos liquidatários da Rio Forte no Luxemburgo, numa altura em que os jornais falavam do interesse de grupos americanos, chineses, finlandeses e brasileiros, do Reino Unido e de outros países europeus.

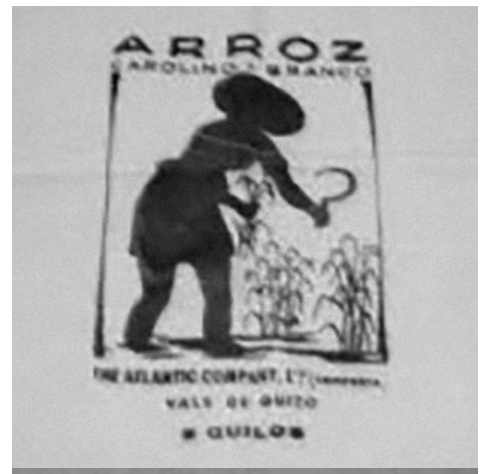
## Comer as casas?

O ambiente que hoje se vive na Comporta é de apreensão. Há um pensamento que não dá descanso aos cerca de 3000 habitantes da Herdade: "O que será a Comporta sem eles?". Um questionar de hábito amestrado e enraizado, como bem o expressa a desorientada Junta de Freguesia. Mas há também o questionar revoltado que ecoa sobretudo pelos cerca de 200 rendeiros que restam. Estes voltam a colocar na ordem do dia o direito a decidir o destino do território numa incerteza, porém, consumida pela sua própria condição arrendatária e pela incerteza quanto à renovação dos contratos a ter lugar entre 2016 e 2018 com os futuros proprietários[27]. Francisco Jones é uma das vozes que alerta para o «problema social de consequências imprevisíveis» que se avizinha pois «se eles não quiserem renovar os contratos é porque não querem aqui agricultura nenhuma, só querem casas e espaços verdes. E isso não, a gente não come casas».[28]

Na verdade, a marca Comporta não assistiu a uma diminuição da procura imobiliária em busca do local "snob et sauvage" como é conhecida. Veiga Beirão e os demais Espírito Santo apenas procurarão atravessar as adversidades judiciais em curso, mantendo o rumo o resort com novos actores. Mas por agora são as rendas dos concessionários e dos agricultores que pagam os 20 dos outrora 50 empregados da Herdade da Comporta[29]. A construção civil e o imobiliário ressentiu-se e a Comporta volta a investir na agricultura em 2016 com o projeto Hortícola da Herdade da Comporta[30], com a conversão de áreas florestais (pinhal e eucaliptal) em produção hortícola de regadio em 965ha[31]. Na hora do aperto parece querer-se apontar à opção óbvia. Mas para rendeiros e para a Associação de Agricultores de Setúbal essa solução era já bastante clara. Como referiam em 2013, o prisma seria: «acabar com o mito sobre o futuro da agricultura passar pelos grandes produtores». Isto é «virar as políticas agrícolas aos mais pequenos e à agricultura familiar, que representam a maior parte das explorações agrícolas no país»[32]. Na Comporta estas ocupam grande parte dos terrenos agrícolas da Herdade sob a labuta de gente sulcada na idade como nos percalços da agricultura da região. Ainda persistem teimosamente em não render-se ao desígnio turístico, afinal não tão divino assim como o Espírito Santo, que foi imposto à sua terra e ao seu território.

**///NOTAS**

**1** Duarte, A. (2006) "Memórias do arroz contributos para a programação de um museu na comporta" Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,18, Colibri: http://goo.gl/1nOkEQ
**2** Madaleno, I. M. (2006) "Companhia das Lezírias – O passado e o presente" Hispania Nova. Revista de Historia Contemporánea, 6: http://goo.gl/qvlz4w
**3** Piçarra, C. (2008) "As Ocupações de Terras no Distrito de Beja 1974-1975" Edições Almedina
**4** http://goo.gl/4Vgplk
**5** "Herdade da Comporta - Documentos de Sustentabilidade"(2006):http://goo.gl/TbyHXw
**6** http://maiscomporta.blogspot.pt/ (2008-2013)
**7** http://goo.gl/TbyHXw
**8** http://goo.gl/qbqLMr
**9** Ao Blog Mais Comporta em 2010
**10** Lima, M. A. P. de (1999) "Grandes Famílias Grandes Empresas. Ensaio antropológico sobre uma elite de Lisboa", ISCTE (tese)
**11** Dos 15,1 mil ha da Herdade, nas vésperas do 25 de Abril, «1100 há são de regadio (arroz) e repartem-se por 100 hectares de "terras fracas, turfosas, dispersas", cuja exploração era efectuada por centena e meia de pequenos rendeiros, e mil hectares de boas terras dos quais a companhia, à data da nacionalização, arrendava 60 ha e cultivava 940 ha directamente»: Baptista, F.O. (2010) "Alentejo, a questão da terra", Castro Verde.
**12** Em 1981 são desanexadas ainda partes urbanas da Herdade a favor dos Municípios de Grândola e Alcácer do Sal.
**13** Na Comporta «o critério seguido para a distribuição de terras – as mulheres recebem metade dos homens – levou à seguinte repartição em termos esquemáticos e genéricos: 42 explorações com área média de 9,15 há, correspondendo à situação de tanto o homem como a mulher serem trabalhadores permanentes; 56 explorações com 6,15 há (média) e 31 com 3,00 (idem) correspondendo, respectivamente, a trabalhadores permanentes, homens e mulheres. Deve-se notar que para além destas áreas (...) a maioria dos trabalhadores dispunha já de pequenas parcelas quase sempre inferiores a 1 há que cultivava como horta familiar»: Baptista, 2010.
**14** Duarte, 2006
**15** http://goo.gl/H3JfxB
**16** A escolha de Manuel Pinho, Ministro da Economia e Inovação de Sócrates (2005/2009), à candidatura nacional da Comporta à competição mundial de golf, Ryder Cup de 2018, quando ainda parte dos campos de golf se construíam, é um episódio ilustrativo de como o GES voltara, depois de décadas com Salazar, a ocupar a cadeira do poder económico e político. Manuel Pinho era o Ministro que viera das administrações do BES, o mesmo que dera à Comporta as facilidades dos projectos PIN, o mesmo que baixara o IVA do golf para 6%. Por fim o mesmo que irá regressar ao BES para receber em 2013 um salário mensal bruto de 39 mil euros e que com a queda do BES em 2014 instaura um processo judicial contra o BES para receber a reforma antecipada que lhe terá sido prometida por Ricardo Salgado num valor superior a dois milhões de euros.
**17** A Metamorfose dos Parasitas de C.L.C em Comporta-Opina em 24.08.2010: http://goo.gl/Ckgqly
**18** Baptista, 2010
**19** http://maiscomporta.blogspot.pt/
**20** O Bloco de esquerda questionara o autarca de Alcácer do Sal em Fevereiro 2010: «Nós não pedimos para apostar no turismo, não pedimos para aprovarem aldeamentos turísticos e apart-hoteis que nada têm a ver com a nossa terra. Nós não pedimos para transformarem o nosso rio e os arrozais (que sustentaram várias famílias) numa suposta marina (que dizem que irá até ao Carvalhal). Nós não temos culpa dos erros dos outros e apenas pedimos uma oportunidade de adquirir um terreno a um preço acessível para podermos morar na terra que nos viu crescer. Sempre vivemos aqui, sempre cá estivemos, porque temos que sofrer as consequências dos erros dos outros?»: http://goo.gl/SKtykk
**21** http://komporta.blogspot.pt/
**22** http://goo.gl/KS2i4V
**23** Observador: Agosto de 2014
**24** http://goo.gl/gqlHPU
**25** Visão: 6.8.2015
**26** Idem
**27** O acosso à produções dos rendeiros começara anos antes. Em 2002, para não recuarmos mais, foram sucessivas o protesto para exigir o pagamento da produção de arroz pelo preço de intervenção estabelecido pela União Europeia, face às propostas menores da Atlantic Company. Sem secadores e silos próprios a Comissão de Rendeiros da Comporta declarava-se "nas mãos dos industriais". A partir desse ano a Associação dos Agricultores de Setúbal (AADS), obtêm a cedência do Centro de Secagem da extinta EPAC em Alcácer do Sal, porém em Fevereiro de 2012 – com as obras dos resorts em grande – é anunciada a venda destes centros de secagem. Travada a venda e o controle da APARROZ - Agrupamento de Produtores de Arroz do Vale do Sado, que a AADS acusa de "defender e acautelar os interesses de um punhado de abastadas famílias". Também em Março de 2010 os rendeiros encaminham os tractores para a zona onde estava a decorrer as provas internacionais hípicas do Atlantic-Tour 2010, obrigados a voltar para trás pela GNR. Em causa a recusa em manter os contratos de arrendamento rural com centenas de rendeiros, pretendendo fazer contratos de campanha, não tendo permitido a renovação automática dos arrendamentos.
**28** Declarações à Visão: 6.8.2015 e à Lusa em Maio de 2015.
**29** Visão: 6.8.2015
**30** A Atlantic Meals saíra às portas da implosão da Comporta em Julho de 2014, passando a Monte da Barca a ser a única accionista.
**31** http://goo.gl/FZUFM1
**32** declarações de Avelino Antunes da AADS: https://goo.gl/RVlVOR



### A CEIFEIRA PERDEU A FOICE?

O arroz Ceifeira, publicitado como de «qualidade superior garantida desde 1925», acentua a sua longa tradição. Mas quando os Espírito Santo regressam após a nacionalização de 1975, há um pequeno pormenor: a ceifeira das embalagens de arroz perdeu a foice que empunhava no desenho criado ainda no Estado Novo. Uma marca Espírito Santo não poderia conter qualquer referência a simbologias dos trabalhadores e do 25 de Abril.

# DEMOLIÇÕES NA CALDEIRA DE TRÓIA

## A história da península confunde-se com o percurso da indústria turística desenvolvida por gigantes como a Sonae ou o grupo Pestana.

TEXTO **CARLOS REBELO**

Diversas habitações na zona norte da Caldeira de Tróia têm os seus dias contados já que serão em breve demolidas, de acordo com o projecto de construção de um eco-resort da Sonae, disponível no site da empresa. A demolição é o culminar de 13 anos de um processo em tribunal que opunha diversas famílias, moradoras e utilizadoras das habitações à Sonae, proprietária de diversas infraestruturas de turismo de luxo na península.

O início do problema remonta a 2003, quando surge a primeira tentativa directa de despejo das casas, alegadamente levada a cabo pela própria Sonae. Na altura os donos das casas conseguiram, pelas suas próprias mãos, impedir os despejos e iniciou-se um processo em tribunal que durou até 2016. A apresentação, por parte dos moradores, de uma autorização assinada pelo proprietário faz com que o caso se arraste. Também em tribunal, as famílias alegam o direito de usucapião mas deparam-se com um autêntico "cheque-mate judicial" da parte dos advogados da Sonae. O isco é o IMI relativamente aos imóveis, que, não tendo sido pago pelos moradores, é agora exigido, totalizando um valor irrealista e impossível ser pago pelas famílias.

Manuela, nome fictício, ex-moradora, conta que no decorrer do processo surgiram episódios de violência e pressão sobre os moradores. Em Julho de 2003 um misterioso incêndio teve lugar justamente nas casas das famílias ameaçadas. O fogo atingiu todas as habitações e terrenos adjacentes, sendo que duas casas foram totalmente destruídas. Os moradores conseguiram extinguir o fogo e mais tarde reconstruir os prejuízos causados na pequena comunidade. Maria sublinha que tudo isto decorreu enquanto algumas construções ilegais (aos olhos da lei), na zona sul da Caldeira, estavam já a ser demolidas pelas máquinas e trabalhadores da Sonae. Quando evocado na sala de audiências, o episódio do fogo acabou por terminar numa suposta fuga de gás de um fogão.

Manuela avança para uma outra história. Certa noite, em Maio de 2006, as famílias acordam sobressaltadas com barulho nos seus quintais (recorde-se que na Caldeira apenas se ouve a natureza) e deparam-se com várias dezenas de homens fardados, já dentro dos seus quintais, a levar violentamente todas as coisas que ali estavam. *"Enquanto estes homens começavam a ameaçar as pessoas que, apanhadas pelo choque, tentavam lidar com a situação, pelo lado da praia já estava formado um cordão de outras dezenas de homens que bloqueava a entrada e saída de qualquer membro destas famílias*" recorda Manuela. "*Por sorte, ou obra da Nossa Senhora de Tróia, apareceu um jipe patrulha da GNR que, ao deparar-se com esta situação, e depois de se aproximar pelas chamadas de auxílio das pessoas, percebe que se trata da equipe de seguranças da Sonae. O agente da GNR apenas manda os homens reporem as coisas e irem para casa pensar no que fizeram".*

As habitações em causa, a cerca de 1.500 metros do casino de Tróia, foram construídas durante a actividade de exploração da ostra na Caldeira, na década de 60 nas terras de Agostinho Silva, ex-patrão de muitos dos actuais moradores que, na altura, trabalhavam na apanha da ostra entre a Comporta e Alcácer, e habitavam o espaço com autorização do mesmo. Esses e essas trabalhadoras mariscaram ali toda a sua vida e muitos acabaram por viver e constituir família naquelas casas. Manuela não só pariu a sua filha naquela casa como já viu a sua neta *"tornar-se mulher"* na mesma. As famílias e amigos que ali habitam vivem, dão vida e mantem laços com a região há várias gerações. Na Caldeira dos anos 50, várias famílias e amigos, maioritariamente ligados à pesca ou ao mar, conviviam entre si e ali passavam os seus Verões em casas auto-construídas de madeira com telhado de colmo, como ainda se podem ver algumas na zona da Comporta e Carrasqueira.

Quando terminou a exploração da ostra na zona, devido ao esgotamento da espécie, a empresa Torralta, cujo principal acionista era o próprio Agostinho Silva, despeja, através de uma ordem judicial, as casas de madeira existentes na Caldeira. Nos anos 70, a Torralta toma conta de Tróia, mas após a sua falência, deixa-a ao abandono juntamente com os seus novos blocos de cimento maciço por terminar em cima das dunas. As finanças cobram a dívida e o Estado passa a ser o novo senhor de Tróia, até a Sonae assumir o seu controlo em 1999.

Em 2008 o complexo turístico Tróia Resort é inaugurado pelo então ministro da economia Manuel Pinho. Mas até à ocupação da península de Tróia pela indústria turística, esta era um local privilegiado para as populações setubalenses que mantinham ali uma zona de lazer de livre acesso e uso. Em 2009 o livro "Quando a Tróia era do povo", editado por uma turma do 9º ano da escola secundária D.João II, recupera e compila inúmeras histórias e relatos da relação dos setubalenses com a zona de Tróia e a Caldeira, pela boca dos mais velhos.

No entanto, desde há muito que a realidade da zona se cruza com a indústria do turismo. Em finais de 1999 a Assembleia Municipal de Grândola aprova o Plano de Urbanização de Tróia (PUT), no âmbito do qual se divide a península em nove Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UNOP). Na zona denominada UNOP 1, o centro nevrálgico da indústria turística da península, pode ser encontrado o famoso Casino, a marina e o Tróia Design Hotel erguidos depois de anos de obras e da famosa demolição das antigas torres da Torralta, em 2005. Na altura as demolições ficaram conhecidas pela população de Setúbal não apenas pelo fantástico espectáculo de demolição mas pela densa nuvem de poeiras que atingiu a população que assistia dos miradouros de Setúbal. Um episódio sem grande gravidade mas que antevê a natureza da relação entre a indústria do turismo e as populações locais e o território em si.

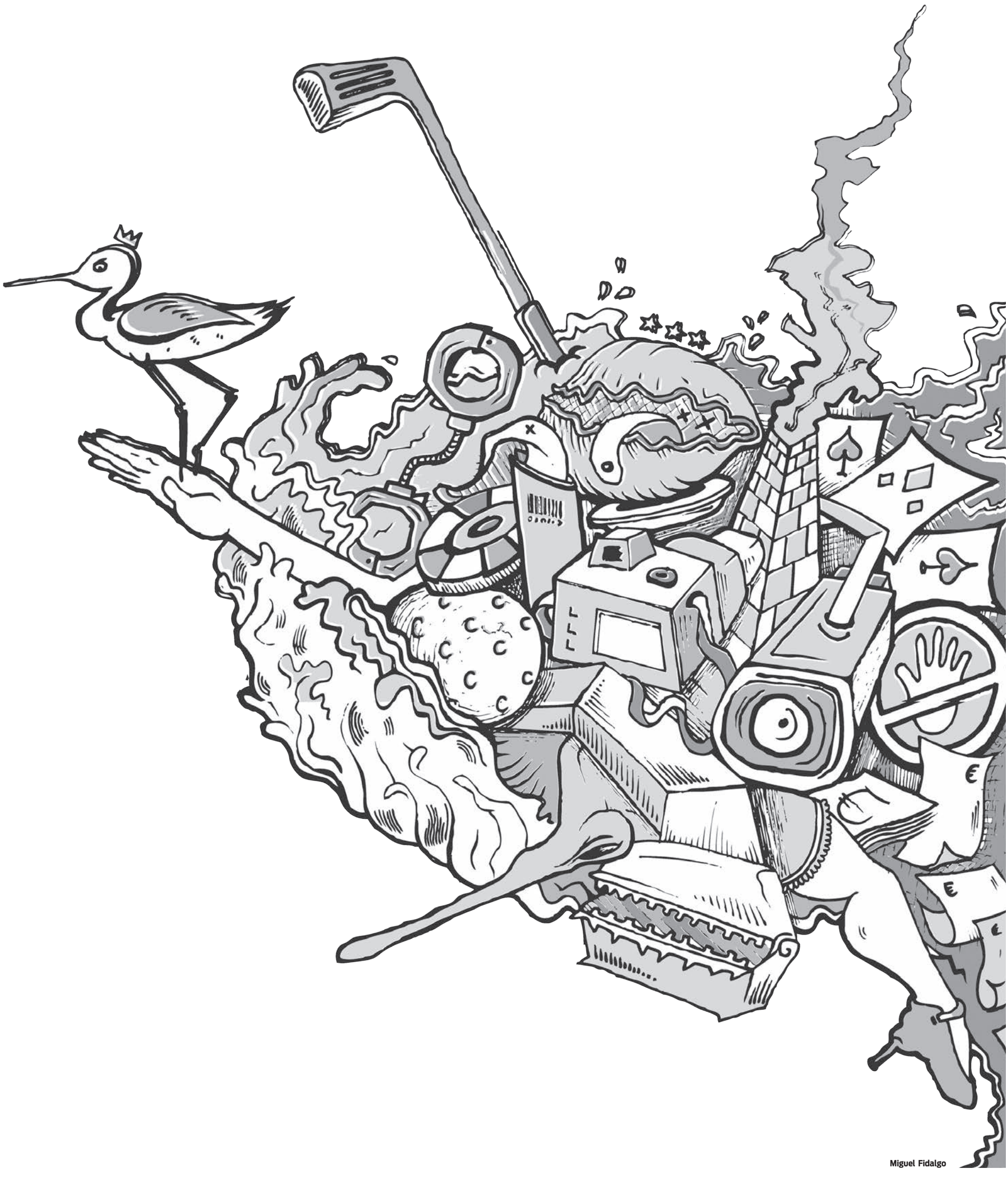
A casa da senhora Manuela fica dentro da UNOP 4, zona que abrange a Caldeira de Tróia, com uma área de 264 ha. De acordo com a página da Sonae-Turismo, para esta zona estão previstas a edificação de 125 moradias turísticas, um centro equestre, um centro de interpretação ambiental e arqueológico e um hotel de charme junto às ruínas romanas de Tróia. Numa entrevista ao semanário Setúbalmais, João Madeira, director-geral do Tróia Resort, afirma que "*uma das medidas previstas é que as construções sejam feitas em cima de estacas de modo a preservar toda a vegetação*". Em relação às Festas da Caldeira, João Madeira comenta que "*teremos de trabalhar em conjunto com a comissão que a promove, para permitir que o espaço esteja mais organizado e disciplinado*". Resta saber que tipo de medidas de controlo vão realmente adoptar, visto que prevêem atingir mais de 15 mil visitantes.

Junto à Estrada Municipal 253-1, entre Tróia e a Comporta, está também prevista a construção de um centro desportivo, que, de acordo com o Relatório de Conformidade Ambiental (RECAPE) para a zona de Junho de 2015, é dedicado à realização de estágios de futebol de equipas profissionais do Norte da Europa. O documento estabelece, no entanto, a relação evidente entre as diversas infraestruturas de lazer na zona ao afirmar que o "*centro contribuirá para contrariar a forte componente sazonal da ocupação turística na península, já que os pacotes de estágio serão comercializados em parceria com os estabelecimentos hoteleiros do Tróia Resort e será nestes que as equipas ficarão hospedadas".*

No entanto estão em marcha diversas outras construções em outras zonas da península. Talvez a mais mediática seja o condomínio privado *Pestana Eco Resort & Residences* a ser construído na UNOP 5, na costa oceânica, zona esta que é contígua a UNOP 4. Recentemente, o empreendimento turístico esteve sob o foco do jornal Público depois da publicação de uma peça sobre a interdição do acesso da população em geral às praias concessionadas ao Resort. Neste caso é o próprio empreendimento que, sendo totalmente privado, impede o acesso à praia. A peça deu origem a uma resposta por parte do grupo Pestana que se defendeu, alegando a requalificação dos acessos a reboque das obras do projecto, a fragilidade ambiental da zona envolvente, classificada com Reserva Ecológica Nacional, e a construção de um parque de estacionamento que visa *"minimizar as condutas impróprias e danificadoras da duna"*. O empreendimento, com um investimento de 80 M, contempla um hotel com 150 apartamentos e 118 moradias de diversas dimensões numa área de 100 ha.

A indústria turística mostra, na península de Tróia, a pior das suas facetas. Com a aposta em empreendimentos megalómanos, de elevado impacto ambiental e social, vai-se alastrando e condenando toda uma região à uniformização decorrente da imposição do turismo como única actividade económica e profissional possível. Inevitavelmente, apenas grandes grupos económicos como a Sonae, o grupo Pestana ou o grupo Amorim (proprietária do Design Tróia Hotel no Tróia Resort) têm capacidade de realizar investimentos da ordem de milhões de euros. Nos primeiros nove meses de 2015, a Sonae SGPS, empresa mãe do grupo Sonae, registou lucros de 146 M€ e a Sonae Capital, empresa que através da Sonae-Turismo proprietária do Tróia Resort, registou um lucro de 3 M, contrastando com um prejuízo de quase 8 milhões no ano anterior. Por sua vez, também em 2015, o Pestana Hotel Group registou receitas de 334 M€, dos quais 172 resultam do negócio da hotelaria.

O processo que a península de Tróia atravessou nos últimos 30 anos é um processo de privatização e ocupação do espaço e destruição da natureza levado a cabo por grupos económicos que olham para a terra, as dunas, as praias e o território como investimentos que dos quais poderão gerar lucros. Francisco, um jovem setubalense que cresceu entre Setúbal e a Caldeira, e cujo avô foi mariscador naquela zona, considera claro o que se está a passar naquela zona: *"por mais que a Sonae tente esconder a sua prepotência e a sua violenta forma de agir, está claro para todos que é de ocupação deliberada de território por parte de empresários sem escrúpulos que se trata. Estes mentem deliberadamente enquanto se justificam com estudos ambientais encomendados e vão construindo casinos em cima de dunas. A Tróia foi irremediavelmente transformada colocando em causa as inúmeras recordações e pontes geracionais que muitos setubalenses, e não só, mantinham com aquele espaço. O que sentimos é que o povo já não é mais bem-vindo nas terras dos seus avós".*



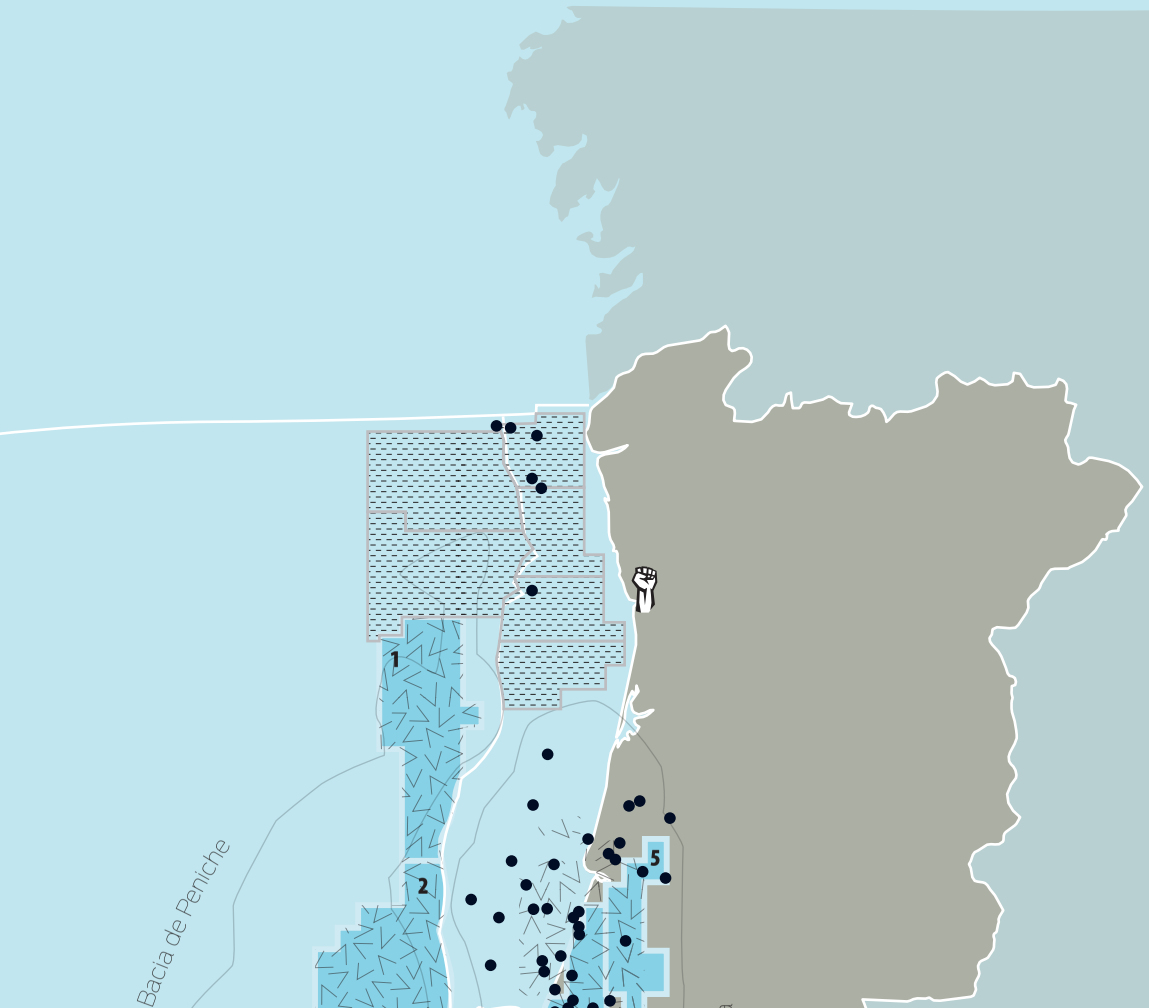
Miguel Fidalgo

# AVANÇOS DA INDÚSTRIA E RESISTÊNCIAS À EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS EM PORTUGAL

CRONOLOGIA

## EVENTOS CONTRA A EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO

**2012** *17 de Março:* O Movimento Por Um Algarve Livre De Petróleo (MALP) teve o seu primeiro encontro, junto à Câmara Municipal de Loulé.
*7 de Abril:* Teve lugar uma acção de sensibilização e o lançamento de uma petição pública no Calçadão da Quarteira, organizada pelo MALP.
1 de Junho: Foi organizada uma palestra e debate em Faro.
**2013** *14 de Novembro:* Exibição do documentário Terra Prometida de Gus Van Sant, na Casa Viva, no Porto, seguido de debate sobre a independência energética.
**2014** *25 de Janeiro:* Sessão de Informação e debate sobre fratura hidráulica, no Barreiro, organizada pelo Jornal MAPA.
*22 de Fevereiro:* Exibição do documentário Gasland, seguido de conversa, no Centro de Cultura Libertária, em Almada.
*28 de Fevereiro:* O Movimento Anti-Extração de Gás de Xisto, no Barreiro, participa na Assembleia Municipal para questionar o executivo da Câmara sobre qual a informação que esta dispõe sobre os projetos de fratura hidráulica para a região.
*13 de Abril:* Acção artística de informação sobre fracking e as concessões em Portugal nas Caldas da Rainha, organizado pelo projecto (Frack Misto) Gás Natural Não.
*20 de Maio:* Sessão de esclarecimento sobre a extração de gás de xisto no Barreiro organizado pelo Movimento Anti-Extração de Gás de Xisto.
14 de Novembro: Conversa sobre o gás de xisto, organizado pelo Grupo de Acção e Intervenção Ambiental (GAIA).
**2015** *5 de Maio:* Sessão Caótico-Climática na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa sobre o impacto das alterações climáticas em diferentes partes do planeta organizada pelo colectivo Climáximo.
*30 de Maio:* "Para a Rua pelo Clima", conjunto de ações organizado por colectivo Climáximo englobado no Dia de Ação Global pelo Clima.
*30 de Maio:* "I Encontro Público Algarve Livre de Petróleo", em Faro, organizado pela Plataforma Algarve Livre de Petróleo (PALP).
28 de Junho: Marcha-corrida e Kayak na praia de Faro, organizada pela PALP.
*13 a 19 de Julho:* Tem lugar a Frackampada em Victoria-Gasteiz no País Basco, juntando grupos, colectivos e indivíduos contra o petróleo e gás, vindos de todo o



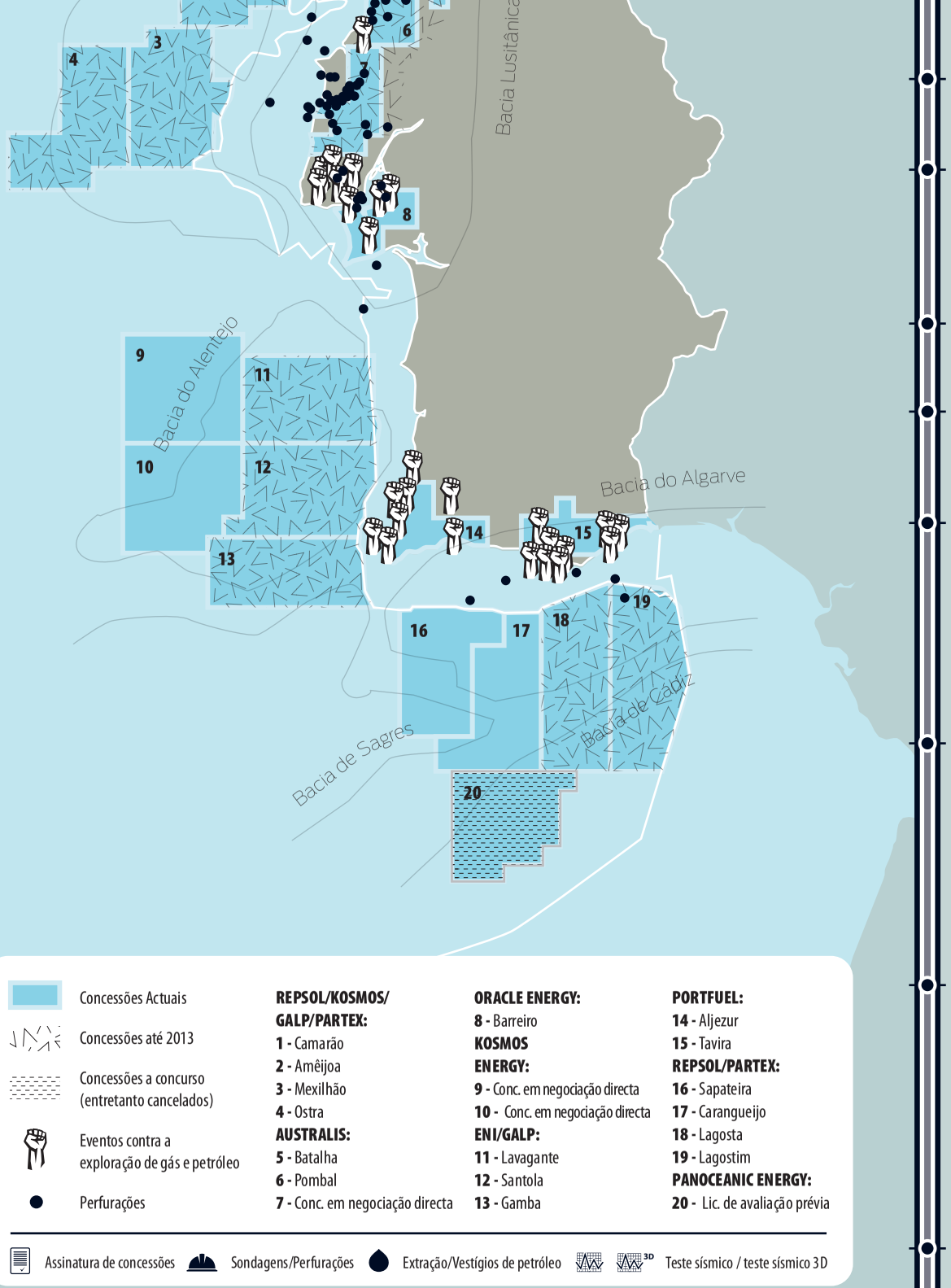

CRONOLOGIA

## EXPLORAÇÃO DE GÁS E PETRÓLEO EM PORTUGAL

**Início do século XX** São realizadas, a pouca profundidade, as primeiras sondagens de pesquisa junto a ocorrência de rochas impregnadas por petróleo à superfície, em terra, a norte e sul da Bacia Lusitânica, nas minas situadas em Canto de Azeche, no litoral de S. Pedro de Muel.
**1938** Emitido um alvará de concessão para pesquisa de petróleo e substâncias betuminosas abrangendo as bacias Lusitânica e do Algarve, que se manteve activa até 1968. Durante este período foram realizadas 78 sondagens de pesquisa, 33 das quais a profundidades superiores a 500 metros.
**1973/1974** Foram assinados 30 contratos para áreas offshore, sendo que o último contrato acabou em 1979 tendo sido realizados cerca de 21.237 km de sísmica de reflexão.
- Durante este período também foram perfurados 7 poços na Bacia do Porto, 19 na Bacia Lusitânica e 5 no Algarve. Todas as sondagens foram fechadas e abandonadas, embora algumas tenham apresentado, pela primeira vez, bons indícios de petróleo.
**1978** Ressurge o interesse pelo onshore.
**1995** Em Torres Vedras, foram extraídos 1.600 barris de petróleo.
**1996** A Norte-Americana Mohave Oil realiza 224 km de sísmica de reflexão no onshore da Bacia Lusitânica.
**1999** A canadiana DualEx Energy International Inc. integra-se na área do Oeste, concessionada à empresa norte-americana Mohave Oil and Gas Corporation. Esta empresa descobriu, na zona de Aljubarrota, a única jazida de gás natural, mas optou pela não exploração.
**2000** A Mohave Oil realiza 760 km de sísmica de reflexão offshore na Bacia Lusitânica.
**2002** Na sequência do levantamento sísmico de reflexão e gravimétrico no deep offshore realizado pela TGS-NOPEC entre 1999-2002, foi lançado o concurso público para Atribuição de Direitos de Prospecção, Pesquisa, Desenvolvimento e Produção de Petróleo no Deep Offshore.
- O consórcio formado pela espanhola Repsol-YPF e a alemã RWE-Dea candidatou-se aos blocos 13 e 14 no offshore do Algarve.
**2004** Até 2004, foram atribuídas 39 áreas, das quais 23 concessões no onshore da Bacia Lusitânica (duas destas abrangem lotes no onshore e no offshore), 15 concessões no offshore (11 na Bacia do Porto, três na Bacia do Algarve e uma na Bacia Lusitânica) e uma licença de avaliação prévia no deep offshore da bacia do Algarve. Foram realizadas cinco sondagens no offshore (três na Bacia do Porto e duas na Bacia do Algarve). Também em muitas destas sondagens foram encontrados indícios de petróleo. Foram ainda adquiridos cerca de 36.000 km de sísmica convencional.
**2005** Os blocos 13 e 14 no offshore do Algarve são adjudicados ao consórcio Repsol/RWE, ao qual se haviam candidatado em 2002.
- Neste ano são também feitas as primeiras prospecções na Serra da Galega (junto ao lugar de Lapaduços, na freguesia de Vila Verde dos Francos em Alenquer) a uma profundidade de 800 metros.
**2006** Apenas uma companhia operava em Portugal, a Mohave Oil & Gas, detentora de duas concessões no onshore da Bacia Lusitânica. Na região de Alcobaça, a Mohave encontrou fortes indícios de gás em duas das sondagens realizadas. Na região de Torres Vedras foi recuperado óleo onde se iniciaram testes de produção.
**2007** Realizaram-se três contratos de concessão com o consórcio formado pelas empresas Hardman Resources da Australia, a Petróleos de Portugal e a Partex Oil and Gas, para as áreas LavaganteSantola e Gamba, no deep offshore da Bacia do Alentejo.
- Realizaram-se quatro contratos de concessão com o consórcio formado pelas empresas Petrobras, a Petróleos de Portugal e a Partex Oil and Gas, para as áreas Camarão, Améijoa, Mexilhão e Ostra, no deep offshore da Bacia de Peniche.

*19 de Setembro:* Conversa sobre o fratura hidráulica no Centro de Cultura Libertária, em Almada.
*1 de Outubro:* O colectivo de arte "OilGarve" inaugura uma exposição em Faro.
*18 de Outubro:* Conversa sobre mega projectos energéticos na Península Ibérica, na Casa Okupada de Setúbal Autogestionada (COSA).
*26 de Setembro:* Dia Global de Acções pelo Clima, Portugal, organizado pelo Climáximo.
*12 Novembro:* Debate sobre exploração de petróleo em Portugal, organizado pela Associação Contramaré, em Portimão.
*25 de Novembro:* Os Amigos da Costa Vicentina, em colaboração com a ASMAA - Algarve Surf and Marine Activities Association, organizaram uma sessão de esclarecimento sobre a exploração de petróleo e gás natural em Aljezur.
*27 de Novembro:* Debate, Conferência e Exposição de Arte inseridos nas ações em Portugal sobre a Cimeira do Clima COP21, em Tavira, organizado pelo grupo Tavira em Transição.
*27 de Novembro:* A Assembleia Municipal de Vila do Bispo manifestou, por larga maioria, a sua "frontal oposição à prospeção e exploração de hidrocarbonetos no Algarve".
*28 de Novembro:* Marcha pelo Clima em Faro, inseridos nas ações contra a Cimeira do Clima COP21, organizada pelo grupo Tavira em Transição.
29 de Novembro: Concentração de Cidadania em frente à Camara Municipal de Tavira, seguida de marcha climática, inserida nas acções contra a Cimeira do Clima COP21, organizada pelo grupo Tavira em Transição.
*29 de Novembro:* Marcha Mundial do Clima, Lisboa, organizada pelo Climáximo.
*16 de Dezembro:* Uma sessão de esclarecimento sobre a exploração de petróleo e gás de xisto no Algarve teve lugar em Vila do Bispo, numa iniciativa do grupo "Stop Fracking Vila do Bispo".

**2016** *12 de Janeiro:* Intervenção e protesto de diversos activistas na sessão de esclarecimento sobre prospeção e pesquisa de Petróleo No Algarve, em Faro, organizado pela Entidade Nacional do Mercado de Combustíveis (ENMC).
*15 de Janeiro:* Debate sobre a exploração e petróleo na sede do GAIA, organizado pelo Climáximo.
*Durante Janeiro:* Diversas sessões de esclarecimento em Aljezur, Carrapateira, Rogil, Odeceixe e Monchique com a participação da ASMAA e do grupo Preservar Algarve: Não ao Fracking.
**Agendado** *11 de Fevereiro:* Sessão de informação/esclarecimento sobre a exploração petróleo no Algarve, organizada pela Associação Foz do Êta com o especial apoio e participação da PALP e também com o apoio da União de Freguesias de Moncarapacho e Fuseta.
*12 de Fevereiro:* Primeira sessão em inglês sobre as explorações de gás e petróleo no Algarve, no Centro Desportivo de Burgau, Vila do Bispo.
*16 de Fevereiro:* Sessão de esclarecimento em Lagos, iniciativa da ASMAA, com a colaboração do Clube Artístico Lacobrigense.
*17 de Fevereiro:* Sessão de esclarecimento em Alvor sobre a exploração de petróleo e gás de xisto no Algarve no "Centro Comunitário de Alvor", numa iniciativa da ASMAA em colaboração com a direcção da Associação Alvorecer, da Associação Cultural e Recreativa Alvorense 1º de Dezembro (ACRA) e da Junta de Freguesia de Alvor.
*12 de Março:* "Algarve livre de petróleo", na Associação de Músicos de Faro. Evento com debates, exposições, concertos, caminhada, documentários para todos. Uma iniciativa popular, a que se juntam vários grupos e associações.
*13 de Junho:* Início da bicidetada entre Viana do Castelo e Vila Real de Santo António, para alertar para a extração de gás e petróleo em Portugal e suas consequências. Organizado por Gás Natural Não e Fracking Não.
*20 de Fevereiro:* Projecção do documentário Gasland no Centro de Cultura Libertária de Almada e durante todo o mês de Fevereiro distribuição de informação e cartazes contra a exploração de gás e petróleo.




Concessões Actuais
Concessões até 2013
Concessões a concurso (entretanto cancelados)
Eventos contra a exploração de gás e petróleo
Perfurações

**REPSOL/KOSMOS/ GALP/PARTEX:**
**1 -** Camarão
**2 -** Amêijoa
**3 -** Mexilhão
**4 -** Ostra
**AUSTRALIS:**
**5 -** Batalha
**6 -** Pombal
**7 -** Conc. em negociação directa

**ORACLE ENERGY:**
**8 -** Barreiro
**KOSMOS ENERGY:**
**9 -** Conc. em negociação directa
**10 -** Conc. em negociação directa
**ENI/GALP:**
**11 -** Lavagante
**12 -** Santola
**13 -** Gamba

**PORTFUEL:**
**14 -** Aljezur
**15 -** Tavira
**REPSOL/PARTEX:**
**16 -** Sapateira
**17 -** Carangueijo
**18 -** Lagosta
**19 -** Lagostim
**PANOCEANIC ENERGY:**
**20 -** Lic. de avaliação prévia

Assinatura de concessões · Sondagens/Perfurações · Extração/Vestígios de petróleo · Teste sísmico / teste sísmico 3D

- Realizaram-se cinco contratos de concessão com a Mohave Oil & Gas Corporation, para as áreas Cabo Mondego-2, S. Pedro de Muel-2, Aljubarrota-3, Rio Maior-2 e Torres Vedras-3, no onshore e offshore da Bacia Lusitânica.

**2008** Novos estudos sísmicos realizados pelos consórcios Hardman/Galp/Partex e Petrobras/Galp/Partex de forma a complementar os existentes realizados pela TGS-NOPEC.
- Perfuração a 2.000 metros no mesmo local da Serra da Galega pela empresa DualEx Energy Internacional, na concessão da Mohave Oil and Gas (Porto Energy).

**2010** São realizadas primeiras campanhas sísmicas 3D em Portugal no deep offshore da Bacia de Peniche, em Torres Vedras (onshore da Bacia Lusitanica). Nos anos seguintes foram realizadas também no offshore da Bacia Lusitanica, no deep offshore da Bacia do Alentejo e no deep offshore da Bacia do Algarve. Os dados foram processados por uma empresa especializada, a WesternGeco, sob a orientação da operadora do consórcio, a Petrobras.
- Por adendas aos contratos, as concessões Gamba, Lavagante e Santola passaram a ser detidas pelo consórcio Petrobras/Galp.

**2011** Assinados os contratos de concessão no deep offshore da Bacia do Algarve para os blocos 13 e 14, adjudicados em 2005, com o consórcio Repsol/RWE.
- No onshore da Bacia Lusitânica foram realizadas três sondagens de pesquisa profundas. Foi realizado um levantamento aeromagnético cobrindo praticamente toda a Bacia Lusitânica.

**2012** Foram assinados dois contratos de concessão no onshore da Bacia Lusitânica foram assinados com a Mohave Oil.
- A Mohave Oil inicia perfuração até ao Pré-Sal abaixo dos 3.000 metros na Quinta do Telheiro em Alcobaça, a 700 metros do Mosteiro, dentro do perímetro urbano e ainda nesse ano anuncia o abandono deste poço.

**2013** Um contrato de concessão no onshore da Bacia Lusitânica foi assinado com a Mohave Oil e cinco Licenças de Avaliação Prévia no deep offshore da Bacia do Algarve foram assinadas por seis meses.
- Abertas candidaturas a duas novas áreas de concessão Sapateira e Caranguejo no deep offshore da Bacia do Algarve, tendo sido adjudicadas em 2014 à Repsol e à Partex.
- Por adendas aos contratos, as concessões Lagosta e Lagostim são detidas pelo consórcio Repsol/Partex.
- A Petrobras abandona as suas concessões na Bacia de Peniche e na Bacia do Alentejo.
- A Oracle Energy assina a concessão do Barreiro (95% onshore) com uma área de 855 km2. O período inicial do contrato de exploração estende-se até 2021.
- Por adendas aos contratos, as concessões Camarão, Ameijoa, Ostra e Mexilhão, no deep offshore da Bacia de Peniche, são detidas pelo consórcio Repsol/Galp/Partex.

**2014** A Mohave Oil abandona Portugal, deixando os seus dados à venda e as suas concessões foram encerradas.
- Várias empresas candidataram-se a áreas de concessão no deep offshore da Bacia do Alentejo e no onshore da Bacia Lusitânica.
- A Oracle Oil & Gas Corporation requereu o abandono da área de concessão que detinha no Barreiro, no onshore da Bacia Lusitânica
- Por adendas aos contratos, as concessões Gamba, Lavagante e Santola na bacia do Alentejo passaram a ser detidas pela empresa Galp. Ainda em 2014, por adendas aos contratos, estas concessões passam a ser detidas pelo consórcio ENI/Galp.
- As concessões Caranguejo e Sapateira, na Bacia do Alagarve, são abjudicadas ao consórcio Repsol/Partex.

**2015** A Australis Oil & Gas Ltd. requereu a atribuição de três concessões, mediante negociação direta, para a Bacia Lusitanica.
- Os contratos de concessão das áreas denominadas "Batalha" e "Pombal" foram assinados, com a empresa Australis Oil & Gas Portugal Ltd. ficando a concessão do Cadaval em avaliação.
- Contratos de concessão de Tavira e Aljezur, no onshore algarvio, foram assinados com a empresa Portfuel, Petróleos e Gás de Portugal, do empresário Sousa Cintra.
- Contratos de concessão foram assinados com o consórcio Repsol/Partex para as áreas Sapateira e Caranguejo no deep offshore da Bacia do Algarve.
- Na Bacia do Alentejo, a Kosmos Energy LLC requereu a atribuição de duas concessões deep offshore, mediante negociação directa.
- A zona da Serra da Ossa, Estremoz no Alto Alentejo e o Algarve são definidos como potenciais fontes de gás de xisto.

**2016** O governo do PS anuncia o abandono dos concursos públicos para atribuições de novas concessões offshore nas bacias do Porto e Algarve.

**Fontes:**
ENMC (Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis), Páginas web da Galp, Partex, Repsol, Relatórios de empresas como Mohave Oil and Gas, teses de Doutoramentos, Contrato de empréstimo entre o Banco Mundial e a Galp em 1981, Imprensa local (Gazeta das Caldas, Região Leiria, Jornal das Caldas, Oeste Global, Região da Nazaré), imprensa especializada (Jornal de Negócios, Diário de Notícias), Vídeos das empresas, seus representantes, Universitários a trabalhar para a indústria.

**Infografia:** X. Espada

# COLMEAL:
## A terra do silêncio

**FILIPE NUNES**
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Em terras de Riba-Côa, escondido na Serra da Marofa, fica o lugar do Colmeal, concelho de Castelo de Figueira Rodrigo, distrito da Guarda. Já foi uma aldeia, hoje é uma *Land of Silence*. Assim é adjectivado o Colmeal Countryside Hotel que abriu em 2015 com uma arquitectura contemporânea, charme e *chef de cuisine* incluído. *Land of Silence*[1] é o *naming* de um hotel nos confins da Beira Alta, com 15 suites que se prevê duplicarem em três anos.

Esta terra do silêncio era já conhecida como a aldeia fantasma. Porém, na promoção hoteleira, não há uma palavra sobre a verdadeira raiz do abandono da aldeia, décadas atrás. O conceito da *Land of Silence* silencia afinal aquele que é localmente o episódio mais marcante da história da prepotência dos ricos sobre os pobres. De quem, alicerçado na falta de escrúpulos e no abuso do direito da propriedade, expulsou famílias inteiras das suas ancestrais casas e terras sob a ameaça das armas da GNR. Corria o ano de 1957. Décadas depois permanece um incómodo inultrapassável. E, «como já alguém escreveu, "o silêncio esmaga-nos"»[2].

Quase 60 anos depois, o hotel promete trazer o desenvolvimento ao interior abandonado de Castelo de Figueira Rodrigo, promovendo «no meio do nada um lugar onde pode desligar-se do mundo para voltar a ligar-se a si mesmo». Faltaria acrescentar que o que as famílias expulsas do Colmeal nunca aceitaram foi precisamente terem sido desligadas do seu mundo. Já a oportunidade para voltar a ligar-se a si mesmas nesse lugar, onde permanecem os seus antepassados sob o cemitério abandonado, essa não virá a ter lugar. Até o *marketing* e o *naming* de um hotel insistem em fazer tábua rasa da memória do lugar, para que se possa esquecer como se acaba com uma aldeia, como se passa por cima da memória de uma comunidade e de um território.

> A delapidação do território do Colmeal aumentara na precisa e exacta medida do abandono das gentes que a povoavam. As amendoeiras e as oliveiras foram arrancadas e a serra da Marofa eucaliptizada de morte

A aposta no turismo, também aqui por todos aplaudida como a tábua de salvação, apenas parece querer forjar um final feliz numa história em que, de novo, são expulsos do Colmeal os seus "habitantes", sem que seja feita a reparação directa da (in) justiça de 1957. A reabilitação da aldeia não atendeu a esse "erro histórico", sugerido em Assembleias Municipais, para que os senhorios herdeiros e demais implicados pudessem «lavar a face, e repor de facto, aqui alguma justiça», prometendo tudo fazer para reparar «moralmente o erro» e auxiliar quem quisesse valer os seus direitos[3]. Palavras deixadas cair entre a assinalável comparticipação financeira pública ao hotel de charme e os elogios ao investimento que, uma vez mais, ditam o peso do regime apenas para os senhorios sucessores de quem antes expulsou uma população inteira.

Esta nunca foi uma história silenciada. Alimentou reportagens, memórias, ficções e discussões. Da Fátima Lopes na TVI[4] às crónicas romanceadas de Felícia Cabrita, ao empenho de figuras locais como Aires

Cruz Coelho ou António Vermelho do Corral, em polos opostos na questão do Colmeal, são muitos os testemunhos daqueles que sonharam com um voltar da aldeia. Como lugar de uma comunidade povoada desde o século XII. Um regresso de pais que aí deixaram a mágoa e filhos sepultados, de filhos que deixaram pais em campas abandonadas.

## A Tragédia do Colmeal

Em 1183, o Rei de Leão doou esta povoação à Ordem de São Julião do Pereiro. Mas, finda a guerra com Leão e Castela, em 1297, os bens desta Ordem passam para a Ordem de Alcântara e as terras de Riba Côa são integradas na Coroa Portuguesa. Em 1540, D. Afonso V deu-lhe carta de Couto com o nome de Colmenar das Donas e a pertença a um senhorio, João de Gouveia. Por laços familiares, passará aos Álvares Cabral, pais do descobridor do Brasil e Condes de Belmonte. Em finais do séc. XIX estes vendem a propriedade aos Quirino, que se esforçam por manter juridicamente esses antigos direitos de foro, delimitando terrenos e com escrituras.

Chegados aos anos 40 do século passado o Colmeal, terra rica em água, hortas e colmeias, permanece conhecida como um dos últimos feudos em Portugal. Uma pequena aldeia dentro de uma grande propriedade. Os proprietários absentistas da família Quirino recebem do arrendatário geral que manda na propriedade e que cobra por sua vez às famílias subarrendatárias habituadas a pagar o foro. Desde 1942 esse feitor é Abílio Fernandes e, desde então, o foro eram rendas disto e daquilo, atingindo «níveis quase impossíveis de suportar» para as quais «os habitantes mataram-se a trabalhar», segundo o testemunho em 1997 de Albino Carvalho de 72 anos: «Revoltados com a situação, os habitantes do Colmeal recusaram-se a pagar e, como resultado, tiveram de travar uma longa batalha jurídica que de nada lhes valeu».[5]

Mais do que o endividamento das rendas, entra em jogo a habilidade jurídica dos advogados dos Quirino, José António Pimentel e, com maior mediatismo, Manuel Cardoso de Vilhena. Alargou a acção de despejo do arrendatário geral, que teve início em 1953, a toda a aldeia, passando oficialmente a ser uma quinta (herdade) o que ao longo de séculos foi uma aldeia. De nada vale o recurso de alguns habitantes contra a legalidade da acção judicial, por se considerarem não subarrendatários, mas sim foreiros, reclamando os direitos da secular transmissão das terras e casas. A expulsão ocorrerá depois de uma ordem de despejo não sucedida «por ser público e notório que os detentores dos prédios estavam na disposição de resistir à ordem de despejo[6] e de um processo de quatro anos no Tribunal.

Numa manhã de Julho de 1957, Colmeal acorda cercada por uma força fortemente armada de mais de duas dezenas de guardas da GNR. Arrombam as portas e expulsam 15 famílias inteiras, 60 habitantes. «Aquilo não se fazia» recordava em tom revoltado Maria Matilde do lugar vizinho do Bizarril: «Ainda me lembro que se via um guarda com uma metralhadora, além no cimo do monte»[7]. Albino Carvalho que «na altura, tinha pouco mais de trinta anos e a vida arranjada» conta como «os habitantes do Colmeal sabiam que algo de mal lhes iria acontecer. Mas nunca pensaram numa sentença tão dura».

## No domínio dos grandes domínios

A morte de uma aldeia teve como consequência imediata uma quinta votada ao abandono. Não por qualquer coincidência, acaba nas mãos do destacado advogado Manuel Vilhena como forma de pagamento. A aldeia e os domínios do Colmeal serão depois vendidos aos latifundiários das grandes quintas das zonas planas que formam o tecido da propriedade da região, intercalada aqui e ali pelos casais ou sortes (provenientes da divisão de baldios) de lavradores e arrendatários. A aldeia e sua envolvente entram na posse da família de Jerónimo Leitão que passa a ser dona de cerca de mil hectares. Depois do 25 de Abril vende «400 hectares à Portucel» e arrenda «as partes mais altas da serra à Soporcel»[8].

A delapidação do território do Colmeal aumentara na precisa e exacta medida do abandono das gentes que a povoavam. As amendoeiras e as oliveiras foram arrancadas e a serra da Marofa eucaliptizada de morte. No silêncio que esmaga o vale do Colmeal não irrompera nenhum grito em Abril de 1974. Segundo a jornalista Gabriela Marujo, mas negado por António Vermelho do Corral, o processo chegou a ser reaberto e «as pessoas ouvidas no Tribunal de Figueira, por um desembargador vindo de Coimbra, e ficou decidido que poderiam regressar às suas casas e terras, ficando a parte do Pradinho para a actual quinta»[9]. Ninguém regressa à agora Quinta dos Leitão. O peso de outros tempos permanecia. Um conterrâneo que deixara Figueira Castelo Rodrigo e já então por Lisboa no 25 de Abril conta-nos como chegou a ser sondado ao balcão da Brasileira pelo PCP para candidatar-se à Autarquia pois «dava-se bem com padres e era de famílias de latifundiários». Em 1976 será pois o CDS que ganha a câmara. O Governador Civil da Guarda na altura era Manuel Cardoso de Vilhena. Sim esse mesmo: Manuel Vilhena, o advogado dos Quirino. A praça do município de Figueira Castelo Rodrigo ostenta o seu nome.

## Um regresso à aldeia?

Apenas em 2013, com o novo mapa das freguesias, o Colmeal deixou de ser caso único no país. Desde 1957 a aldeia fantasma era a sede da freguesia (Bizarril, Luzelos e Milheiro as demais aldeias da freguesia com 4002 hectares). Os censos de 2011[10] contabilizavam na antiga freguesia do Colmeal apenas 42 residentes, a maioria idosos. Anexada em 2013 a Vilar Torpim, nas últimas legislativas votaram apenas metade dos 255 recenseados, distribuídos pela PàF (59) e PS (42).

Em 2009, Sandra Invêncio do jornal Interior acompanhou Jacinta Carvalho às ruínas do lugar onde 52 anos antes fora expulsa do local onde nascera e vivera até aos 21 anos. Nunca mais aí havia regressado apesar de viver apenas a 13 km: «Não vim cá antes porque tinha medo de me sentir mal», confessava[11]. O jornal noticiava o regresso veraneante dos filhos da aldeia fantasma: «regressam os que ali têm familiares sepultados e os que, de um modo ou outro, guardam recordações da terra. Vêm em família, com os filhos e os netos, de enxadas e paus na mão para evitar as silvas, e com muitas histórias para contar aos mais novos»[12].

Essas histórias haveriam de levar de novo Colmeal à Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo e à proposta de criação de um grupo de trabalho, em 2009. Na Assembleia Municipal de 27 de Fevereiro de 2009 são pronunciadas vontades de «reparar este erro histórico que foi aquela sentença de expulsão» nas palavras do então Presidente da Câmara António Edmundo Freire Ribeiro (PSD). Um reconhecido «caso de contornos políticos claros» do qual deviam ser aferidos os direitos e bens particulares usurpados, não restando dúvidas quando aos espaços e bens públicos. Segundo o deputado do PS, o jurista Feliciano Martins, nessa mesma sessão, o Colmeal «é um tema que vale a guerra ( ) oportunidade de darmos visibilidade neste município a lutar por uma coisa pública, que em tempos se perdeu»[13].

O Presidente da autarquia declara aos jornais: «estamos a tentar que sejam reconhecidos os bens públicos e as propriedades daqueles que hoje são os filhos e netos dos seus antigos habitantes», mas não sem deixar de manter que «formal e juridicamente tudo é privado, exceptuando a igreja, os caminhos e o cemitério»[14]. Assim, o grupo de trabalho formado serviria essencialmente para averiguar do potencial turístico do Colmeal, um «diamante por lapidar», para, com o «beneplácito do dono da quinta», transformar o Colmeal na «aldeia dos Cabrais», um pólo de atracção turística para ser visitado «por milhares de brasileiros»[15], numa alusão bacoca ao descobridor português.

Em 2011, António Edmundo aparenta desânimo por os proprietários apenas terem devolvido a Igreja à paróquia. O tal grupo de trabalho «não fez nada praticamente» e esfumava-se a ideia pela qual as «quatro ou cinco famílias vivas» de antigos habitantes teriam «a oportunidade de recuperar a sua casa ou de a transformar para acolher os turistas». Mas o certo é que o investimento municipal tivera início dois anos antes, no arranjo da estrada às ruínas por 89 mil euros (comparticipado em 66 mil pela UE)[16]. Em 2011 não era desânimo o que exortara a família Leitão a fundar a Sociedade de Desenvolvimento do Colmeal, Lda. não dando por desbarato a comparticipação pública. Na verdade uma ideia antiga que aguardava a oportunidade subsidiada. Em 1968 fora dirigido um pedido de recuperação da casa dos Cabrais à Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, por parte do Comissariado do Turismo e de Jerónimo Leitão, o qual em 1975 coloca a hipótese da unidade hoteleira e abrigo para caçadores[17]. Havia que esperar por 18 de maio de 2012 para o reconhecimento de interesse municipal do Empreendimento Hotel Rural e Casas do Campo do Colmeal. A 13 de Setembro de 2013 já com executivo PS de Paulo Langrouva é emitido o Alvará de Obras.

Na verdade algo mudara desde 1957: «Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze» é declarado «para os devidos e legais efeitos e demais que se julgarem por convenientes, a pedido do Sr. João Miguel Chambel Filipe Lopes Leitão, que tanto a Câmara Municipal como a Junta de Freguesia do Colmeal, consideram Públicos desde tempos imemoriais as ruas, caminhos e largos de acesso do Colmeal[18]. Não mais que reconhecida a usurpação do espaço público que a expulsão judicial décadas antes impusera. Mas apenas o espaço público da aldeia. Pois na verdade algo não mudara desde 1957. Nenhuma família expulsa se viu ressarcida (nem tão pouco moralmente).

O pedido de reconhecimento do domínio público ocorreu simultaneamente à aprovação do projecto do Empreendimento, para que pudesse ser feito através de fundos comunitários. Colmeal é agora posse da Sociedade de Desenvolvimento da Quinta do Colmeal e da Agrocolmeal, Sociedade Agrícola, criada em 2012. À cabeça está João Leitão, neto de Jerónimo Leitão e ex-director da companhia Imperio (Holdings). A Autarquia assina um Protocolo em 2014[19], em nome dos 10 potenciais postos de trabalho e o desenvolvimento de actividades conexas. Neste investimento total estimado de 4 milhões e 50 mil euros nos próximos 5 anos, o investimento inicial é financiado pelo QREN com uma comparticipação comunitária de 75% no investimento de 2.034.317[20]. A Autarquia procede à ligação eléctrica ao Colmeal, num valor de 41.240.00, e a João Leitão cabe a iluminação pública, saneamento, abastecimento de água potável e recuperar os arruamentos em conformidade com os espaços públicos, consolidando apenas as

> (…) na promoção hoteleira, não há uma palavra sobre a verdadeira raiz do abandono da aldeia, décadas atrás. O conceito da Land of Silence silencia afinal aquele que é localmente o episódio mais marcante da história da prepotência dos ricos sobre os pobres. De quem, alicerçado na falta de escrúpulos e no abuso do direito da propriedade, expulsou famílias inteiras das suas ancestrais casas e terras sob a ameaça das armas da GNR.

> Na verdade não interessa tanto a discussão jurídica do pleito da propriedade em causa, fruto de um verdadeiro saque. O verdadeiro saque, que ainda hoje prossegue, é cultural, realizado sobre o território, natural e social. O saque de um território que já foi uma aldeia.

ruínas da Igreja e cemitério anexo até à sua reconstrução pela Diocese da Guarda[21].

## O silêncio que ficou

Do muito que se falou, resultou esta parceria público-privada subjacente ao Protocolo do desenvolvimento turístico da "Quinta do Colmeal". Da quinta que usurpou o nome de aldeia. Não houve lugar a averiguar o historial predial e matricial ou o imbróglio jurídico na distinção entre foros e rendas. O antigo presidente da Freguesia Teodoro Augusto Farias, zeloso da questão do seu Colmeal, expressava em 2009 a necessidade de «um livro branco sobre este delicado assunto»[22]. O livro mais recente sobre a questão do Colmeal surge em 2015, pela mão de António Vermelho do Corral, elemento do grupo de trabalho proposto e então Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, não pretendendo porém discutir «a verdadeira detenção da propriedade»[23]. O autor, que nos anos 50 era um dos funcionários judiciais que acompanhou o processo, assenta na defesa intransigente da lei «independentemente de então governar Salazar»: «Dura lex sed lex", o que quer dizer que a lei pode ser dura, violenta, mas porque é lei deve ser cumprida e respeitada». Para em seguida atribuir as culpas aos comunistas que se «serviram de gente simples, inculta, analfabeta, para lançarem as sementes das suas orientações políticas». O comunista que «ensimesmou e convenceu os residentes da Quinta do Colmeal de que eram os únicos e verdadeiros senhores da terra que detinham, baseando-se no princípio comunista de que "a terra pertence a quem trabalha"»[24]. O preciosismo é tal que equipara o "despejo" (e não a "expulsão") aos procedimentos necessários e normais às forças da ordem actuais, como os que ocorrem com as «etnias negras e ciganas quando abusivamente ocuparam prédios devolutos ou inacabados»[25].

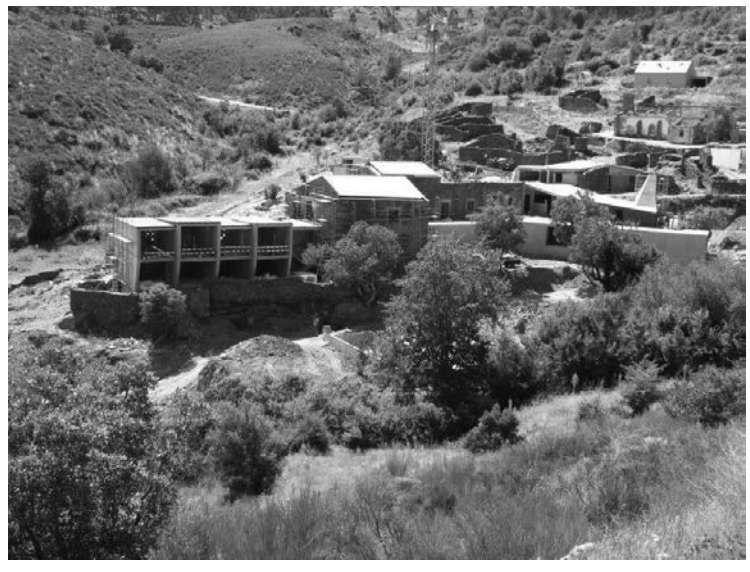
Mas se o Colmeal Countryside Hotel pretende ser um final feliz para o Colmeal, algo de profundamente incómodo persiste. Subjaz ao Protocolo referido no seu título a preservação da memória e património histórico da Aldeia do Colmeal através do seu desenvolvimento turístico". Numa memória com a marca registada de *Colmeal, Land of Silence,* é o silêncio que se inscreve no inexistente livro branco.

## Turismo: um lugar sem Terra

Colmeal está em plena rota das aldeias históricas, abarcando zonas de património mundial (Alto Douro Vinhateiro e Gravuras do Vale do Côa) ou propostas de turismo de natureza como a Faia Brava. Não restam dúvidas nem motivos para ser viajante em Figueira de Castelo Rodrigo.

Quanto ao desenvolvimento, e generalizando, as opções em cima da mesa acabaram por ser basicamente duas para a questão do Colmeal: a possibilidade de uma nova partilha do território e da aldeia pelo usufruto comunitário das próprias potencialidades (turísticas entre outras), aferindo a distribuição predial e/ou acordando formas adequadas à reocupação humana efectiva; ou mantendo tudo na mesma, isto é, no foro exclusivo do proprietário, pese a notória alteração de um investimento no espaço público da aldeia. A primeira opção foi desde logo assumida como a mais espinhosa e nem sequer ousada ensaiar por remar contra a norma que favorece a propriedade e o direito privado face ao público. Mais ainda quando o formalismo legal apenas serviu na questão do Colmeal para passar por cima do direito consuetudinário que  para lá do foro ou da renda

Mas ser turista na *Colmeal: Land of Silence* é ser-se entretido pelo silêncio *new age* de charme rural. Que ligação possível pode haver entre o *naming* e imagem deste novo Colmeal silencioso e os usos e costumes das populações sonoras que deram milenar vida a uma aldeia desaparecida?



**Colmeal, Junho de 2014 (AFS: https://goo.gl/XBtTY1)**

resulta inequívoco no sentimento comunal de pertença dessa aldeia secular. De nada valendo aos olhos do tribunal e agora de uma autarquia. Na verdade não interessa tanto a discussão juhrídica do pleito da propriedade em causa, fruto de um verdadeiro saque. O verdadeiro saque, que ainda hoje prossegue, é cultural, realizado sobre o território, natural e social. O saque de um território que já foi uma aldeia.

Vulgar, sem deixar de ser verdade, será dizer igualmente que esta é uma história de ricos e pobres. Mas é precisamente nessa equação desigual que se baseia a agenda do desenvolvimento do Colmeal. O Turismo desempenha aqui o instrumento último que transforma o seu território numa oferta consumível por essa nova categoria privilegiada da elite que é o turista, desapossando cada vez mais quem do território pretende viver de outra forma que não puramente exclusiva desse monopólio. Não vamos mais longe num exemplo muito concreto e nas palavras do presidente da Freguesia do Colmeal em 2009, referindo que se «foi despejado o Colmeal em 1957, neste momento, prepara-se outro despejo que é o do Bizarril, o Milheiro e dos Luzelos pela expansão de um couto privado de caça turística»[26].

Dir-se-ia que ser turista no Colmeal hoje é algo distinto do que seria ser viajante no Colmeal. Ser viajante comportará o regresso ao passado recente cujo incómodo ou a revolta que despoleta não são menos importantes na descoberta da região e da aldeia do que os seus atrativos naturais e culturais. Mas ser turista na *Colmeal: Land of Silence* é ser-se entretido pelo silêncio *new age* de charme rural. Que ligação possível pode haver entre o *naming* e imagem deste novo Colmeal silencioso e os usos e costumes das populações sonoras que deram milenar vida a uma aldeia desaparecida? O turismo silencioso do Colmeal, oferta repetida onde o consumidor turista se desliga das suas próprias capacidades de descoberta, é no fim de contas o meio através do qual se quer desligar a memória dos lugares e das pessoas a quem pertenceria de direito o destino do Colmeal. E não apenas o destino das ossadas olvidadas dos seus antepassados.

**/// NOTAS**

**1** http://goo.gl/FDB4vM
**2** Joel Cleto e Suzana Faro Aldeia fantasma em Figueira de Castelo Rodrigo. Quem tramou o Colmeal? O Comércio do Porto,1 de Abril 2001 (http://goo.gl/E8afmJ)
**3** Intervenção do então presidente da Autarquia António Edmundo F. Ribeiro na Assembleia Municipal de 27.02.2009 transcrita em Corral, A. Vermelho do (2015) Colmeal, a aldeia fantasma. Figueira de Castelo Rodrigo. A verdade factual, Apenas Livros, Lisboa.
**4** Testemunho de Aires Cruz em15.01.2015 (https://goo.gl/EmvMLz)
**5** Gabriela Marujo – Os despojos do dia, Terras da Beira, 9.10.1997 (transcrito em http://goo.gl/wwgR57)
**6** Corral (2015): 59
**7** Marujo (1997)
**8** Idem
**9** Idem
**10** http://goo.gl/IVsEZL
**11** Sandra Invêncio, De regresso ao Colmeal, 52 anos depois, Interior, 21.05.2009 (http://goo.gl/DdlR2b)
**12** Idem
**13** Esse grupo de trabalho, de que Feliciano Martins faria parte como jurista junto com Luís Beato Pereria, nunca chegara a reunir e as averiguações jurídicas em torno do processo e da propriedade nunca avançaram nesse âmbito.
**14** http://goo.gl/N1ROoC
**15** Invêncio (2009)
**16** http://goo.gl/h40qV1
**17** http://goo.gl/AJtuN5
**18** http://goo.gl/aS0xp1
**19** http://goo.gl/l18gTW
**20** http://goo.gl/sAUkyG
**21** Classificada a Igreja de S. Miguel de Interesse Municipal, a sua reabilitação e as obras do Colmeal apenas mereceram por parte da Direcção Regional de Cultura do Centro o passar da bola à Autarquia, anuindo ambos na descaracterização do conjunto classificado(http://goo.gl/MJbf75).
**22** http://goo.gl/yz1YAX
**23** Corral (2015): 26
**24** Idem: 69-73
**25** Idem: 67
**26** Idem: 81

# INTRODUÇÃO A UMA CRÍTICA RADICAL DO TURISMO

**No seu estádio turístico, o território, tornado uma rede homogénea e coerente de equivalências, adquire uma nova semântica que torna obsoletos os velhos significados que as populações locais lhe costumavam atribuir.**

TEXTO E IMAGENS: **PDUARTE**

Nota ao leitor: este texto retoma e aprofunda a abordagem ao turismo que, numa série ainda incompleta de textos, tem vindo a ser desenvolvida no blog obeissancemorte.wordpress.com

"Todos somos turistas", rejubilava recentemente um jornalista nas páginas do jornal Público. "Mesmo os que não se sentem forçosamente identificados com aquilo a que chamamos turismo", acrescentava o mesmo jornalista num artigo[1] em que, seguindo a mesma linha de raciocínio, o seu entrevistado rematava com a autoridade de um *expert*: "o turismo não pode ser eliminado, é qualquer coisa à qual nos temos de adaptar". Um pouco por toda a parte, o turismo é-nos apresentado como uma inevitabilidade dos tempos modernos com a qual todas as comunidades do planeta terão forçosamente de aprender a conviver.

## 1. O que é o turismo?

No discurso político e mediático, é habitual associar-se o fenómeno turístico ao facto de as pessoas viajarem de uns sítios para os outros, independentemente das práticas concretas que tenham lá onde viajam. Instalou-se assim no senso comum a ideia de que viajar e fazer turismo seriam sinónimos. No entanto, será que o facto de sairmos por um tempo do nosso mundo para mergulharmos na rotina de outro mundo faz por si só de nós turistas?

A imersão num *outro mundo* que o viajar pode proporcionar não significa forçosamente que se esteja a alimentar a indústria capitalista do turismo, a qual se baseia na venda de mercadorias e serviços. Quem já experimentou essa imersão sabe que ela marca profundamente: quando no final regressamos ao nosso mundo, vimos enriquecidos de novos saberes e perspectivas para contrastar e transformar o quotidiano.

Poderíamos começar então por definir o turismo como a indústria que manipula as materialidades de que é composto o território para aí fabricar imagens e experiências vendáveis àqueles que viajam. Actividade económica que dirige a sua oferta a um público que não pertence ao lugar onde se encontra, o turismo opera numa *capa superficial* do território para impor a esse público as materialidades por si forjadas, que integra numa rede coerente e homogénea de equivalências. Lugares, paisagens, monumentos, arquitecturas, museus, identidades, tradições, gastronomias, etc., são assim ora 'recuperados', ora inventados de raiz, para se criar uma ampla oferta de mercadorias equivalentes, niveladas pela sua capacidade para atrair e seduzir aqueles que viajam. Desta perspectiva, poderíamos concluir que o turismo não é assim mais do que o modo de viajar que é próprio do capitalismo.

Quanto ao turista, trata-se de todo aquele que, quando visita um determinado território, reduz o imenso potencial da sua viagem a um conjunto de experiências circunscritas a essa *capa superficial* onde os operadores turísticos lhe vendem os seus produtos. O turista é assim aquele que entende a viagem como o produto dos serviços e das mercadorias que, no decurso da mesma, lhe vão sendo gradualmente disponibilizados. É neste sentido que, ao limitar o seu contacto com o território à relação com essa camada superficial fabricada pelo turismo, ele se distingue de todos aqueles que na sua viagem estão habilitados a ir além da cintilante e lucrativa superfície onde operam os agentes turísticos. Ao contrário destes viajantes, quando se confronta passivamente com o território que visita, o turista não dispensa a mediação mercantil. O capital é por isso inerente ao seu modo de viajar.

Logo, fora do capitalismo não existe turismo. Por exemplo, uma tribo nómada que se desloca pelo território desconhece o turismo. Tal como o simples amante de um lugar distante, que a ele decide regressar uma e outra vez, motivado pelo forte vínculo que a ele o une. Nestes dois exemplos, a viagem opõe-se frontalmente ao turismo. Em ambos os casos, a relação passiva com o território que é própria do turismo dá lugar a uma apropriação activa do mesmo - ao qual sempre se retorna e no qual se penetra a um nível mais profundo do que aquele em que os operadores turísticos fazem proliferar os seus negócios. Mas esta imersão radical noutros mundos está hoje em vias de extinção. Porque o turismo se tornou hegemónico na mediação do viajar, que assim se converte numa actividade cada dia mais trivial, passiva, repetitiva; e cada dia também mais parecida com o rotineiro passeio de fim de semana pelo interior colorido e previsível do shopping mais próximo.

**Muitos habitantes passam a sentir-se deslocados no próprio território que habitam, o qual, para melhor vender-se, é transfigurado por um novo design que elimina as marcas de apropriação subjectiva deixadas pelos residentes.**

## 2. Unidade e equivalência na diversidade

Para tornar vendáveis, em atractivos pacotes, museus, igrejas, bares, praias ou celebri-

dades (como escritores, pintores, cientistas ou futebolistas), o turismo unifica toda a sua oferta. Deste modo, torna equivalente e complementar o que é essencialmente diferente, único, incomparável. É assim que numa lógica de *experiência turística* tem cabimento incluir-se num mesmo roteiro por Lisboa o Mosteiro dos Jerónimos, dois ou três miradouros, as casas onde viveram Amália e Pessoa, o bairro de Alfama, o Castelo de São Jorge, uma casa de fados e até o Museu do Benfica. Somente o turismo possui esse dom de tornar equivalente e complementar lugares radicalmente díspares que requerem contextualizações próprias.

Fábrica universal de equivalências, o turismo manipula a matéria com que fabrica as suas mercadorias de modo a torná-las universais. O que seria interpretável apenas à luz de códigos locais torna-se descodificável pelo uso de um código universal, o qual qualquer turista, independentemente do seu background cultural, poderá doravante aplicar em qualquer lugar para interpretar não importa o quê. Pouco interessa se está a visitar uma favela no Rio ou em Bombaim, uma catedral em Colónia ou em Paris, uma loja de artesanato em Marraqueche ou em Pequim, a casa de um pintor em Florença ou em Amesterdão, o turista busca sempre ingredientes como a grandiosidade, a espectacularidade, o exotismo e o pitoresco, os quais cada vez mais frequentemente se complementam com condimentos de uma outra ordem, mais ligada ao que poderíamos chamar a *componente subjectiva* da experiência turística, como são o bem-estar, a aventura e a emoção.

E é precisamente deste conjunto solidário de ingredientes que deriva a nova semântica que, no seu *estádio turístico*, o território adquire, tornando obsoletos os velhos significados que as populações locais lhe costumavam atribuir. Daí a legitimidade do seguinte enunciado, com vastas repercussões semióticas: *o turismo é já em si mesmo uma recontextualização do mundo sensível que dispensa todas as contextualizações até aí existentes.* Ele apresenta-nos por isso um mundo novo para um homem novo.

## 3. Simulacros de autenticidade

As versões mercantilizáveis que, para atrair consumidores, o turismo cria lá onde opera falsificam os mundos que elas supostamente representam. Enquanto exploração económica dessas versões - ou, se preferirmos, desses *pseudomundos* -, o turismo instrumentaliza e adultera uma parte do território para aí fabricar imagens estandardizadas que se consomem com reduzido esforço intelectual. Apesar de serem geralmente apresentadas como estando ligadas aos usos e costumes tradicionais de diversas populações, essas imagens raramente são mais do que *simulacros de autenticidade*. É assim que um pouco por toda a parte se reinventam, no sentido de tornar facilmente comunicáveis aos turistas, centros históricos, gastronomias regionais, artes populares ou arquitecturas antigas. O 'autêntico', que os pacotes ou guias turísticos frequentemente anunciam ao consumidor, é uma das ficções mais em voga no universo turístico.

Pouco interessa se está a visitar uma favela no Rio ou em Bombaim, uma catedral em Colónia ou em Paris, uma loja de artesanato em Marraqueche ou em Pequim, a casa de um pintor em Florença ou em Amesterdão, o turista busca sempre ingredientes como a grandiosidade, a espectacularidade, o exotismo e o pitoresco.

Por outro lado, no interior dos pseudomundos que os turistas visitam e fotografam, ninguém tem histórias pessoais, vinculadas a biografias verdadeiras, para contar. Esses mundos falsificados não são habitados por um único ser que neles construa a sua vida: empregados de lojas e restaurantes, recepcionistas, motoristas, vendedores, cozinheiros, falsos artífices, seguranças privados, polícias e guias profissionais apenas desempenham a sua função profissional para viabilizar o consumo turístico do território. Mas, terminado o seu turno, cada um destes assalariados regressa ao seu lar, onde estão os mundos autênticos que o turista jamais descobre porque aí não há espectáculos fabricados para serem consumidos - se entrasse por via da amizade, ele não seria um turista que é por definição um consumidor. O turista nunca chega a entrar senão num pseudomundo construído e habitado por vendedores profissionais de qualquer coisa, criadores de cenários exclusivamente modelados para serem consumidos.

## 4. Imagens autonomizadas

Para tornarem vendável o leque de serviços e mercadorias com que estruturam a sua oferta, os promotores da indústria turística operam modificações estratégicas no tecido do território. Estas modificações formatam o território de acordo com as exigências do paladar turístico. Produzem assim transformações profundas tanto no património histórico, como nas paisagens ou arquitecturas que marcam a cultura e a identidade das comunidades a que estão vinculadas. Tais transformações possuem naturalmente inúmeros efeitos colaterais sobre os quais, porém, raramente se considera relevante discutir.

O efeito mais dramático é o estabelecimento de uma ruptura entre o território e os seus habitantes. Para melhor aproximar o turista do território que lhe é vendido, acaba por subtrair-se desse território quem o habita. Um exemplo desta separação radical que é sobejamente conhecido por quem vive hoje em Lisboa é a *expropriação*

O turista nunca chega a entrar senão num pseudomundo construído e habitado por vendedores profissionais de qualquer coisa, criadores de cenários exclusivamente modelados para serem consumidos.

de que estão a ser vítimas muitos lisboetas relativamente aos bairros históricos, situados no coração da sua cidade. Quem por exemplo procurar, no eixo que percorre esses diferentes bairros, um imóvel para alugar sentirá muitas dificuldades em encontrar o que procura. Reservada ao aluguer de curta duração a turistas, a oferta imobiliária nestes bairros é cada vez menos dirigida aos habitantes da cidade. Tendo-se iniciado assim o processo que a médio prazo irá converter os bairros históricos num pitoresco e lucrativo parque temático - sem outra vida para lá daquela que é cuidadosamente encenada para os turistas -, os habitantes de Lisboa não têm outra opção senão virarem-se para bairros que por agora apresentam um potencial menor de atracção turística.

A este respeito deve notar-se que o turista, consumidor passivo de paisagens e lugares, e o habitante, que destes se apropria activamente, perseguem territórios antagónicos. O primeiro busca um território exótico, surpreendente, repleto de espectáculos cujo consumo dá pleno sentido à sua viagem. O segundo, um território que ele pode moldar e tornar num espelho da sua própria biografia e num instrumento para a construção da sua identidade. Com o rápido crescimento da indústria turística, é o território do habitante que deixa subitamente de reproduzir-se, já que, para melhor vendê-lo aos turistas, aquela indústria apaga as marcas de uso deixadas pelas comunidades locais: reabilitam-se fachadas urbanas onde são eliminados os traços (cores, motivos, etc.) que os habitantes ao longo de décadas nelas haviam deixado, elimina-se também das ruas o mobiliário móvel bem como outros objectos efémeros usados pelas classes populares e adaptam-se ao gosto do turista os interiores de cafés, restaurantes, mercados e outros comércios, bem como a própria oferta, tornada *chic* e *gourmet*, que esses estabelecimentos doravante disponibilizam.

Em consequência, muitos habitantes passam a sentir-se deslocados no próprio território que habitam, o qual, para melhor vender-se, é transfigurado por um novo *design* que elimina as marcas de apropriação subjectiva deixadas pelos residentes - marcas essas em torno das quais se construíam identidades e memórias, as quais deste modo também se diluem. E é justamente quando os habitantes de um dado território são impedidos de se apropriar do mesmo que a indústria turística encontra condições para proliferar. Com efeito, o turismo jamais se pratica em grande escala em lugares onde impera uma apropriação subjectiva do território ou qualquer forma de relacionamento com o mesmo que não seja exclusivamente mediada pela mercadoria.

Ao criar a sua própria oferta de mercadorias equivalentes, que competem entre si para seduzir todo aquele que viaja, o turismo faz *tabula rasa* dos territórios onde se instala, apesar de aparentemente conservar e manter intactos esses territórios, os quais apresenta como sendo representações verdadeiras da identidade de um povo particular. Nestes territórios reconvertidos em destino turístico, os habitantes testemunham assim no seu quotidiano a materialização de uma das leis fundamentais da sociedade do espectáculo, ao verem *aquilo que era directamente vivido afastar-se numa representação*. Tornado objecto de pura contemplação, sobre o qual os habitantes dispõem de pouca ou nenhuma capacidade para intervir, o território turístico converte-se numa imagem autonomizada - uma aparência, um espectáculo. Eis, em suma, o que todo o turista consome.

O fenómeno turístico tem assim permitido ao capitalismo estender-se a territórios que permaneciam completamente ignorados pela industrialização do planeta, muitas vezes totalmente abandonados.

E é precisamente por o grosso do capital gerado por esta indústria não vir beneficiar os pequenos agentes da economia que, um pouco por toda a parte, nos habituámos a assistir ao estranho convívio do turismo com a miséria mais obscena.

## 5. Small world

Enquanto redução da experiência da viagem ao consumo de mercadorias, o turismo tem sido nas últimas décadas uma das actividades económicas que mais tem contribuído para a expansão geográfica e planetária do capitalismo, levando-o a apoderar-se de territórios até aí desprezados pelos investidores: centros históricos que tinham sido desertados pela classe média, paisagens naturais que se conservavam inacessíveis ao tráfego humano, aldeias e outros territórios que movimentos migratórios haviam tornado espaços abandonados, mosteiros e conventos que o declínio da fé privara de qualquer utilidade.

O fenómeno turístico tem assim permitido ao capitalismo estender-se a territórios que permaneciam completamente ignorados pela industrialização do planeta, muitas vezes totalmente abandonados. Graças a ele, é um novo tipo de indústria que desponta também em regiões até aí consideradas inóspitas. Por exemplo, em países completamente marginalizados pela economia-mundo capitalista como o Haiti, o Nepal, a Gâmbia ou Cabo Verde, o turismo dá um forte contributo para tornar o território atractivo para os investidores. Também em certas zonas desabitadas da Islândia, onde o frio, a baixa fertilidade dos solos e a falta de luz natural tornaram impossível a exploração económica do território, é agora o turismo que progressivamente torna essas regiões apetecíveis do ponto de vista da criação de negócio. O turismo leva assim o empreendedorismo e a criação de mais-valia a todas as latitudes do planeta.

Regularmente, os jornais informam-nos acerca das suas sucessivas conquistas, que em Portugal ocorrem a um ritmo quase diário: o fundo do mar ao largo da Madeira, tornado acessível ao consumidor de experiências sub-aquáticas; o interior da ilha açoreana das Flores, cujos trilhos se abrem aos amantes do trekking; aldeias abandonadas algures no interior, reconvertidas em cenários para experiências neo-rústicas. E a lista não teria fim, já que, em 2016, está em vias de deixar de existir um território que se possa considerar marginal para o turista. O que é válido tanto para Portugal como para o resto do mundo.

As fronteiras que migrantes e refugiados frequentemente encontram nos seus temerários périplos não têm lugar neste mundo novo, cada vez mais homogéneo e coerente, mas também cada vez mais interligado e pequeno, que o turista explora. O último estádio da mercantilização do *small world* turístico é aquele em que, quase sem excepção, todo o território mundial é posto à venda: dos confins até há bem pouco tempo impenetráveis da Amazónia às favelas insalubres de Bombaim, nada parece já conseguir escapar aos imprevisíveis e dinâmicos tentáculos da mercantilização turística.

## 6. Quem lucra com o turismo?

É habitual ouvir-se os defensores do turismo considerarem-no uma indústria mais *democrática* do que muitas outras e, nesse sentido, um importante factor de dinamização da economia no seu conjunto. Com a explosão da chamada *economia colaborativa*, através do sucesso alcançado pela empresa Airbnb, tem-se mesmo ouvido falar dos enormes benefícios sociais do turismo, graças à sua suposta capacidade para redistribuir riqueza por uma grande quantidade de pequenos agentes económicos. No entanto, em grandes metrópoles como Nova Iorque, onde aquela empresa está particularmente bem implantada, estima-se que uma percentagem cada vez mais elevada dos imóveis disponíveis para aluguer temporário pertençam já a empresas profissionais e não a pequenos proprietários. Aquilo que começou por ser uma boa oportunidade de negócio para proprietários amadores - em detrimento das grandes cadeias de hotéis - está-se progressivamente a transformar numa excelente fonte de rendimento para um número crescente de investidores que, nos últimos anos, se estão a virar fortemente para a compra e aluguer de imóveis nos bairros das grandes cidades com maior potencial turístico. Este mero exemplo revela que, até mesmo na sua versão *colaborativa* e *social*, o turismo está longe de contribuir para a economia no seu conjunto, como advogam os seus defensores.

Também o desenvolvimento mais recente do negócio imobiliário nos centros históricos de Lisboa e Porto mostra quem sai a ganhar com o desenvolvimento desta indústria. Em vez de beneficiar directamente os moradores menos abastados desses bairros, que vêem o preço do metro quadrado aumentar abruptamente, a reabilitação de milhares de antigos edifícios - fenómeno que decorre no âmbito de um processo mais vasto de musealização turística de bairros inteiros - é promovida por empreendedores e investidores que reconvertem casas de habitação em apartamentos para alugueres de curta duração. Uma classe de novos proprietários, mediada por meia dúzia de agências de mediação internacionais, reconverte assim os territórios à medida do capital que investe, os quais passam a excluir quem antes os habitava.

Enquanto actividade económica própria do capitalismo, o turismo não cria igualdade na economia, ele contribui para criar justamente o seu oposto. Que, por conta do afluxo turístico, um pequeno proprietário possa alugar de vez em quando um quarto ou um apartamento, ou que um pequeno comerciante possa vender mais umas cervejas ou uns pastéis de nata são pormenores que pouco ou nada mudam nas contas globais. O centro de todas as cidades onde o turismo está há já algumas décadas enraizado, com o seu comércio gradualmente tomado por uma rede de cadeias multinacionais, mostra que tipo de economia lucra com a adulteração turística do território, onde os *big players* nunca são os pequenos peões da economia regional, mas uma pequena rede de empresas gigantes com negócios à escala planetária. Em Barcelona, como (2) noticiava o New York Times, por causa do aumento das rendas provocado pela pressão turística nas zonas históricas, os pequenos comércios tradicionais vão desaparecendo para dar lugar a grandes cadeias internacionais, como no triste caso - entre outros igualmente citados pelo jornal americano - de uma livraria histórica que fechou para dar lugar a mais uma loja do império Mango.

A este respeito poderia igualmente observar-se que, se o turismo fosse efectivamente uma fonte de redistribuição de riqueza, então a paradisíaca ilha da Madeira, recentemente distinguida pelos World Travel Awards como o melhor destino insular do mundo - sucedendo neste galardão à ilha do Bali -, não seria uma das regiões mais pobres de toda a Europa Ocidental, onde crianças famintas vão para a escola sem comer e são atendidas nos estabelecimentos de saúde com sintomas de desnutrição. Nesta ilha, os números oficiais apontam para um crescimento significativo dos lucros da actividade hoteleira. Segundo dados da Administração dos Portos da Madeira, são também 285 os navios de cruzeiros que estão previstos atracar no arquipélago em 2016. Mas, apesar deste excelente desempenho da actividade turística, são paradoxalmente cada vez mais frequentes as notícias (3) que referem a fome, a pobreza e a miséria na ilha que os promotores turísticos vendem como 'a pérola do Atlântico'.

A conlusão que face a estes factos se impõe é que o grosso do capital gerado pelo turismo está muito longe de ser distribuído equitativamente pelas populações residentes, concentrando-se pelo contrário nas mãos de redes internacionais de investidores que mobilizam o seu investimento para aqueles negócios e territórios que, em cada momento, lhes garantem as melhores margens de retorno. E é precisamente por o grosso do capital gerado por esta indústria não vir beneficiar os pequenos agentes da economia que, um pouco por toda a parte, nos habituámos a assistir ao estranho convívio do turismo com a miséria mais obscena. Afinal de contas não serão a economia capitalista e a favela os dois lados de uma mesma moeda?

**/// NOTAS**

**1** "Todos somos turistas": Reportagem no site do Jornal Público em 20/12/2015| https://goo.gl/86B3nH

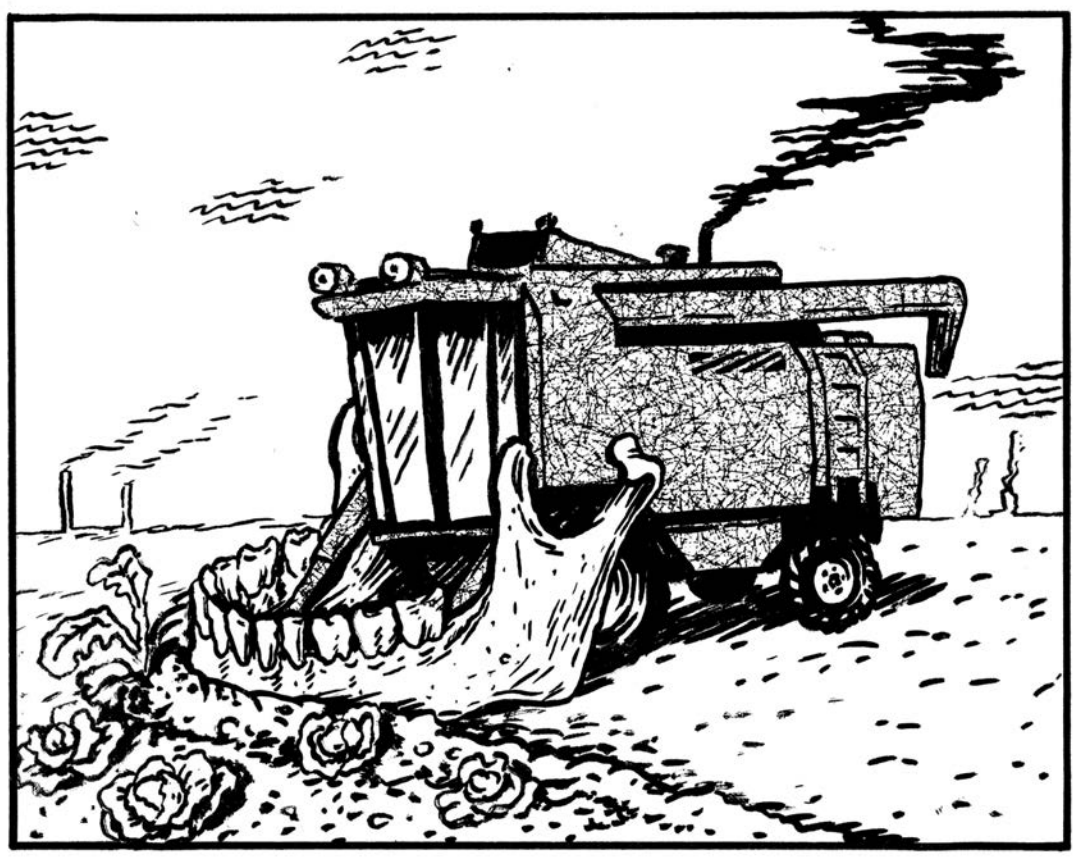
**2** "Historic Loss May Follow Rise of Rents in Barcelona", Artigo no jornal New York Times em 19/10/2014, | http://goo.gl/KiSMUL

**3** "A fome e a pobreza estão a aumentar na Madeira", artigo na Radio Calheta em 03/11/2015 | http://goo.gl/2Ebo2C

TEXTO **JÚLIO HENRIQUES**
ILUSTRAÇÕES **TIAGO BAPTISTA**

# A agricultura na grande encruzilhada

«A terra nutriente é hoje o elemento mais desprezado e ignorado pela grande maioria da comunidade científica, dos intelectuais, dos políticos, dos artistas, dos religiosos e do povo em geral. No entanto, a terra nutriente é o princípio essencial sem o qual nada mais pode existir.» Pierre Rabhi



Na sua análise da evolução da agricultura portuguesa entre as décadas de 1950 e 1990, publicada em 1996 [**1**], o Prof. Fernando Oliveira Baptista descreve extensamente os processos que alteraram de forma fundamental os trabalhos e a produção agrícolas, a ocupação do território e a relação do homem rural com a terra do ponto de vista produtivo e social. Essas alterações consistiram na penetração mais acentuada do capitalismo nos campos, em particular através do seu cavalo de Tróia que são as tecnologias industriais, que não incluem apenas máquinas, mas também as chamadas «sementes melhoradas», os produtos químicos de síntese e sistemas laborais decorrentes da lógica fabril.

Retrospectivamente, é interessante notar que ele o faz a partir do paradigma do produtivismo como orientação normal, e normalizadora, registando-o como um fenómeno inevitável e de índole virtuosa, embora problematize seriamente diversos aspectos dessa evolução geral.

Segundo a sua análise, o êxodo das populações rurais desde os anos 60, acelerando «a transformação tecnológica da agricultura», generalizou o uso do tractor, do motocultivador, da ceifeira-debulhadora e até do avião, aplicado na monda e na adubação do arroz e do trigo nas zonas onde estes cultivos eram mais concentrados. Nessa enumeração de processos transformadores, em que refere a substituição dos aparelhos tradicionais de elevação de água pelo motor de rega, o incremento da utilização de adubos químicos, fungicidas e insecticidas de síntese, a incentivação do recurso às «sementes melhoradas» e aos alimentos concentrados para animais, este grande estudioso das questões agrárias sublinha a diminuição das horas de trabalho necessárias à produção agrícola.

Ao mesmo tempo, a substituição de gado de trabalho pela motorização, levando a uma quebra na produção de estrume e à diminuição generalizada de fertilizantes orgânicos, ao contribuir para o incremento dos adubos químicos (introduzidos em Portugal nas duas últimas décadas do século XIX e cujo consumo aumentara quase quatro vezes entre 1950 e 1990), terá permitido «uma maior liberdade na relação do agricultor com a natureza». Ou seja, «a melhoria e manutenção da fertilidade da terra deixaram de depender apenas dos equilíbrios fabricados na sua exploração e passaram a poder ser doseadas e corrigidas com maior autonomia relativamente ao espaço onde se desenrola a actividade agrícola. Esse maior domínio do agricultor sobre o meio decorreu também da vulgarização dos fungicidas e pesticidas no combate às pragas e doenças que afectam plantas e animais».

Além disso, o acréscimo na utilização das tais sementes melhoradas e sobretudo o grande aumento do recurso a alimentos concentrados para animais tiveram como consequência a constituição de um sector de unidades de pecuária sem terra (pocilgas e aviários) e um aumento substancial das importações agrícolas.

## Uma adesão imperiosa

A adesão a estas transformações ter-se-á imposto aos agricultores como uma necessidade inelutável, para poderem continuar a exercer a sua actividade no contexto sociopolítico em que ela passou a decorrer a partir da década de 1960, cujo efeito colateral mais notório foi a emigração em massa. Aos agricultores que não conseguiram proceder a essa imperiosa reconversão técnica restaram apenas três soluções: abandonarem a agricultura; alterarem profundamente a produção, em geral fazendo culturas extensivas para minimizar os investimentos; ou resistirem sacrificando a remuneração do trabalho familiar, solução esta que só terá sido possível aos que estavam mais protegidos das dinâmicas dos mercados.

Este último aspecto é de salientar, sendo reconhecido que as explorações de pequena dimensão resistem melhor às crises e mudanças, tendo em conta que a remuneração do trabalho dos membros do agregado familiar é frequentemente muito menor do que se fosse contabilizada aos preços do mercado laboral, e que o seu sustento, em grande parte, é obtido directamente da terra agricultada.

Nesse balanço de 40 anos relativo às pessoas que trabalham na agricultura em Portugal, o Prof. Fernando Oliveira Baptista distinguiu algumas tendências muito claras. O número dessas pessoas, em finais dos anos 90, era metade do que fora nos anos 50. Aumentara o número de mulheres na agricultura, por força da guerra colonial e da emigração, e aumentara o envelhecimento geral desta população. Os trabalhadores familiares tinham passado a ser a maior parte da população agrícola e cultivavam mais de metade da superfície agrícola útil. E a maior parte das famílias ligadas a explorações agrícolas vivia também de rendimentos exteriores às unidades de produção.

Entretanto, tinha-se acentuado o recurso das explorações agrícolas a equipamentos exteriores e a empresas de serviços (tais como de contabilidade ou de projectos), e tinham declinado a entreajuda e os trabalhos sazonais migratórios, mantendo-se todavia os das vindimas, da apanha da azeitona ou do figo.

Naquilo a que se chama reconversão tecnológica integra-se a adopção das chamadas «sementes melhoradas». Vale a pena lembrar o caso do milho, hoje tão ameaçado pelos cultivos de transgénicos. Nos anos 60 e 70, num primeiro passo para substituições futuras como a dos OGM, a política estatal aconselhou e apoiou a substituição dos milhos regionais por milhos híbridos, em particular no Minho. Mas deparou com grandes resistências. Os híbridos eram mais exigentes na fertilidade dos solos e nos cuidados culturais, em especial no tocante à rega e à intensidade das adubações. O dispêndio em dinheiro com adubos e sementes era cinco vezes superior e o subsídio estatal cobria, no máximo, um terço desse aumento da despesa. Foi com certeza graças a essa resistência que em Portugal ainda continuam a ser cultivados milhos locais, a cuja identificação e preservação a associação Colher Para Semear tem dedicado os esforços possíveis.

## Cartilha da adesão

A visão positiva da passagem da agricultura para formas mais integradas na economia canónica, ou seja, no capitalismo puro e duro, sem contemplações nem «estados de alma», passou desde então a ser uma cartilha, ministrada por um grande número de catequistas presentes em diversas instâncias e quase sempre pagos para isso. O lema principal desta catequese reside naquilo a que chamam *realismo*, assente nas «regras do mercado», na «produtividade», na «exportação», nas «economias de escala». Este discurso omnipresente, beatamente acolhido e aplaudido em quase toda a parte, é um elemento substancial da ideologia dominante ou não fosse ele o refrão geral do capitalismo como religião, cujo grande eixo central assenta nisto: acumular capital para acumular ainda mais capital.

É também por isso que os grandes problemas decorrentes da situação da agricultura contemporânea precisam de ter respostas políticas. Não no sentido estreito e amiúde estéril de políticas partidárias, mas no sentido mais fundo, de filosofia política, relativo ao necessário enfrentamento das questões públicas e colectivas que as práticas agrícolas implicam. Com efeito, a agricultura não se resume ao nome oficial de «sector primário» que lhe foi atribuído pelos gurus da economia, tendendo a designá-la como algo de inferior, que rebaixa quem a pratica ao estatuto de atrasado – excepto, claro está, quando se trata de *empresários* donos e senhores de mão-de-obra ou, melhor ainda, de *latifundiários* como os que continuam a mandar em Portugal. A agricultura, considerada como civilização agrária que mantém os humanos próximos da sua fonte de vida, é antes de mais uma cultura, de cuja perda não se pode esperar nada de bom. Paralelamente à crítica da mercantilização da saúde humana, é importante encarar-se a agricultura como parte essencial da saúde da terra. Tal como a saúde do corpo humano não deveria ser objecto de mercantilização, a saúde do corpo da Terra (dos solos), intimamente associada à agricultura, deve ser vista a partir da lógica íntima desta actividade, que é múltipla, de dimensão ecológica, e não redutível, como no capitalismo, à mera produção de mercadorias.

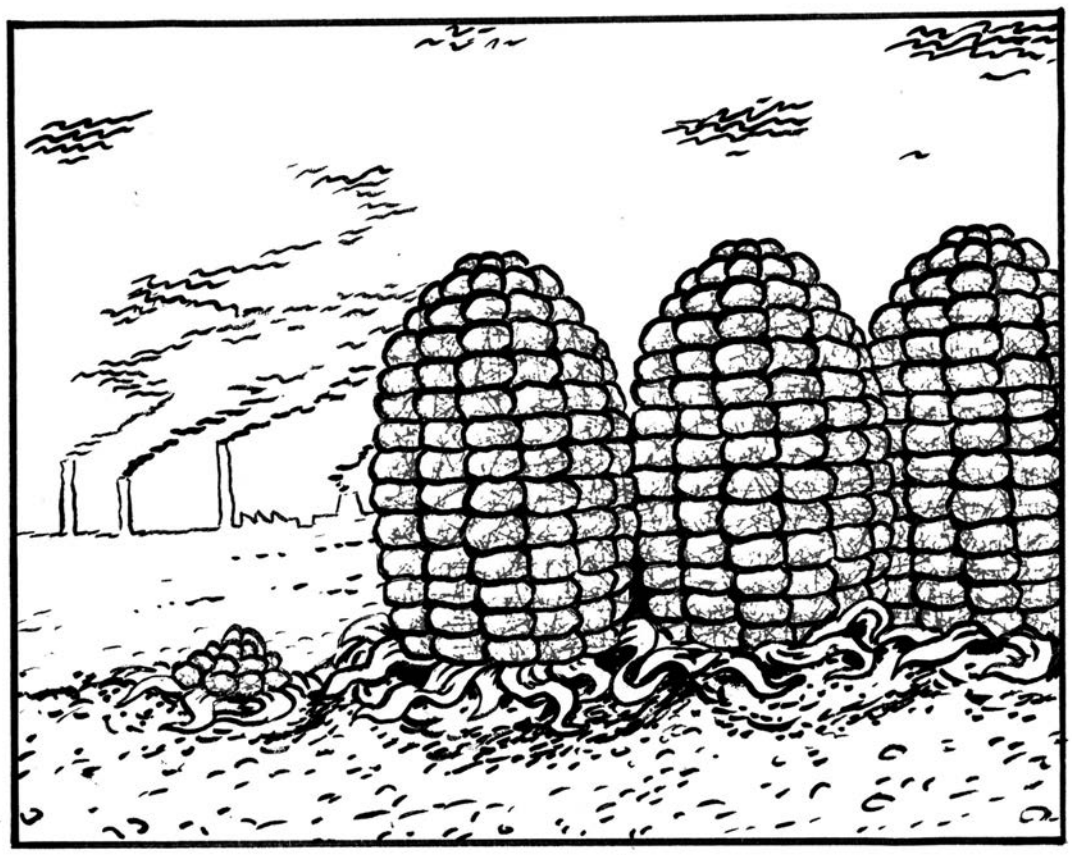
## Visão contaminada

A visão que em geral hoje se tem da agricultura está excessivamente contaminada pela centralidade que o imaginário do mundo urbano tem vindo a impor em todos os aspectos da existência. Isto provém da dimensão quantitativa do mundo urbano, resultante do facto de em 2008, pela primeira vez na história da humanidade, ter passado a haver mais habitantes nas cidades do que no campo. Mas resulta também, e talvez sobretudo, da dimensão *qualitativa* que a visão urbana ou citadina passou a ter, na sequência do deperecimento do mundo rural camponês nos países ocidentais. A cidade, lugar de concentração, antes de mais

militar e policial, teve sempre um papel imperial, foi sempre o centro do poder. Mas entretanto, com o desenvolvimento das tecnologias formatadoras de comportamentos conformistas e «anémicos», a cidade adquiriu uma supremacia que pretende ser inquestionável, encarando a ruralidade como o lado obsoleto da evolução humana – ou, na melhor das hipóteses, como paisagem ou *reserva* para exploração turística. De resto, foi o olhar urbano, auto-referencial, que escreveu a História, que determinou o que é relevante e memorável, que definiu o que significa cultura. Segundo essa perspectiva, o campo é um ambiente residual, uma realidade muda, vestígio de um tempo ultrapassado.

E isto apesar de a «digestão» urbana depender inteiramente do que acontece no campo. Tanto dos alimentos como de outras coisas que ali se produzem. Para as actuais jovens gerações, cujo referencial básico passou a ser essa entidade endeusada a que é dado o nome de *Novas Tecnologias* (e o seu respectivo mundo exterior ao solo **[2]**), é muito menos evidente a dimensão rural que a própria cidade sempre teve até tempos recentes. Como lembra um autor espanhol, Marc Badal, num livro admirável **[3]**, a que aqui recorro por diversas vezes, essa dimensão rural presente na cidade está hoje contida no pensamento e na recordação dos que saíram das suas aldeias sem as terem abandonado por completo, na vontade que têm de lá voltar sempre que podem, dos homens e mulheres que se sentem exilados na cidade. Porque os camponeses do nosso tempo foram-se das suas terras em silêncio, expulsos por algo que era implacável mas que, por assim dizer, não tinha rosto; por um inimigo que não parecia facilmente identificável e que quase sempre era associado ao destino ou à fatalidade. Segundo Pierre Clastres, o etnocídio é aquilo que destrói um povo no espírito, do mesmo modo que o genocídio o aniquila no corpo. Foi isso que em parte aconteceu com aqueles a quem chamamos camponeses, embora entre si eles se designassem com o nome de lavradores. E agora, ao mesmo tempo que a cidade contemporânea oculta as últimas características da sua ruralidade, vêem-se no campo, com nitidez cada vez maior, os sinais de identidade que a sua nova condição urbana vai importando, em grande parte também através das omnipresentes e quase sacras «novas tecnologias».

Neste contexto, há um aspecto, muitíssimo marcante na sociedade portuguesa, que convém ser tido em consideração: aquilo a que podemos chamar «complexo da doutorice». Este «complexo», desde os anos 80, quando na ressaca da derrota do movimento revolucionário do 25 de Abril a velha sociedade voltou ao de cima com as suas caquéticas mas renovadas hierarquias de *dótores,* alastrou a uma grande parte da juventude, que desdenha o campo, mesmo ou sobretudo quando nele vive, podendo até dar-se ao luxo de sentir-se superior aos seus ascendentes se estes forem «gente do campo». Isto explica o facto de haver, comparativamente, menos jovens portugueses do que estrangeiros que optam por tornar-se agricultores ou artesãos, exprimindo nisso o grande medo (o terror) de estarem «a andar para trás» porque as ordens ladradas pela ideologia que domina são sempre no sentido da adesão ao que houver de «mais moderno».



### Necessidade de uma visão política

A necessidade de visão política, a que antes aludi, deve-se também ao facto de a agricultura ser sobretudo abordada como técnica ou conjunto de técnicas, e que se a discute amiúde a partir do que se concebe como um mero pragmatismo *básico* (produzir alimentos), pondo de parte o que ultrapassar essa bitola. Mas, citando Pierre Rabhi, «para compreendermos o grande impasse em que nos encontramos, não podemos limitar-nos a constatar a problemática agrícola. Se a agricultura moderna é tão destruidora e tão ignorante das leis da vida, é porque se inscreve num movimento geral da sociedade que parece igualmente crucial compreender e repensar».

Em 2005, na revista *Coice de Mula,* um co-fundador da Colher Para Semear, Ricardo Paredes, chamou a atenção para uma questão importante: a agricultura biológica não é uma panaceia. «A noção de subdesenvolvimento agrícola a que a agro-indústria, de produção mercantilista, reduz a agricultura de bons velhos hábitos, tem suscitado a propagação (e aceitação) da ideia de que a agricultura tradicional, arcaica, é coisa obsoleta, para depois se poderem inventar (e autenticar) novos processos produtivos. É frequente assistirmos, através de directrizes da União Europeia, à valorização das áreas cultivadas no chamado regime biológico, fomentando-se por incúria o desaparecimento do minifúndio pluricultural, arreigado nas comunidades apontadas como estando aquém do chamado *desenvolvimento*. Ganha assim ascendente uma nova forma de ideologia agrícola escudada em si mesma que funciona através de códigos de conduta transformados num selo de avalização para o consumidor, na crença cega de que isso legitimaria o "bom consumo". Convém notar que a própria denominação de Agricultura Biológica é já uma marca de registo, com direito ao uso exclusivo de uma dada terminologia, tal como as expressões *biológico, ecológico, amigo do ambiente,* etc.»

Com efeito, a chamada agricultura biológica, embora constitua uma evolução positiva em relação à agricultura industrial, não significa necessariamente um avanço que possamos aplaudir de olhos fechados. Uma boa parte dela, a mais transaccionada e integrada no sistema da subsidiação, por vezes constituída por monoculturas assentes em latifúndios, já faz parte do capitalismo verde.

O que me parece necessário sublinhar é que a agricultura do nosso tempo não constitui uma questão secundária, uma coisa porventura simpática mas muito inferior aos *planos de desenvolvimento* que os governos cozinham em perfeito conluio com as empresas predadoras. A agricultura, precisamente por ser a mais essencial e vital de todas as actividades humanas, está no âmago dos grandes questionamentos que começaram a pôr em causa os fundamentos desta civilização e que hoje interrogam radicalmente o imaginário produtivista decorrente das revoluções industriais, de que resultaram organismos e entidades massificados, sobredimensionados, incontroláveis pelos cidadãos comuns, os quais (como argumentam todos os governos) só podem ser *administrados* com base numa teia de corpos especializados de técnicos e peritos, abarcando-se nestes, para começar, grandes forças policiais e militares dissuasoras de qualquer oposição séria aos ditames governativos.

### Civilizados

Quando nos países chamados civilizados as despesas de saúde já estão em vias de ultrapassar as despesas com a alimentação, isto revela que as bases desta civilização são altamente criticáveis, não só em palavras mas sobretudo em actos. Que se impõe mudar, não de governo, mas *de civilização*. Mas é nisto, precisamente, que muitos de nós podemos sentir-nos paralisados, porque um tal cometimento, certamente necessário e cuja necessidade se mostra cada vez mais urgente, parece inalcançável, devido à sua aparente desmesura.

Dos agricultores espera-se que os seus produtos não sejam nocivos à saúde humana. Mas hoje sabemos que essa esperança se vem tornando cada vez mais aleatória, e que em muitos lugares do mundo as pessoas que partilham entre si uma refeição, em vez de proferirem o tradicional «bom apetite», são levadas a desejar aos seus comensais um novo voto: «boa sorte!»

As artificializações tecnicistas consubstanciais à propagação sem fim da sociedade industrial, alicerçada na intensificação do lucro por todos os meios e no correlativo desenvolvimento de máfias empresariais e políticas, têm levado muita gente a esquecer que a vida humana depende directamente da agricultura, no único planeta que podemos habitar. A produção de alimentos, tal como é levada a cabo de forma maioritária, tornou-se em si mesma um problema de graves dimensões, tendo a agro-indústria passado a constituir um desastre programado.

São muitos os factores que contribuem para isso. Lembremos alguns: concentração no sector agroalimentar de corporações financeiras transnacionais que impõem as suas directivas a governos nacionais e internacionais (caso da União Europeia); monoculturas intensivas e extensivas vocacionadas para a exportação, concebida como panaceia económica; açambarcamento de terras por empresas multinacionais ou estatais em diversas partes do mundo, levando à expulsão de camponeses dos seus próprios habitats e meios de vida; utilização de maquinaria cada vez maior e mais «sofisticada», dispendiosa e pesada; recurso exponencial a pesticidas, herbicidas e outros ecocidas; desenvolvimento imparável de organismos geneticamente modificados cujas incidências patológicas têm sido documentadas; dependência estratégica de combustíveis fósseis e das guerras que a sua posse fomenta; incessante esgotamento dos solos; incontrolável poluição das águas; desvitalização dos alimentos «normais»; doenças provocadas entre trabalhadores do agronegócio e consumidores dos seus produtos; transportes colossais decorrentes dos processos da comercialização mundializada; influência de tudo isto nas alterações climáticas.

Um tal conjunto de factores representa um dos aspectos da encruzilhada civilizacional em que a agricultura se encontra. Um outro aspecto são as alternativas que têm vindo a ser criadas a esta predatória produção de alimentos.

É aqui que entram as práticas agrícolas e de acesso aos alimentos opostas à massificação e à racionalidade do capitalismo, configuradas na agroecologia de dimensão humana, que procura relocalizar as actividades produzindo e consumindo localmente.

No mundo inteiro, desde há décadas, são muitos os grupos de pessoas e movimentos que lutam contra o estado de coisas imposto pelas grandes empresas transnacionais e pelos governos ao seu serviço, promovendo práticas que estão a edificar, através de uma outra agricultura, uma outra visão do mundo, suscitando formas mais justas e saudáveis de acesso aos produtos alimentares. Este movimento geral, que não aparece nos noticiários nem é dado a conhecer pelos média dominantes, resulta de um longo processo de consciencialização que encara a terra, não como uma *coisa* de que os homens podem apoderar-se a seu bel-prazer, mas como uma entidade nutriente que devemos respeitar, proteger e venerar, considerando-a sagrada.

Nas práticas destes novos conhecimentos e capacidades estão a emergir novas relações: dos seres humanos com a terra e dos seres humanos entre si.

**/// NOTAS**

**1** Em «Declínio de um tempo longo», na obra colectiva O Voo do Arado, Museu Nacional de Etnologia – Instituto Português de Museus, Ministério da Cultura, Lisboa, 1996.

**2** Exterior, note-se, só em aparência. O fabrico de material electrónico não só depende da predação intensiva de substâncias existentes nos solos, como está na origem de guerras prolongadas, como no caso do apoderamento e exploração de coltan na República Democrática do Congo, onde, segundo a ONU, a disputa por esse «ouro azul» já terá causada a morte de milhões de pessoas.

**3** Marc Badal, Vidas a la intemperie, editorial Campo Adentro, Madrid, 2014.

# Psiquiatria 2.0: a tecno-colonização da mente

TEXTO **κοινωνία**
ILUSTRAÇÃO **JOSÉ SMITH VARGAS**

Quando, em 1952, José M. R. Delgado publicou os seus primeiros artigos científicos sobre a implantação de eléctrodos no cérebro, a lobotomia, desenvolvida pelos cirurgiões americanos como aperfeiçoamento da leucotomia pré-frontal (inventada em 1936 pelo A. Egas Moniz e que lhe valeu o prémio Nobel a 1949), era uma das técnicas médicas mais difundidas para tratar comportamentos definidos como doenças mentais, tais como a depressão, a esquizofrenia, os distúrbios obsessivo-compulsivos, entre outras. Uma das muitas vítimas desta abjecta prática foi Rose Marie Kennedy (irmã do presidente Kennedy) cujas mudanças de humor e livres relações com os homens impulsionaram as queixas do pai aos médicos que, em 1941, a mutilaram, constrangido-a a um estado vegetativo: a olhar para o vazio, incontinente e dizendo palavras sem sentido. Vis instituições e clínicas do terror continuaram com estas atrocidades até meados dos anos 80. Entretanto, querendo dar a sua contribuição ao progresso, Delgado implantava os seus *stimoceiver* em cérebros de chimpanzé, gatos, touros e humanos, demonstrando que é possível telecontrolar tanto as reacções motoras quanto as emotivas: foi-lhe possível induzir medo, raiva, luxúria, hilaridade, loquacidade e há um vídeo na internet com as imagens de uma tourada em 1963, em que Delgado toureia com um dispositivo telemático nas mãos. Um dos seus pacientes, que tinha tentado resistir aos estímulos, afirmou que a electricidade controlada pelo doutor era mais forte que a sua vontade. Chamado de *technological wizard* pelos colegas, Delgado concentrou a sua atenção no controlo da agressividade e na cura da epilepsia em sujeitos refractários aos fármacos. Acerca da primeira afirmou: "*The old dream of an individual overpowering the strength of a dictator by remote control has been fulfilled, at least in our monkey colonies*"[1]. Em 1969, publica *Physical Control of the Mind: Toward a Psychocivilized Society* no qual afirmou que a conquista da mente irá produzir um humano melhor, menos cruel e mais feliz. Em 1970, os investigadores F. Ervin e V. Mark, em *Violence and the Brain*, sugeriram resolver por estes meios o problema das revoltas dos afro-americanos nos centros urbanos e em 1972, R. G. Heath tentou mudar através da estimulação eléctrica, a orientação sexual de um homossexual. Desde os anos cinquenta Heath, financiado tal como Delgado pelo exército, levou avante experiências com afro-americanos da penitenciária de Louisiana, que serviram como cobaias humanas. Ainda em 1972, numa audição perante o Congresso, o psiquiatra Peter Breggin, que combate até hoje os abusos da psiquiatria e da indústria farmacêutica, com especial atenção à medicalização das crianças, acusou estes cientistas de estarem a criar uma sociedade onde quem se desvia da norma é mutilado, definindo Delgado como o maior apologista do totalitarismo tecnológico. Em 1974, Delgado foi convidado a ajudar a organizar a escola de medicina da universidade de Madrid, e aí dedicou-se a métodos menos invasivos, como a alteração de estados emotivos através de capacetes dotados de eléctrodos. O seu último livro, de 1989, chama-se *Happiness*.

Na sequela do projecto *BRAIN Initiative* (*Brain Research through Advancing Innovative Neurotechnologies*), lançado em 2013 pelo governo Obama e financiado com 300 milhões de dólares cada ano para dez anos, a DARPA (ver Mapa n.8 Dez.2014/Fev.2015) destinou 70 milhões de dólares à universidade da Califórnia de São Francisco (UCSF) e ao hospital geral do Massachusetts, para desenvolver implantações neuronais capazes de controlar as emoções dos pacientes psiquiátricos. Esta nova linha de investigação tem sido chamada "*affective brain computer interfaces*". Um dos investigadores assoldado é José Carmena, que depois de ter adestrado por anos macacos a mexer braços robóticos com a mente (mediante eléctrodos espetados no cérebro), convida-nos a imaginar a possibilidade de um mini dispositivo telemático interceptar os nossos impulsos neuronais, para por exemplo bloquear o desejo de álcool. Como explica Justin Sanchez, manager do programa da DARPA conhecido como *Subnets* (*Systems-Based Neurotechnology for Emerging Therapies*), os EUA estão a sofrer uma epidemia de doenças psíquicas e o aumento de três a quatro vezes no número de suicídios. Os veteranos de guerra que apresentam distúrbios pós-traumáticos (PTSD) também poderiam ser alvo de intervenção tecno-médica, sendo as crises de pânico de que sofrem ligadas à amígdala, área cerebral conexa às memórias emocionais. Influenciando as emoções e as percepções, os tecnocratas querem controlar o comportamento. O gigante dos dispositivos médicos Medtronic e a startup Cortera Neurotechnologies, uma spin-out do laboratório wireless da UC de Berkeley, fornecerão a tecnologia necessária, que, nos primeiros anos, será experimentada nos animais. Entretanto, o mercado dos estimuladores eletrónicos, tanto internos quanto externos ao cérebro, está em crescimento. Mais do que cem mil doentes de Parkinson já têm sido tratados com dispositivos da Medtronic e há dois anos a Food & Drugs Administration (FDA) aprovou a comercialização por parte da Neuropace de uma implantação para controlar as convulsões epiléticas. A facturação anual dos estimuladores neuronais vai à volta de 2.6 biliões de dólares. E com a injecção de dinheiro que vem da *BRAIN Initiative*, começou uma nova época de frenesim em torno das tecnologias, e desta vez o alvo são as nossas emoções, desejos e pensamentos.

No âmbito europeu, o *Human Brain Project* responde à corrida ao armamento neurológico americano. O seu decenal objectivo, financiado com um bilião de euros, é a criação de um *supercomputer replica of the human brain*. Coordenado pelo israelita Henry Markral, este projecto foi alvo de uma petição assinada por mais de seiscentos cientistas e investigadores europeus (há um ano atrás) que, além de denunciar a falta de transparência na gestão do orçamento, protestam pelo facto desta iniciativa ter surgido como uma decisão tomada do alto, embora implique uma participação de cinquenta por cento dos custos por parte dos Estados singulares. Para os cientistas indignados, não é honesto propôr a construção do supercomputador como uma solução para os problemas concretos da saúde pública, ainda por cima faltando bases científicas consistentes.

A ciência, sendo um empreendimento humano, sempre foi e sempre será alvo de controvérsias e brigas de poder. Vigiar a actividade da comunidade científica é uma tarefa política. Uma crítica da economia política da investigação científica é o mínimo que se pode fazer quando somos obrigados a pagar impostos e a ser afectados e arrastados pelas consequências das inovações tecnocientíficas. Vigiar e denunciar os abusos é a fase inicial de um processo de apoderamento do conhecimento e da sua organização social. Ficar na paranóia conspiratória é que não presta. Antes pelo contrário. Conspiremos em resposta às intrigas do poder. A ideologia transhumanista está a infiltrar-se nas instituições, influenciando o imaginário e explorando o trabalho de muitos. Por isto, não se podem aceitar, sem mais, as palavras do Delgado que dizia: "Pode-se evitar o conhecimento? Não se pode! Pode-se evitar a tecnologia? Não se pode! As coisas seguirão em frente apesar da ética, apesar das crenças pessoais, apesar de tudo".

Denunciar o enredo e o emaranhar actual de ciência, indústria, mercado, militares e política é uma maneira de salvar o potencial emancipador da ciência, contra os mitos, a arrogância e a ignorância opressora.

**1** O velho sonho de um indivíduo que domine a força de um ditador por controlo remoto foi concretizado, pelo menos nas nossas colónias de macacos.

# Jogo do Pau

**BRUNO AFONSO** E
**FREDERICO MARTINS**

Até ao início do séc. XX era essencial saber jogo do pau. Era uma questão de sobrevivência, de vida ou de morte. Sem guardas nem polícias, as pessoas no interior do país tinham de se conseguir defender de ladrões e animais selvagens, viajando de freguesia em freguesia, entre serras e montes, assim como nas lutas e confrontos pessoais com gentes de outras aldeias. O jogo do pau é uma arte marcial portuguesa que durante séculos se desenvolveu essencialmente no norte de Portugal, nas zonas rurais do Minho e Trás-os-Montes, e um pouco pelo sul da Galiza. Eram outros tempos. No livro "A Arte do jogo do pau", de 1886, Joaquim António Ferreira escreve: *"Quando de noite me retirar d'alguma casa, darei, á sahida da porta, uma pancada forte na soleira, sempre coberto com o meu pau para evitar alguma traição." "Quando tambem de noite, fôr bater a qualquer casa, pegarei no meu chapéo e pôl-o-hei na ponta do meu pau; e, assim que se me abrir a porta, darei uma passada forte, e ao mesmo tempo metterei o pau adiante com o chapéo em cima; se casualmente vier alguma pancada, apanhal-a-ha o chapéo e não a minha cabeça."* Podemos aqui ver como seria viver na época. Com o perigo latente, sempre presente. No norte de Portugal um homem nunca saía de casa sem levar o seu pau. "*Vivia-se num estado em que as agressões e os ataques eram sempre de recear.*"

## O VARAPAU

Como o nome indica, no jogo do pau a arma usada é um pau. Uma vara com um comprimento entre 1,50cm e 1,60cm, com uma ponta mais grossa do que a outra. As madeiras mais comuns eram o marmeleiro, freixo, carvalho, castanho e lódão — sendo que a favorita é o lódão, pela sua resistência e flexibilidade. *"O rapaz tinha-se por moço quando arranjava o seu varapau e ia de ronda com os outros; era assim como ser armado cavaleiro."* Na época, o pau, ou varapau, fazia parte da indumentária do homem do campo. Era usado como apoio nas deslocações, ou como arma quando necessário. Podemos supor que o manejo do pau, o seu uso e aperfeiçoamento como arma de combate, foi um desenvolvimento natural contra os perigos que o rodeavam. O varapau sempre acompanhava o homem. Se o homem ia a pé, o pau ia na mão. Se ia de cavalo, o pau transportava-se debaixo de uma perna, pronto para ser usado. O varapau "*só se largava de mão enquanto o moço conversava com a sua moça na lareira da casa desta, então o pau ficava à porta, para indicar aos outros que nada tinham que fazer ali.*"

> Na época, o pau, ou varapau, fazia parte da indumentária do homem do campo. Era usado como apoio nas deslocações, ou como arma quando necessário

## HISTÓRIA

O jogo do pau reinou em Portugal durante séculos, mas os registos antigos são poucos e vagos, mas sempre presentes na história portuguesa. Em 1438, o rei D. Duarte I escreveu "Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela", um dos registos mais antigos que se encontra com a técnica usada no jogo do pau. Os 'caceteiros' do rei D. Miguel durante a Guerra Civil Portuguesa (Guerra Miguelista ou Guerra dos Dois Irmãos), em 1828, eram jogadores do pau. Mas eram homens pagos para bater noutros homens por motivos políticos, a troco de dinheiro. "*Batiam em gente geralmente indefesa, com o objectivo de causar terror e calar os opositores de quem lhes pagava.*" Diziam que um "caceteiro" dá cacetadas, não joga ao pau. Durante as invasões francesas em Portugal, as guerrilhas do norte, esses camponeses nortenhos, guerreiros de foices e varapaus na mão, tiveram um papel muito importante na vitória portuguesa. "*Adeus, meu Napoleão,/ Que é quasi meia-noite,/Achaste em Portugal/Quem te désse muito açoite*" — Raul Brandão Em 1916 Portugal entrou na Primeira Grande Guerra. Muitos homens minhotos e transmontanos foram enviados para a guerra das trincheiras, e com eles foi a arte do jogo do pau. Era uma vantagem grande. Deram-se bem no manejo da baioneta e na luta das trincheiras, corpo a corpo. *"O sargento Américo Pelotas, comandando em Lacouture, uma patrulha de reconhecimento, vê cair todos os seus homens ceifados pelas metralhadoras; fica só ele, de pé, defendendo-se de seis alemães que o atacam à baioneta; destro jogador de pau, varre-os, como numa feira; quatro mordem a terra; dois fogem; e quando o valente regressa à trincheira, vitorioso, o tiro certeiro de um sniper prostra-o para sempre."* (O heroísmo, a elegância, o amor – O Mosteiro da Batalha – Júlio Dantas, 1923) *"Um exército? Mas ele não precisa de um exército além do varapau, do burro e do cão. O varapau varre uma feira, tão eficazmente como um canhão krupp"* (As Alegres Canções do Norte — Alberto Pimentel)

## ESCRITORES E CONTOS

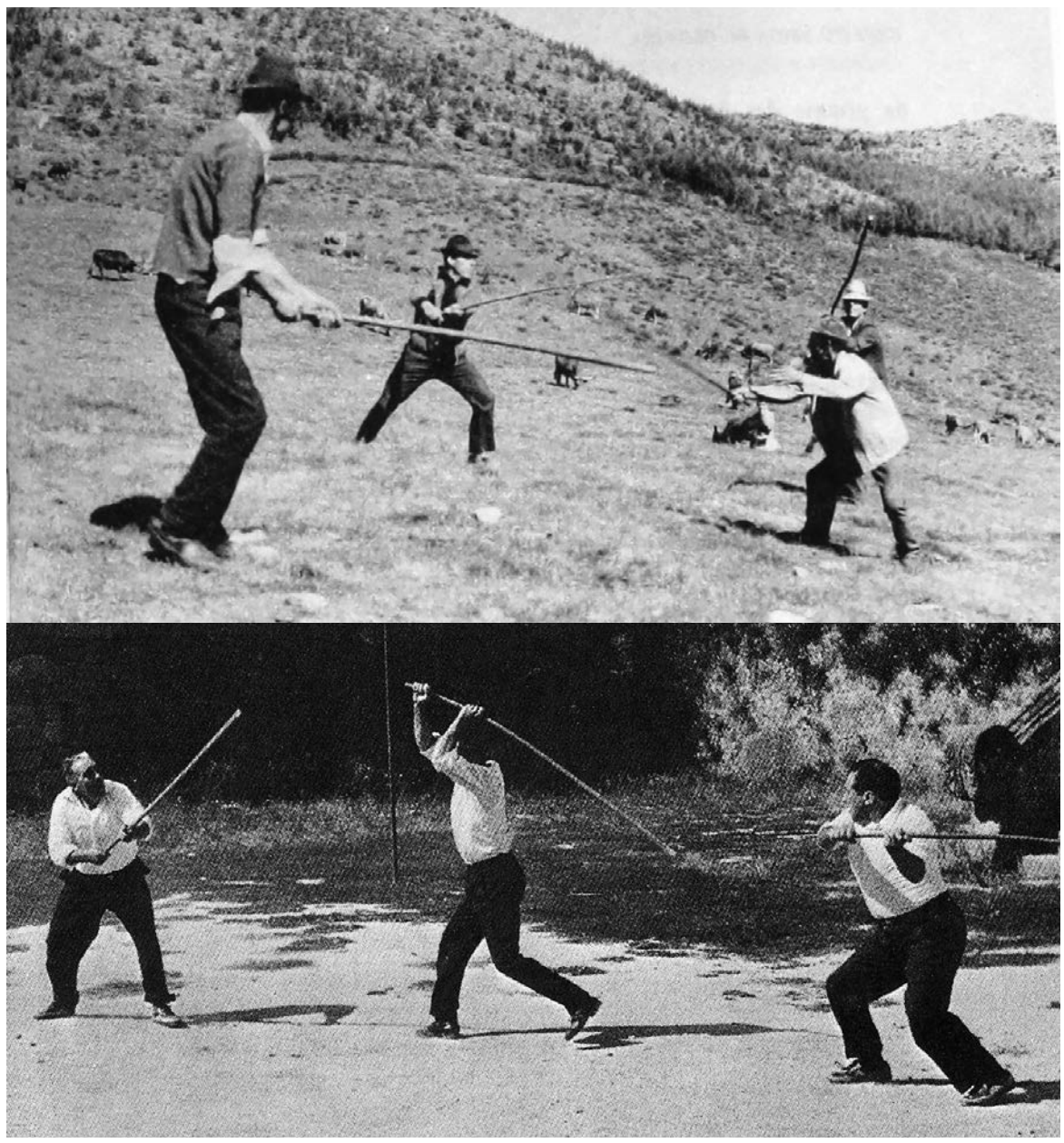
Sendo o jogo do pau uma arte essencialmente rural, quem sabia lutar não sabia ler nem escrever. O conhecimento passava pelo treino e pela prática, pela necessidade. Muitos mestres viviam exclusivamente do ensino, cavalgando de aldeia em aldeia, de região em região. Para prolongarem os dias das lições guardavam para si certas técnicas, certos segredos, de forma a terem sempre mais alguma coisa a ensinar, num dia diferente. Mas se estivessem numa freguesia diferente da sua, os mestres escondiam o seu conhecimento, dando assim vantagem à sua aldeia em caso de confronto. Existia uma tradição oral na troca de informações, mas não havia notas nem manuais. Tudo isto ajudou a que muito se perdesse. Neste sentido, o séc. XIX e início do séc. XX foram gloriosos, com escritores como Aquilino Ribeiro, Miguel Torga, Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, etc., a escreverem sobre o assunto e a incluírem o jogo do pau nos seus romances. "*Camilo de Noronha, que, já neste século foi notável como toureiro e varredor de feiras. A sua destreza no jogo de pau era tal, que chegava a um arraial, apeava e destroçava a multidão, atirando homens por terra como uma criança que derrota um regimento de soldadinhos de chumbo.*" (O Conde d'Abranhos – Eça de Queirós 1925)

## TREINAR A SÉRIO.

A única forma que tinham de treinar era jogando a sério, contra pessoas de outras aldeias, pessoas com outra arte, com técnicas diferentes. *"Já os antigos diziam que pancada à perna não faz mossa, não mata. Pancada na cabeça já é outra coisa."* Uma vez, num almoço com o mestre Nuno Russo, ouvi a história do que se fazia para treinar contra outra gente. O jogador ia de cavalo até uma aldeia vizinha e dava 2 tostões a um moço para lhe guardar o cavalo à saída da aldeia. Então o homem ia a pé até uma tasca, bebia uns copos de vinho tinto e arranjava uma discussão com alguém. No meio das palavras erguia o varapau e iniciava a luta. Estes combates eram geralmente levados em desvantagem numérica, onde um homem lutava contra vários ao mesmo tempo. Quando o cerco apertava demasiado ou quando o homem se cansava, ele dava uma pirueta com umas varrimentas para o lado, abrindo um buraco no meio do cerco, e fugia na direcção do cavalo. Eram treinos arriscados. Punham a sua vida em perigo. Mas não havia outra forma de o fazer. Muitas vezes, membros de aldeias rivais apareciam nas festas

já com a intenção de combater. As lutas começavam à mínima provocação, ao mais pequeno pretexto. Eram lutas campais épicas. O som dos paus a cruzar o ar, a poeira levantada, os gritos das mulheres, o sangue e o vinho derramados. Destas batalhas ferozes resultavam sempre mortos e feridos. Na base das lutas estava a rivalidade entre pessoas e aldeias, ou a disputa de terras, trocos mal contados, amores perdidos, e, claro, a paixão pelo vinho. Qualquer provocação, qualquer motivo, era justificação para iniciar uma luta. E era nas lutas que se desenvolvia a técnica de jogo. Muitos queriam mostrar o seu valor como lutadores — queriam ser "o melhor dentro dos melhores". No ensaio "O jogo do pau em Portugal", Ernesto Veiga de Oliveira, escreve: "*Em certas partes, havia gestos específicos de desafio: «riscar o campo», isto é, fazer no chão um risco com o pau, e ditar uma cominação arrogante a quem o atravessasse, ou, mais genericamente, passar arrastando o pau pela frente dos inimigos.*" "*Muitas vezes, a simples comparência ou passagem do grupo adversário, sobretudo em território da frequência inimiga, era já a provocação, noutros casos, a luta era a resposta a qualquer intimação injuriosa ou impertinente.*"

Na época, por vezes também se faziam demonstrações e pequenos torneios, mas o que começava como 'brincadeira', como jogo de demonstração, rapidamente se transformava num combate a sério, duro e violento. Na sua origem estava o ego e o amor-próprio, especialmente tendo público a observar. Não era raro haver 'esperas' para desforras nos caminhos de regresso. "*Um axioma conhecido por experiência desses jogadores rurais, é que é sempre perigoso dois homens brincarem a jogar o pau, porque ninguém gosta de perder, sobretudo havendo assistência.*"



## FEIRAS E ROMARIAS

Nas feiras e romarias os melhores lutadores (puxadores) mostravam a sua arte varrendo a feira. Intocáveis, rodopiavam o varapau pela feira, partindo varas e cabeças dos valentes que se tentassem opor. Era a forma de consolidarem o seu prestígio como grandes jogadores, andando à pancadaria, provocando duelos, lutando contra outros jogadores igualmente hábeis e valentes, mostrando à terra que continuavam bons puxadores. *Ora, senhores,/ Fui eu só contra trinta/E cá só com o meu cajado/Pois senhores dei--lhe tantas/Que os levou o diabo./E elles todos armados/De fouces e de forcados./Mas assim que se viram/Com as cabeças rachadas/E os hombros deslocados/Fugiram todos/Que os levou os diabos. (Joaquim Maria da Costa, 1890)* Percorriam regiões inteiras a lutar e a marcar território. Existia uma aura heróica que rodeava estes puxadores. Muitas histórias se contavam sobre as suas proezas e façanhas. No livro do Malhadinhas, Aquilino Ribeiro escreve sobre Chico Pedreiro, de Ermesinde, que parava com o pau as pedras que dois homens lhe atiravam. Ou o Carvalho, um grande jogador do Porto, que numa feira em Aveiro lutou bem contra um grande grupo que o atacava — até que tropeçou e caiu ao chão. "[…] *nessa altura o melhor jogador dos adversários saltou para o seu lado, pronto a defendê-lo, dizendo aos seus companheiros que quem pretendesse bater no valente caído tinha que lutar primeiro consigo. ("O jogo do pau em Portugal"* — Ernesto Veiga de Oliveira*)* O jogo do pau está inteiramente ligado com os conceitos de honra e justiça. Fafe é famosa pela sua justiça popular — a justiça do pau, do cacete. Ainda nos dias de hoje mantém vivo o lema de que "Em Fafe ninguém fanfe". *Era a honra que impedia que se atacasse alguém traiçoeiramente, pelas costas; era, ainda, a honra que proibia atacar alguém que não empunhasse um pau. (Violência rural, em Portugal, na segunda metade do século XIX - Irene Vaquinhas)*

## DECLÍNIO DO JOGO DO PAU

O início do séc. XX foi o apogeu da prática do jogo do pau por toda a extensão do território português. Durante séculos foi uma arte de combate essencial na vida rural do norte de Portugal, onde o seu uso estava intrinsecamente ligado com a estrutura da vida rural. Mas a procura de uma vida melhor fora das aldeias

> É importante mantermos a sua memória, pois esquecermo-nos do jogo do pau é também esquecermo-nos da nossa história, da nossa cultura, das nossas tradições, e de um tempo onde a comunidade tinha voz, onde a justiça podia ser feita pela própria mão

levou a uma crescente migração de pessoas do Minho e Trás-os--Montes para as zonas urbanas, mais a sul do país. Desta forma o jogo do pau chegou às cidades, onde foi aceite por desportistas, por burgueses e fidalgos. Assim se transformou o jogo-combate, ou jogo-rural, em desporto, em esgrima desportiva. Foram criados grupos do Porto a Portimão, um pouco por todo o país. Criaram-se manuais com regras, técnicas, descrições de golpes e contra-ataques, com fotos e ilustrações, e um pouco de história. Havia torneios e eventos. "*Dr. João Moura Pinheiro e Arnaldo Ressano Garcia, em 26 de Março de 1907, fizeram no Coliseu um assalto memorável, luta rija, tendo intervindo a autoridade. Foram pelo Infante D. Afonso chamados ao seu camarote, conjuntamente com o seu mestre, Artur dos Santos. Aí foram felicitados e abraçados.*"

Mas hoje em dia está quase extinto. Já não se pratica na rua, já não se contam histórias nos cafés, já não se conhecem os heróis e os seus feitos. O jogo caiu no esquecimento do povo. Tenta-se agora, entre os grupos existentes e os seus praticantes, lutar pela sua memória e preservação. Ainda assim, apesar do jogo ter saído da vida quotidiana portuguesa, séculos de história, de batalhas e de cultura, não se apagaram totalmente. Podemos ainda encontrar o jogo do pau no léxico e em expressões populares portuguesas. Alguns exemplos como: "Põe-te a pau!", "Andar à paulada", "Porrada", "Bordoada", "Dar cabo do canastro", "Levar com o pau de marmeleiro", "Varrer a feira", "Metido num sarilho", continuam a ser de uso comum — assim como na gíria desportiva o uso de expressões como "Caceteiro", "Estás a dar muito pau!"…

## PROIBIÇÃO DOS PAUS NAS FEIRAS.

O declínio do jogo do pau foi progressivo a partir do final séc. XIX. A emigração para outros países e a migração para as grandes cidades, foram algumas das razões. Longe do norte, fora do seu meio natural, não havia razão para os homens jogarem ao pau ou para as crianças o aprenderem. A aquisição de armas de fogo também se tornou mais fácil, tornando o uso do pau mais obsoleto. Mas ainda no norte, com a formação de autoridades policiais no meio rural, foi iniciada a proibição do uso de varapaus, acelerando o seu declínio.

*É rara a romaria em que não haja alguma briga, que a força publica, chamada — cabos de policia — não chega quase nunca a pacificar. Vale mais a autoridade de um cavalheiro, ou de uma pessoa estimada daquele povo do que trinta cabos de policia armados de quanta força lhes pode dar o código administrativo. Nunca os lavradores em desordem se voltaram contra o homem sério, que os foi aquietar, mas contra os cabos isso são todos. ("Roberto Valença – Romance" António Augusto Teixeira de Vasconcelos, 1848)*

Quando os combates eram a matar, usava-se na ponta do pau uma lâmina (ou choupa). Essa ponta estava coberta com uma protecção de metal que logo se retirava assim que o combate começava. Por vezes, em vez da choupa usava-se uma foice (que também era usada para cortar silvas e ervas daninhas). *Nenhuma pessoa poderá usar de pau ferrado no pé ou ponta, sob pena de lhe poder ser tirado por qualquer cabo de policia, official de diligencias, ou zelador, e pagará a multa de 200 reis, para as despezas do Concelho. (Posturas da Câmara Municipal do Concelho de Cambra, feitos em sessão de 6 de novembro de 1852)*

## ACTUALMENTE

Actualmente o jogo do pau já só existe como desporto ou como arte de demonstração. Em competição mundial — contra vietnamitas, japoneses, chineses, ingleses, franceses — o jogo do pau tem-se mostrado imbatível. É uma arte de combate extremamente eficaz — sem desperdícios de energia, sem teatro, sem floreados. Serve para se defender o corpo, para sobreviver — mas quando se ataca serve para partir braços, pernas, dentes, costelas, cabeças. Serve para ser eficaz. Hoje em dia não é necessário saber jogo do pau, como noutros tempos. Mas é importante mantermos a sua memória, pois esquecermo-nos do jogo do pau é também esquecermo-nos da nossa história, da nossa cultura, das nossas tradições, e de um tempo onde a comunidade tinha voz, onde a justiça podia ser feita pela própria mão. O passado só tem importância se for lembrado. Nas palavras de Ernesto Veiga de Oliveira: "*Com o desaparecimento do jogo do pau, perde-se não só uma técnica de combate extremamente original e adequada, mas também o que restava desse clima heróico […] que ele ajudara a modelar, numa sociedade já totalmente domesticada.*"

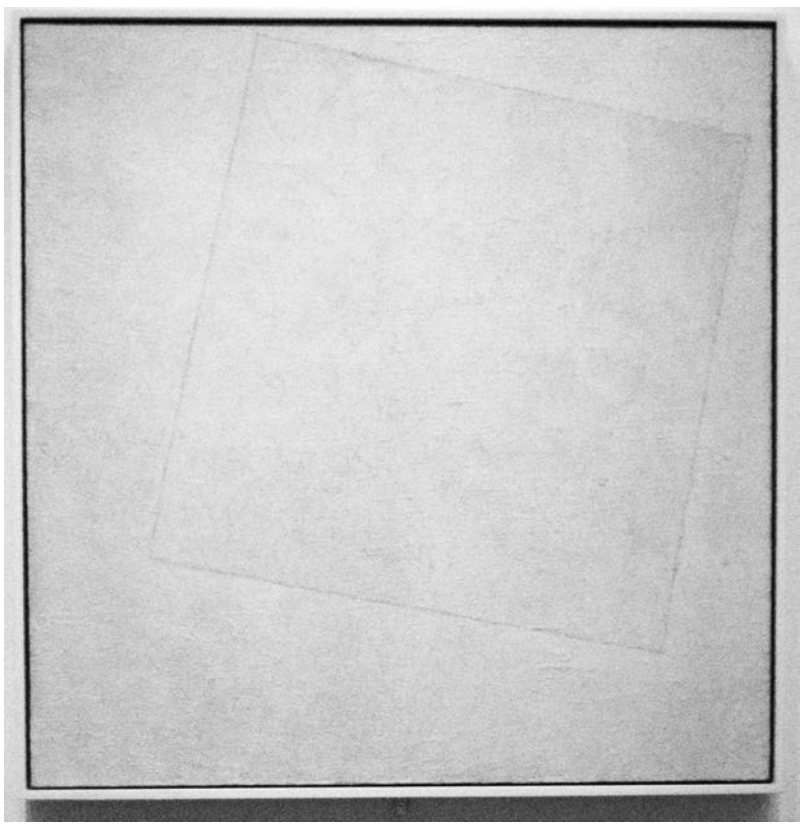
---

A versão integral deste artigo pode ser lida em **jornalmapa.pt**

# *Orgasmo negro: do silencioso grito contestatário à insurreição pulsional (Parte II)*

**MANUEL DIAS**

Como fugir da servidão em múltiplas formas dissimulada? Se elogiámos o *conhece-te a ti próprio* não podemos deixar de assinalar a manipuladora intenção oculta na prática dialógica maiêutica, onde o interlocutor, através de falsas dúvidas, é levado a tirar conclusões pré-estabelecidas acabando por reconhecer de forma consciente a sua ignorância. Nessa técnica se sedimenta o modelo de civilização ocidental suportado no homem teórico, que cultiva a idiossincrasia de um humanismo optimista atribuindo *à consciência* as qualidades do bom. A relação a *Si* que advém do contacto com outros deriva do código moral enquanto regra e passa a funcionar como *principio de auto-regulação.* Destituídas as tipicidades Dionisíacas próprias do homem Grego -acção, força, embriaguez, instinto, êxtase, vitalidade- elas são substituídas pela tendência Apolínea suportada na aparência, beleza, contemplação, simbolismo, ilusão e representatividade, que se adequariam à organização política e administrativa de então; uma democracia que dava os primeiros passos. Nietzche acusa: "*aquilo que causou a morte da tragédia, o socratismo moral da dialética, da ponderação e da serenidade do homem, não poderá ser tomado justamente por um sinal de decadência, lassidão, esgotamento e dissolução dos instintos?*" Damo-nos bem conta das reminiscências do método, apurado e sofisticado pelo tempo, nas discussões com amigos sob a forma de solilóquios, onde é notória a dificuldade em abraçar a linguagem do outro, porque "*quando comunicamos uma sensação a alguém, algo que nunca podemos conhecer acontece na outra extremidade*"(Wittgenstein). Efectivamente "*se se tem razão ou não é indiferente: ou se aceitam as regras do jogo, ou se muda de vida e de lugar*" conclui J. Sena. Mapeemos a viagem sob este paradigma.



Quadrado branco sobre fundo branco **Kazimir Malevich**

## *é sempre fisiológica a experiência profunda.**

Que encontramos quando buscamos o Eu? Será a unidade identitária uma transferência para o homem de capacidades divinas? Os filósofos apresentaram uma consciência teleológica de conhecimento *de si*; consciência *de algo*, que recorre à linguagem tanto para pensar e se pensar como para se exprimir: da teologia à ontologia o Ser mudou de lugar. Freud apresenta critica dupla; por um lado a propensão da filosofia para a síntese e construção de sistemas, por outro a sua cedência às seduções de unidade: "*é preciso combater a fundo essa necessidade dos pensadores encontrarem nas coisas uma unidade última.*" A psicanálise, em que o analista tenta responder com verdade à questão colocada pela neurose *"quem sou eu?"*, pretendeu esclarecer o grito desesperado transformando-o em discurso, numa tarefa tão complicada quanto: "*o que é requisitado pelos factos que Freud descreve sob o nome de recalcamento, complexo, regressão ou resistência, é apenas a possibilidade de uma vida de consciência fragmentada que não possui em todos os momentos uma significação única. O dito inconsciente do complexo reduz-se à ambivalência da consciência imediata.*" (M. Ponty). A acção inconsciente estabelece-se na relação de forças com o universo de regras nas quais o indivíduo se insere, e dessa *luta* nascem pensamentos muitas vezes eficientes que escondem sintomas de doença, intencionalmente censurados à consciência e aos quais não chegaremos sem a ajuda de Outro. Assim é nos sonhos onde os sinais são principalmente imagéticos: *"a interpretação é análoga à dos hieróglifos. Reencontramos certos elementos que não estão lá para ser interpretados ou lidos, mas têm apenas por função servir de determinativos, quer dizer, estabelecer a significação de qualquer outro elemento."* (Freud) Desmorona-se a soberania da consciência à medida que a tarefa do psicanalista se revela, dentro das suas enormes limitações, mais eficaz: "*o inconsciente é esta parte do discurso concreto enquanto trans-individual, que faz falta à disposição do sujeito para estabelecer a continuidade do discurso consciente. O inconsciente é o discurso do Outro; um paradoxo apresentá-lo como realidade individual "* (Lacan). O mesmo dilema se encontra nas comunidades que se atribuem determinada identidade, o que "*não significa que a identidade atribuída a si próprio seja necessariamente a expressão fiel da sua cultura, podendo antes ser a de um modelo por si idealizado, fruto de representações desajustadas da sua realidade.*" (A. dos Santos) Não é certamente fortuita a semelhança dos fenómenos individuais e sociais: "*o desejo produz o real ou a produção desejante não é mais do que a produção social.*" (Deleuze/Guatari). Onde aterramos então quando nos inebriamos nos pensamentos? O que é pensar?

## *algo apodrece em nós quando nasce uma ideia.**

Heiddeger aprofundou a questão desvelando o compromisso que estabelece a relação do Ser com a essência do homem, através da linguagem onde habita a verdade do Ser: "*a reflexão sobre a essência da linguagem não pode ser uma simples filosofia da linguagem ao estilo da metafísica moderna da subjectividade, que a tornou decadente fazendo-a sair do seu elemento.*" Apresentar a essência do homem sem questionar a verdade do Ser, como fizeram marxismo e existencialismo determinados a partir de uma interpretação fixa da história e do fundamento do mundo, funda um falso *Humanismo*: "*a **substância** do homem é a existência; a maneira pela qual a essência do homem está presente no Ser é a in—stância extática na verdade do Ser.*" Este pensamento é contra o humanismo, porque "*o humanismo não situa tão alto a **humanitas** do homem*". Isso não significa defender o inumano ou a barbárie, nem anular a dignidade do homem, que é atirado na verdade do Ser, vigiando-a, enquanto ek—sistente, para que à luz do Ser o *sendo* apareça como o que é. O Ser é o que é: nem deus nem fundamento do mundo; lugar onde reside a sua verdade. É *no Sendo;* dá-se e recusa-se simultaneamente: "*só há Ser enquanto Ser-aqui...o pensamento deve tentar, por uma resistência aberta ao "humanismo", arriscar uma impulsão que poderia levar a reconhecer finalmente* a ***humanitas de l'homo humanus** e o que a funda."* O processo aberto pelos descendentes da lógica deu origem à ruína do pensamento: *"antes de Platão os pensadores não conheciam nem "lógica", nem "ética", nem "física", como disciplinas. E os seus pensamentos não eram, nem ilógicos, nem imorais."*Opor-se aos valores não significa declarar que tudo o que se designa como tal seja um *sem-valor*; é antes uma tomada de posição contra a subjectivação que, lá onde avalia, faz do *sendo* um puro objecto. *Ser no mundo* não designa o *sendo* terrestre por oposição ao celeste e *mundo* significa a abertura do Ser. Nunca o homem está aquém do mundo como "sujeito", se entendermos a palavra como "eu" ou "nós". A nossa essência é de ek—sistentes na abertura do ser e nessa determinação não há decisões. O pensamento desce até à proximidade do mais próximo onde encara a pobreza da ek—sistência do *homo humanus* e o *homo animalis* da metafísica é abandonado, tornando mais imperiosa a construção de uma ética: "*a este estabelecimento devemos dedicar toda a atenção e cuidado.*" O pensamento que pensa a verdade do ser como elemento original do homem enquanto ek—sistente, não é teórico nem prático por se produzir antes dessa distinção, é ele mesmo ***ética original***: "*não alcançamos os pensamentos, são eles que vêm a nós*". Em cada momento histórico há apenas um enunciado do que o pensamento tem a dizer, e a obrigatoriedade que o liga ao que diz é mais eminente que a validade das ciências por ser mais livre, deixando o Ser ser : "*o pensamento trabalha para construir a casa do ser, não cria a casa do ser. Conduz a ek—sistência histórica, quer dizer, l'humanitas de l'homo humanus, no domínio em que se ergue a madrugada da isenção.*" Aí aparece o maléfico, cuja essência não consiste na pura malicia do agir humano, mas na malignidade da fúria. Só o Ser concede à isenção o erguer na graça e à fúria o ímpeto para a ruína. Importante é que a verdade do Ser venha à linguagem e o pensamento a alcance; tarefa do silêncio: "*quem imaginaria que a forma de pensar estivesse em si sobre o sentir do silêncio!"* Facilmente se entende que um projecto desta natureza é inexprimível: "*o que anunciamos em palavras nunca é o que dizemos: a poesia que pensa é na verdade topologia do ser.*"

## *para quem respirou a morte, que desolação os odores do verbo.**

Voltar-se para um *homem outro* estimulou Foucault na investigação pela origem e manifestação do Poder e suas relações com o Saber, concluindo pela *Morte do Homem.* Baseou-se em enunciados; *multiplicidades* sem constru-

ção linguística regular, desrespeitando a hierarquia de proposições e frases. Na multiplicidade *topológica*, o discurso atuante, que funda uma nova pragmática, sai de um *Fora* (pensamento) indiferente à vida e à morte, onde a formação discursiva por si só promove e exprime mutações práticas. "*Escrever é lutar, resistir, devir; escrever é cartografar!*" (Deleuze). "*Sou um cartógrafo*" (Foucault). Transpõe-se a lógica através da *positividade* própria dos enunciados e não pela negação. Sem sujeito transcendental, sem *Eu* nem *Espírito do Tempo,* há uma função primitiva anónima, que só deixa subsistir o sujeito na terceira pessoa. O poder é apresentado como programa: "*mais do que possuir o poder exerce-se, não é privilégio adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito total das suas posições estratégicas.*" (Foucault) As sociedades modernas são disciplinares por serem um tipo de poder, uma tecnologia, que atravessa todo o género de aparelhos e instituições para os ligar e prolongar. Toda a economia, oficina, fábrica ou escola, pressupõe esses mecanismos agindo sobre corpos e almas de forma operatória, sem essência. Suporta-se no modelo jurídico que iludiu o mapa estratégico adoptando a punição como função formalizada. A forma organiza matérias, finaliza funções e dá-lhes objectivos. Como se demonstra esta informalidade? Pelo diagrama, que já não é o arquivo, auditivo ou visual, mas *o mapa*: cartografia extensiva a todo o campo social das relações de forças que em permanência revelam o ímpeto constituinte do poder. Entre o visível e o enunciável há uma fenda, disjunção das formas; "não-lugar" onde se precipita o diagrama: "*não há relação de poder sem constituição correlativa de um campo de saber, nem há saber que não pressuponha e não constitua relações de poder.*" O saber é uma "prática", "dispositivo" de enunciados e visibilidades, que só existe em função de "limiares" variados, de estetização, politização, etc, marcando falhas, clivagens e orientações no estrato considerado. A condição é o "*há da linguagem*", o Ser-linguagem: dimensão que dá. O próprio sujeito que vê é um lugar na visibilidade, deriva dela. Como impedir então que o objecto escape, se a linguagem se encerra em si mesma? Através de uma terceira instância que coadapte visível e enunciável dando conta da composição estratificada das duas formas e do primado de uma sobre a outra. A força é "*um objecto de acções sobre acções possíveis.*" Incitar, suscitar, produzir, são *afectações activas* do poder, e ser incitado, suscitado, ser determinado a produzir, constituem *afectações reativas do poder*, embora as forças afectadas também possam resistir e afectar outras. As relações de forças constituem o Poder e as de formas o Saber. As duas abrem-se para uma terceira multiplicidade, que se libertou da forma dualizável afectar/ser afectado: não há *um dentro* que "*seria mais profundo do que todo o mundo interior, tal como o fora é mais distante do que todo o mundo exterior*?" O que não pode ser pensado está no âmago do pensamento, como a impossibilidade de pensar que dobra ou escava *o fora.* Não é a emanação do Eu, é a imanência de um sempre outro ou um não-Eu: "*trata-se de mostrar como é que o Outro, o Distante é também o mais Próximo e o Mesmo.*" Tal como as relações de poder só se afirmam efectuando-se, a relação *a si* que as dobra, efectua-se na sexualidade entrando nas relações de poder e de saber. O individuo vê-se recodificado num saber "moral" e torna-se questão do poder, é diagramatizado: "*na submissão ao outro pelo controlo e pela dependência e o apego de cada um à sua própria identidade pela consciência e pelo conhecimento de si*". Mas haverá sempre a relação *a si* que resiste a códigos e poderes: a luta, hoje, passa por confrontar as actuais formas de sujeição: - uma que quer individuar-nos nas exigências do poder e outra que liga cada um a uma identidade sabida e conhecida- reivindicando direito à diferença, à variação e à metamorfose. Para dobrar as forças que o compõem, o homem tem de dobrar o próprio *fora* abrindo um *Si* no homem; tornar o passado activo e presente no *fora,* para que algo de novo aconteça. É a câmara central que já não se teme estar vazia porque lá se colocou o *Si*: "*aqui tornamo-nos senhores da nossa velocidade, relativamente senhores das nossas moléculas e das nossas singularidades, nesta zona de subjectivação: a embarcação enquanto interior do exterior.*" (Deleuze). Daí o desabafo de Foucault: "*não temos que chorar a morte do homem.*"

## *o livro que depois de tudo demolir não se destrói, exasperou-nos em vão.* *

Os dois vislumbraram a abertura, mas como o suicidário que se abstém do acto no último momento, recuaram ante as consequências. Heidegger apresentou um pensamento meditante, lento e paciente, procurando o silêncio da simplicidade e o *segredo da grandeza*, que se distingue do impotente pensamento calculante. Apontou ao *homem da era atómica* a escolha pela primeira opção, com um aviso: "*nenhuma organização humana está em condições de tomar em mão o governo da nossa época.*" Foucault volta-se para as formações orientais; alude à *ars erótica* dos Chineses diferenciando-a da nossa sexualidade e da estética Grega, mas fica-se por aí. A confissão, no entanto, denuncia o alcance: "*a mesma incapacidade de transpor a linha, de passar para o outro lado. Sempre a escolha do lado do poder, daquilo que ele diz ou faz dizer*". Com efeito criar nova linguagem não destrói nem supera a linguagem. A devida ilação seria: *não penso, existo, não escrevo, resisto.* Apologia da passividade? Pelo contrário: só o silêncio não participativo, afirmativo e pulsional, pode ser foco activo de resistência e contestação a um sistema com a capacidade de tudo integrar e mercantilizar. Prática necessária à homeostasia sem a qual não se usufrui a vivência, abraçando axiomáticas dos saberes ocidental e oriental e percorrendo o caminho que Foucault intuira quando afirmou a necessidade de se "*desprender de si mesmo!* A arte já enfrentara este dilema: Malevitch em "*quadro Negro sobre fundo branco*", tenta anular a representação apagando o referente, Flaubert vivendo obsecadamente a literatura procurou um estilo onde as palavras superassem o dizível, Jonh Cage com a composição para piano de "*4'33 minutos*" de silêncio, os surrealistas e os *jogos de linguagem*, etc. Adorno sentencia: "*depois de Auschwitz não há poesia.*". Tratou-se de um grito colectivo contra a impotência da arte, que não deixou de realizar uma arte impotente. Outros procuraram experiências extra-sensoriais nos excessos do corpo desaguando no misticismo, como Artaud que, reivindicando um pensamento genitativo/esquizóide, atravessa a loucura para aterrar entre os Tarahumara onde descobre a experiência essencial: "*junto à linguagem falada outra linguagem e tento devolver-lhe a antiga eficácia mágica, a sua eficácia enfeitiçada e integra*" ou Bataille que na *experiência interior* encontra o pensamento impensável que diz o indizível, a partir de um pensar silencioso que regressa ao silêncio comunicando o transe extasiado: "*entendo por experiência interior aquilo que geralmente chamam experiência mística: os estados de êxtase, de arrebatamento, pelo menos de emoção meditada. Mas penso menos na experiência confessional do que numa experiência livre de amarras a qualquer religião que seja.*" O misticismo religioso chega à união e ao êxtase pela meditação e tem em Teresa de Ávila um expoente, sentindo-se penetrada no coração pela lança de ouro em chama que Cristo empunharia: "quando ele a tirou deixou-me em fogo. A dor era tão grande que me fez gemer e ainda assim foi superando a doçura desta dor excessiva, eu não pude querer livrar-me dela". Ascéticos investiram na instituição do signo de Deus, caso de Loiola que através de um retiro, *sem barulho, pouca luz e em total isolamento*, pretende com *Exercícios* práticos ajudar grupos na escolha divina. A técnica baseia-se na mantica e a Palavra do *Pater* liga-se ao sopro da respiração lembrando técnicas orientais, embora o modelo aqui seja mais retórico. Retira-se todo o valor ao Eu instalando o vazio linguístico e os cinco sentidos corporais são associados em oração aos mistérios de Cristo, fazendo da imagem o elemento do código. Transformando a carência de signo *em signo*, a mantica inclui no seu método: "*o lugar vazio e insignificante a que se chama zero do signo: restituído à significação, o vazio divino já não pode ameaçar, alterar ou descentrar a plenitude vinculada a qualquer língua construída e concluída.*" (R.Barthes) Sem a preocupação de erigir *novas linguagens*, talvez outro caminho se mostre eficaz. Na antiga China, antes de começar a pintar uma árvore o pintor ficava sentado diante dela durante dias, meses, às vezes anos, até ele próprio ser a árvore. Sem espaço intermédio, podia então pintá-la: "*a plenitude do silêncio só os orientais a conhecem. Lao Tse ensinou que quem sabe não fala e quem fala não sabe. E Bashô, com um cânone de apenas dezasseis silabas, fez uma das mais esplendidas poesias de que há memória.*" (E.Andrade) Como praticar o silêncio?

*Se a revolta se realiza em grupo encontra uma cadeia hierárquica, a revolta solitária acaba na supressão do revoltado pelos que se crêem detentores da normalidade. Resta a fuga."*
*(H.Laborit)*

*A acção fundada na utopia será sempre mais proveitosa do que a continuidade balística dos projectos ideológicos: se não existe uma comunidade idílica é por não existirem homens e mulheres ideais.*

*Nos próximos tempos os fluxos económicos ligar-se-ão ao deslocar de grandes massas humanas, provocadas por capacidade bélica ou gestão de focos epidémicos estrategicamente provocados.*

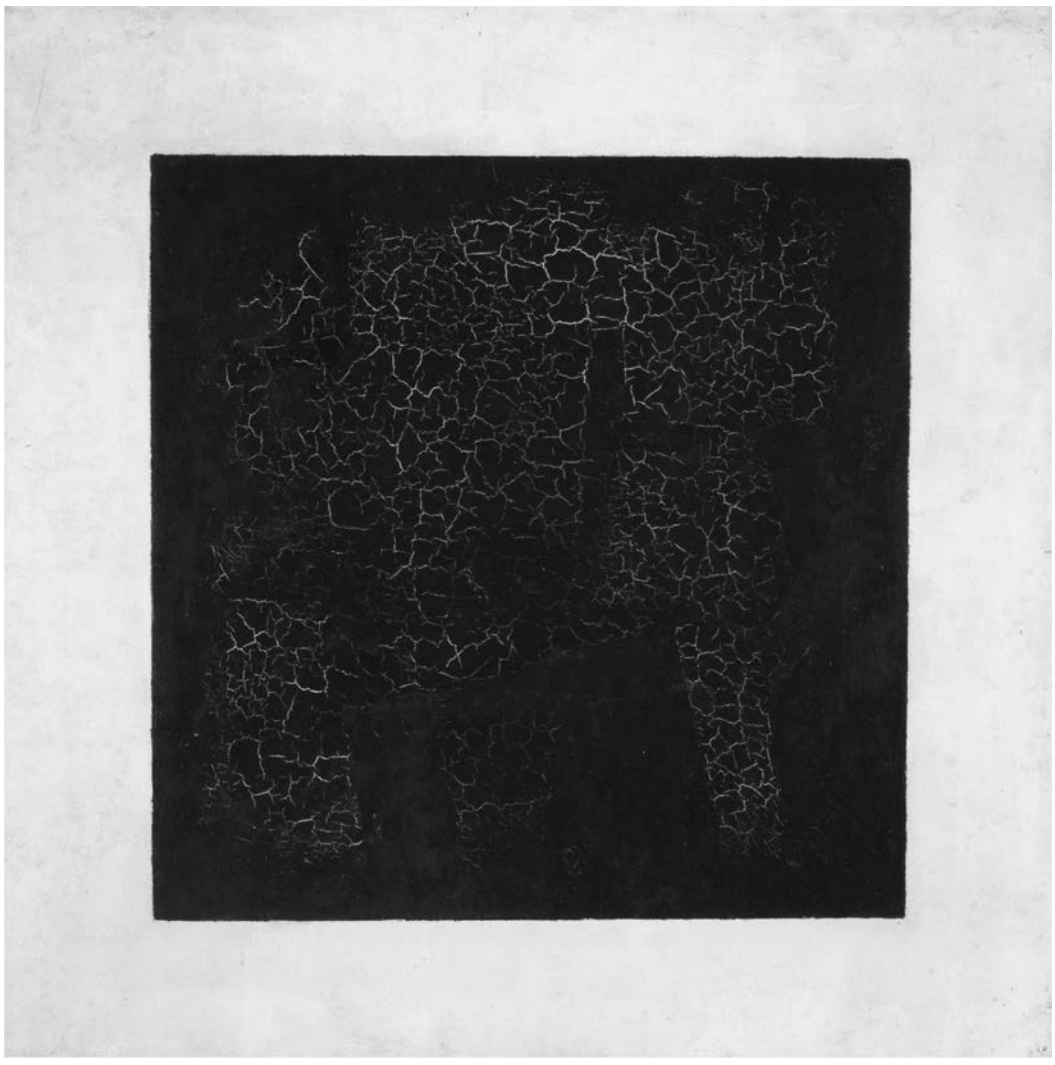
## *esperar é desmentir o futuro* *

Há que referir, desde logo, que se deve estender o silêncio a todas as formas de linguagem, com comportamentos convictos e regulares. A acção pulsional que visa a satisfação da sede, fome e sexualidade, tem de evitar o confronto com a força e hierarquia dominantes, que alienam aos outros o desejo. Mas submeter-se é aceitar com resignação a "*patologia psicossomática que nasce da impossibilidade de agir seguindo as pulsões. Se a revolta se realiza em grupo encontra uma cadeia hierárquica, e a revolta solitária acaba na supressão do revoltado pelos que se crêem detentores da normalidade. Resta a fuga.*" (H.Laborit) Estratégia que permite uma visão distanciada sem a qual somos consumidos na cegueira -fase transitória de *período autárcico* em confronto com a neurose narcísica-. (Outros escolhem as psicoses, drogas, suicídio; "*é difícil viver sem o ópio depois de o conhecer, porque uma vez conhecido é difícil levar a terra a sério*", comenta Cocteau. Inebriado nas bolas de fumo formadas pelos vapores de haxixe, Baudelaire acrescenta duas horas passadas,*"é preciso estar sempre bêbado, de vinho, poesia, de virtude, à vossa escolha!*". Khayyam serenamente, convida com um sorriso: "*como ignoras o dia de amanhã, procura ser feliz hoje. Toma uma ânfora de vinho, senta-te ao luar e bebe*". Estimando todos, Foucault prefere, sintetizando, referir os companheiros de percurso*:* "*depois de Holderlin e Nerval multiplicou-se o número de artistas que se "ensombraram" na loucura...sobre a sua consciência critica, uma surda consciência trágica nunca deixou de vigiar. É o que revelaram as últimas palavras de Nietzche, as últimas visões de Van Gogh e o que Freud começou a pressentir no fim do caminho.*" Vias de auto-destruição que anestesiam a dor; mas uma forma recalcada confirmando a derrota pulsional.) Longe de hierarquias há o imaginário onde se pode jogar com o grupo dominante até ao limite da ruptura, guardando intacta a gratificação. A acção fundada na utopia será sempre mais proveitosa do que a continuidade balística dos projectos ideológicos: se não existe uma comunidade idílica é por não existirem homens e mulheres ideais.

## *não me perguntem o meu programa; respirar não é um?*

De entre os comportamentos urgentes ressaltam quatro pilares: satisfazer as necessidades de forma gratificante produzindo o mínimo e usufruindo do maior tempo possível -destruir o imperativo categórico da obrigatoriedade do trabalho-, consumir nos limiares ínfimos, criar a máxima independência no que concerne ao auto-sustento e não

votar em eleições, "*armadilhas para parvos*" (Sartre), nem participar em atividades da organização social- a não ser, como se viu, pelo prazer provocatório do jogo. Um estudo realizado em várias tribos, dos nómadas do deserto do Kalahari aos agricultores sedentários ameríndios, revelou uma média de trabalho diário inferior a 4 horas: "*o desprezo dos Yanomani pelo trabalho e o seu desinteresse por um progresso tecnológico autónomo é evidente.*" (J. Lizot). Assinalar ainda que em Tupi antigo não existia o verbo ser nem correspondente e a primeira pessoa do singular era usada como terceira do plural. Esta língua era falada em toda a costa do Brasil por grupos indígenas: Potiguaras, Caetés, Tupinambás, Temiminós, Tabajaras, etc. Claramente, na história destes povos sobressai a sua luta contra qualquer possibilidade de Estado. Sem ascese, misticismo ou religião, é importante atribuirmos à respiração a importância que merece enquanto essência do nosso *estar matéria-viva*: "*não há uma só pessoa neurótica capaz de expirar profunda e uniformemente de um só fôlego. A actividade respiratória inibida pela neurose bloqueia a actividade vegetativa do organismo, criando a fonte de energia dos sintomas e fantasias neuróticas de todo o tipo.*" (W. Reich) Para atingir a desintoxicação do pensamento não basta um esforço racional; é necessário exercitar a prática *zazen: "cessação da atividade diária do pensamento. A respiração desperta-nos para a verdade de que só existe o respirar do cosmos no interior de tudo. Eis a liberdade infinita do não-eu, não-mente, não-ideia: aqui-agora apreciamos o quotidiano como se fosse um milagre."* (H.Daidô) A iluminação que povoa a não-mente desperta, transcende todas as camadas do eu impossibilitando namoricos com teorias. Uma prática diária de respiração abdominal acelera o fornecimento de oxigénio e a eliminação do dióxido de carbono, aumentando todas as capacidades vitais. Movimentos e estímulos, nomeadamente a nível hormonal, instalam no organismo tranquilidade, alterando os ritmos da atividade cerebral até ao seu funcionamento basal, onde a clareza se torna brilho: "*estranho fenómeno, a capacidade do cérebro se esvaziar a si próprio. O corpo e o cérebro, parecem mergulhar em profundezas imensuráveis, em estados de incrível sensibilidade e beleza. O fluxo interior e exterior da existência formam um único movimento." (J. Krisnamurti)* São, além do mais, imensas as vantagens salutares destes ritos, uma vez que na região abdominal há mais concentração de gânglios vegetativos e lá se encontram os geradores de energia biofísica: *plexo solar, plexo hipogástrico e plexo lombo-sagrado.* Analisemos alguns distúrbios provocados pela inspiração crónica do tórax que bloqueia sensações e afectos orgânicos: *hipertensão cardiovascular* (os vasos sanguíneos são contraídos e restringidos no seu movimento pulsatório), *reumatismo muscular* (criação de nódulos reumáticos resultantes do depósito de substâncias sólidas nos feixes musculares), *efisema pulmonar* (provocado pela falta de elasticidade contraída nas fibras dos brônquios), *úlcera gástrica* (devido ao aumento de acidez e à retração dos nervos autónomos que reduzem a resistência da membrana mucosa ao ataque do ácido), *espasmos dos músculos anulares* (ataques espasmódicos à entrada e saída do estômago, obstrução intestinal, hemorróidas e vaginismo*), doenças do sangue (*clorose e outras anemias), *excesso de dióxido de carbono no sangue e tecidos* (campo de cultura para todos os tipos de cancro), tiques, epilepsia ou obesidade. A respiração influência directamente as nossas emoções e quando se expira lenta e profundamente surge na corrente sanguínea *endorfina*, (a hormona estimulada pela heroína), que afecta o córtex e ajuda a esquecer e eliminar receios e pavores, regulando a função orgânica. "*O objectivo dos exercícios respiratórios é estimular directamente os vários órgãos do corpo, através da ativação de milhões de vasos capilares, e activar a função tensão/relaxamento no sistema nervoso pela modificação da pressão abdominal no movimento do diafragma e dos músculos abdominais."* (T. Nakamura) Mas caminhos idênticos podem levar a fins diversos; nada do que se disse pode de nenhuma forma encontrar qualquer ponto de contacto com intenções *New Age*, nem com modas como o yoga, Reiki ou Meditação Transcendental feitos em vãos de escada da associação do bairro. "*A essência da ideologia budista do Nirvana também proporciona uma interiorização nos exercícios. Mas o objectivo é combater os impulsos afectivos para conseguir paz e o rito é reminiscência da ambiguidade das acções compulsivas*" (W. Reich)- outras formas de ascese, portanto-. De qualquer maneira, torna-se imprescindível experimentar esse estado natural: "*lá estava aquela energia poderosa; e nenhuma onda de pensamento podia corrompê-la reduzindo-a a uma recordação. Os olhos e a respiração, dela participavam. Era a destruição pura e absoluta, porque só então pode existir o novo.*" (J. Krisnamurti).



**Quadrado preto sobre um fundo branco de Kazimir Malevich**

## *Operações do tédio ultrapassam em eficácia as das armas e das ideologias.**

O pensamento nasce de uma energia desviada, é anti-vegetativo, e funda-se num recalcamento primário, o que deveria consignar importância suficiente para colocarmos em causa a sua legitimidade como baluarte de orientação, desvalorizando, relativizando e deshierarquizando a sua função: "*sou uma pessoa normal, penso o tempo todo, mas tenho a mente treinada, não sigo os pensamentos, eles vêm, mas não me afetam. Quando vemos com clareza, não temos que pensar."* (L. Rinpoche) A linguagem não alcança o mistério: onde ela se detém é necessário iniciar o percurso sem rasto que sobrevoa as raízes da ek—sistência. Nesse silêncio negro, indizível, cada um se *ouve e vê* sem duplicações, sabendo o que de melhor no fazer pode proporcionar-lhe aquele equilíbrio que permite o florescer da vida. A axiomática encontra o ritmo da luz perseguindo um fim que não sendo nunca o mesmo nunca é alcançado, evitando habituação, indiferença ou satisfação, ao atravessar a eternidade em mutação constante. Esse espaço, povoado de pulsões, não pode nunca designar-se como *vazio:* aí se encontra caucionada a intenção real e objectiva da escrita que se realiza no silêncio: "*espaço dinâmico, com as suas maravilhosas danças de tensões e descargas é a terra onde o movimento floresce… Não há espaço sem movimento nem movimento sem espaço. Estabilidade e mobilidade alternam sem fim!"* (R.Laban) Grau zero do corpo: lugar onde o inconsciente *é consciência*, não *de*, não representação, mas consciência irracional atravessada por fluxos vitais dissolvendo-se em coisa. Um grupo de indivíduos praticantes desta *arte* é foco estratégico de resistência e contestação; comunidade de pacíficos guerreir@s, sem medo da morte porque despovoad@s de identidade. É chegado o momento de destruir o dogma que avalia o capitalismo como moribundo às portas da implosão, já que o sistema conta sempre com a reprodução massiva dos escravos que lhe garantem longevidade: (nos próximos tempos os fluxos económicos ligar-se-ão ao deslocar de grandes massas humanas, provocadas por capacidade bélica ou gestão de focos epidémicos estrategicamente provocados. Podem rejubilar os reformistas; há tanto tanto *discurso de consciência critica* a produzir para massajar a neurose narcísica!) O que se propõe é acabar com a ciência? Não, imaginamos uma ciência que se mova pelo conhecimento não enredada em dogmas, que incorpore outros saberes, sirva o homem e não se sirva do homem, mais actuante no objectivo de lhe criar melhores condições de vida, mais lazer e ócio, mais divertimento e convívio -sem estratégias calculistas-. O que se propõe então é acabar com a família? Não, imaginamos uma família outra, que invista na higiene mental, no saber, na harmonia e na amizade. Propõe-se acabar com a linguagem? Não, deshierarquizamos o pensamento atribuindo-lhe menos importância nas decisões práticas e um carácter lúdico/didático, que como gozo nos permita divertimento e satisfação e nos faça crescer para dentro, instituindo uma comunicação mais baseada no corpo que na lógica. Sugere-se a criação de novas relações interpessoais; sem vontade de domínio ou submissão, em liberdade total: amizade não é quando "*dois seres situados no mesmo espaço, são um para o outro objecto de gratificação? E não será isso possível na ausência de um desejo de domínio ou aceitar da dominação?*" (H. Laborit) Sugere-se a criação de uma nova eticidade onde a economia sexual seja base da vivência de cada um e as pulsões vitais possam dirigir-se ao Real sem máscaras. Sugere-se a ocupação de aldeias no interior desertificado e a criação de colectividades deshierarquizadas, de dimensão reduzida, em convívio harmónico com a natureza sob o âmbito de um pacifismo activo. E à violência externa como resposta à ameaça para o sistema destas comunidades, que responder? "*Mil soldados com canhões e tanques não me podem obrigar a trabalhar...O governo pode matar-me. Não vou perder nada. Ele vai perder uma pessoa à qual esperava governar. E o que é um governo sem pessoas para governar? E se a minha vontade de não ser governado valesse mais do que a minha vida?*" ( R. Marut) Tal como a prática de muitas tribos índias, o suicídio colectivo será a mais radical luta pela liberdade. Sustentados no discurso, os argumentos contêm o paradoxo que se dissolverá na acção prática: lugares onde se chega por via do silêncio não podem descrever-se por palavras. A realidade é uma orgia químico-orgânica do universo onde somos energia cósmica evolutiva deslizando no tempo sem orientação, rumo ou sentido, avançando e recuando, atravessando fronteiras, limites e buracos mergulhando no silêncio negro. Aqui se navega num oceano de respiração inebriante e onírico; lugar outro para o corpo: semiótica não sintática, semiologia sem signo, fonema do nervo, sangue, esperma, lágrima, riso, urro, grito, gemido, baba, fonema do êxtase e excesso numa serenidade simples! "*Mais vale experimentá-lo que julgá-lo, mas julgue-o quem não pode experimentá-lo!"*(Camões). Deambulemos pela noite dentro num agora nunca melhor vivido, à boleia do orgasmo que atravessa o espaço aterrando no silêncio negro em fundo branco.

* E.M. Cioran

# *Felizmente continua a haver luar!*

Jorge Valadas · Janeiro 2016

Foi um choque, mas não ficamos surpreendidos.

Anos de guerra e barbaridades, de Guantanamos, de bombardeamentos diários, de sociedades destruídas, arrasadas, com milhões de deslocados e de refugiados, com centenas de milhares de mortos, com milhares de torturados, de espíritos afectados que buscam conforto e vingança no irracional e no fanatismo religioso. Como e porquê seria possível escaparmos à barbárie que os poderes do mundo dito «civilizado» engendraram e alimentam? As «Primaveras Árabes», movimentos novos que conseguiram deitar abaixo duas grandes ditaduras do Médio Oriente, foram vistas com desconfiança. Acabaram cercadas e esmagadas pelos religiosos e os antigos senhores disfarçados de democratas, esses sim apoiados pelos diversos poderes de sempre. Assim, dizia eu, não tínhamos o direito de ficar surpreendidos, ainda que tenhamos também ficado revoltados, porque os mortos foram os mortos de uma guerra que não é a nossa mas que é feita em nosso nome. E que vai continuar. Tínhamos também o dever de perceber o porquê. Preocupação que não foi a de todos, longe disso. Dias depois do massacre realizado em Paris pelo comando do Estado Islâmico em guerra com o Estado francês, o jornal *Público* saía com o título: «A pergunta que não tem resposta é esta: Em nome de quê ?» [*Público*, 15/11/15]. Estamos perante um exercício exemplar de jornalismo. Porque a frase anuncia claramente que a pergunta não aceita nenhuma resposta, sugere que há perguntas que não têm resposta e portanto não se justificam? Ou trata-se de mais um caso de controlo das ideias segundo os interesses do poder político-económico dominante? O exercício é arriscado e a sua eficácia frágil, porque sabemos que o espírito, como tudo, tem horror do vazio e procurará sempre resposta. No racional ou no irracional. Neste caso, evidentemente, o objectivo é evitar que se pense de forma crítica sobre os acontecimentos que nos são impostos.

O massacre de Paris fez, num só dia, um número de mortos idêntico ao que é contabilizado, todos os dias e desde há três anos, na Síria… Os mortos, os massacrados, os assassinados, não são termos de comparação para o pensamento humano. O horror não se reduz a números. Não obstante, uma das terríveis evidências do mundo «civilizado», o de hoje como o de ontem, é que os mortos não têm o mesmo valor, dependendo se são mortos dos países «civilizados» ou mortos dos países «a civilizar». Evidência que nos é familiar neste país de brandos costumes violentos onde esta contabilidade desigual tratou os mortos da colonização e, depois, os da guerra colonial.

Pouco tempo depois do massacre, um dos responsáveis deste horror permanente, o Estado francês, instalou o estado de emergência, que logo se revelou ser um estado policial, uma variante do modelo chinês do controlo social, onde o poder judicial é em parte substituído pela instituição policial. E o projecto do governo socialista – que se candidata a ser um dos governos mais reaccionários do pós-guerra – é agora de o prolongar de forma institucional. Isto é: diluir o que eles chamam «Estado de Direito» num «Estado de Excepção». Isto confirmou que o Estado Islâmico atingiu um dos seus objectivos, fragilizar o Estado francês e instalar o medo e a paranóia numa sociedade onde a mistura de populações é uma riqueza humana. A versão oficial do Estado francês é que esta evolução é a única resposta ao terrorismo. Ora, em poucos anos, foram promulgadas mais de dez leis antiterroristas sem efeito numa democracia representativa cada vez mais autoritária. Mata-se facilmente um manifestante pacifista numa mobilização ecologista mas não se encontram os organizadores de um ataque militarmente bem organizado. E qualquer criança sabe que o chamado terrorismo funciona melhor numa sociedade autoritária onde o medo divide e atomiza. Então? Convém saber por que razão as direcções ideológicas dos meios de comunicação social, a do *Público* entre outros, não fazem a pergunta: «Em nome de quê», o estado de emergência?

*Pouco tempo depois do massacre, um dos responsáveis deste horror permanente, o Estado francês, instalou o estado de emergência, que logo se revelou ser um estado policial, uma variante do modelo chinês do controlo social, onde o poder judicial é em parte substituído pela instituição policial.*

O Sr. Nacer, operário numa empresa da multinacional Veolia, perto de Marselha, tem alguns elementos para esta interrogação. O homem é um sindicalista activo e radical, tem agitado tanto quanto pode a empresa local onde trabalha e não é bem visto pela direcção, que o denunciou à polícia como alguém de estranho, radical, francês de origem imigrante. Atributos suspeitos nos tempos que atravessamos. Uma noite, dias após o massacre de Paris, a sua casa foi objecto de uma investida nocturna protagonizada por um comando, não do Estado Islâmico mas do Estado francês, que arrombou a porta e deixou apavorados os seus filhos e a mulher. Os polícias do antiterrorismo vasculharam tudo, encontraram um Corão e, mais grave, uma foto suspeita de um barbudo que se encontrava pendurada numa

parede. *Al-Qaeda,* o Nacer estava feito! Verificou-se depois – após análise por especialistas intelectuais ao serviço do Ministério do Interior – que se tratava de uma gravura que reproduzia Leonardo de Vinci! Um erro, explicou o dito ministério. Os filhos de Nacer estão com apoio psicológico, Nacer está sem trabalho e pensa mudar de casa pois os vizinhos não lhe falam. Não foi erro nenhum. É a nova maneira de tratar o pessoal mais insubmisso, a maneira «estado de urgência» de «gerir», como eles dizem, as relações sociais. Levar a luta antiterrorista para dentro das empresas, para o campo da luta social. O que o caso que se passou recentemente nos dois grandes aeroportos de Paris, que são hoje uma das maiores concentrações de proletários da grande região urbana, veio confirmar: Cerca de 100.000 trabalhadores e empregados foram controlados e interrogados individualmente pela polícia antiterrorista, mais de 30.000 cacifos de trabalhadores foram abertos e revistados. E os que tinham nos cacifos leituras como o Corão, Marx ou Bakounine… passaram um mau bocado e tiveram de se justificar. Porque esta gente com barbas é suspeita e a polícia tem um nível intelectual limitado. Enfim, uma operação que veio no momento oportuno, logo após a greve combativa do pessoal da Air France, onde um dos directores perdeu a camisa. Perante esta evolução, as burocracias sindicais manifestam-se com um silêncio amedrontado e apoiam as políticas de «segurança».

A conclusão que se impõe é que o chamado «terrorismo» é um terreno muito bem aproveitado pelos poderes que se reclamam do antiterrorismo para governar com as suas formas de terror de Estado. Antes de mais com o medo, que varre todo o espírito crítico. Não é necessário recorrer a teorias «golpistas» ou outros malabarismos intelectuais para lá chegar. Não o é porque, de uma certa maneira, os poderes ditos civilizados não têm muitas alternativas. Sem determinismos, poder-se-á argumentar que, na impotência total em que se encontram para governar a crise profunda de um sistema que reproduz desemprego, empobrecimento geral e concentração acelerada de riqueza, as classes dirigentes fazem política com as consequências dos desastres que produzem. No respeito pelos interesses dos potentes complexos militar-industriais e do capitalismo do petróleo aos quais estão enfeudadas.

*O capitalismo francês está implicado no controlo do Médio Oriente desde o fim da Primeira Guerra Mundial, apoiou e participou em todas as guerras recentes que desestabilizaram a região, da Líbia ao Afeganistão, tem mais de 9.000 soldados em operações de guerra exteriores, vendeu e continua a vender armas a todos os poderes da região, bombardeia dia apos dia o Iraque e a Síria.*

Voltemos à tal pergunta que, segundo a direcção ideológica do *Público,* não tem resposta. Num excelente pequeno livro publicado recentemente, *Le piège Daech (A armadilha Daesh)*, o estudioso do Médio Oriente Pierre-Jean Luizard aborda de forma esclarecida e esclarecedora a questão do Estado Islâmico na história recente e o papel confuso dos poderes do capitalismo ocidentais nesta nova configuração [Livro que, abro um parêntesis, deve ser em breve editado em português pela *Antígona*.]. P.-J. Luizard mostra como a emergência desta nova formação política e territorial, o Estado Islâmico, é uma resposta histórica às recentes guerras e destruições levadas a cabo pelos poderes ocidentais na região. Ele mostra que, qualquer que seja o desfecho dos acontecimentos sangrentos, toda esta zona do Médio Oriente que os ocidentais (Ingleses e Franceses) criaram em 1916 com os acordos de Sykes-Picot, está hoje definitivamente alterada. Os Estados criados na altura foram destruídos pelas guerras recentes, e o Estado Islâmico é uma nova configuração territorial e política baseada, em termos religiosos, na comunidade sunita e assente concretamente nos restos do Estado baasista de Saddam Hussein. O futuro, ou o provável desaparecimento, do Iraque e da Síria, estão ligados a esta alteração. Uma configuração geopolítica nova que os ocidentais, os russos e outros, terão, mais tarde ou mais cedo, de reconhecer. «O que distingue o Estado Islâmico de todos os outros movimentos *jihadistas* é a vontade de aplicar a *charia* a um território específico dotado de um Estado e de instituições. Trata-se de uma ruptura fundamental com a prática de *Al-Qaeda* na medida em que ele oferece às comunidades sunitas que atrai uma «saída por cima». A *Al-Qaeda,* pelo contrário, apenas oferece o terrorismo e uma guerra sem fim, com uma perspectiva longínqua pouco realista de instauração do califado». Segundo P.-J. Luizard, a armadilha *Daesh* é justamente a implicação militar actual dos ocidentais e dos russos contra o Estado Islâmico, numa tentativa desesperada de reconstruir, preservar, a partilha original desta região em Estados que estão hoje condenados, a Síria e o Iraque em primeiro lugar. Estados que lhes permitiam conservar o controlo da região e as suas riquezas petrolíferas. «As diplomacias ocidentais não parecem medir o carácter irreversível do que acontece aos Estados do Médio Oriente. (…) É evidentemente difícil de prever o futuro do Estado Islâmico. (…) Mas a sua derrota militar não seria em absoluto uma solução se as causas do seu sucesso inicial não forem tomadas em conta. (…) A «missão civilizadora» da Europa serviu de cobertura a apetites coloniais sem limites. Esta recusa de assumir o passado explica a dificuldade das diplomacias ocidentais em prever um futuro para o Médio-Oriente».

*A conclusão que se impõe é que o chamado «terrorismo» é um terreno muito bem aproveitado pelos poderes que se reclamam do antiterrorismo para governar com as suas formas de terror de Estado.*

Aqui está: «Em nome de quê» tem uma resposta. Os mortos de Paris e os do Médio Oriente morrem em nome deste afrontamento. Dizia Anatole France a propósito da Primeira Guerra Mundial, que se pensava morrer pela pátria quando finalmente se morria pelos industriais. Infelizmente, não saímos muito deste engano. Explicam-nos que morremos não se sabe porquê e afinal morremos por interesses capitalistas que eles conhecem bem. O capitalismo francês está implicado no controlo do Médio Oriente desde o fim da Primeira Guerra Mundial, apoiou e participou em todas as guerras recentes que desestabilizaram a região, da Líbia ao Afeganistão, tem mais de 9.000 soldados em operações de guerra exteriores, vendeu e continua a vender armas a todos os poderes da região, bombardeia dia apos dia o Iraque e a Síria. Durante anos não houve no discurso oficial a palavra guerra. Ela não existia! Agora, que a guerra saiu da televisão e se transformou em cadáveres nas ruas das cidades francesas, o discurso mudou e a fórmula é: «Eles fazem-nos a guerra!». A mentira é gigantesca e destina-se a fazer aceitar o curso político das coisas. Segundo Hitler, que era um astuto conhecedor da manipulação de massas, as grandes mentiras são as mais fáceis de fazer aceitar, porque «as massas» só praticam as pequenas mentiras e não imaginam sequer que as grandes mentiras sejam possíveis. A democracia autoritária e de leis de excepção pratica sem vergonha o princípio do antigo inimigo, do qual muitas das ideias acabaram finalmente por ser recuperadas pelos vencedores. Mais uma ambiguidade que estamos hoje a pagar num sistema económico e político monstruoso que tem os dias contados e que, uma vez mais, nos arrasta para o abismo.

Para já, é evidente que a única maneira de nos opormos ao terrorismo, do qual a guerra é a forma sofisticada, é opormo-nos à deriva autoritária democrática, às paranóias e aos medos, ao ódio do Outro, às separações entre os explorados. Tudo isto produzido pelo mesmo sistema que produz a guerra e o terrorismo. Uma proposta difícil em períodos em que o horror paralisa os espíritos e a acção colectiva. Mas é a esperança contra a morte.

# A CABEÇA DO AVESSO POR ROLANDO KANO

## PROIBIDO SONHAR

Quando questionamos a religião universal do «Progresso e do Desenvolvimento», na qual comunga toda a representação política, da extrema esquerda à extrema direita, temos de enfrentar uma frota de anátemas. Como se atrevem a questionar os deuses?

Depois de explicações, no mínimo acusam-nos de ser idealistas. Os realistas, os pragmáticos, crêem no crescimento, no Produto Interno Bruto.

É geral, uma epidemia de eficácia e de racionalidade parece ter-se propagado junto dos mais fervorosos defensores de um mundo melhor. É preciso ir caminhando com o capitalismo, mas, «mudando-o por dentro». É necessário aceitar o progresso que representa as indústrias que exploram, poluem e matam. É preciso «ter em conta os anseios da população» que nada mais sonham do que trabalhar para consumir e ir de férias para um país «exótico». Perante estes exemplos muito concretos de desonestidade, guardemos o espírito de rebeldia. Mais irrealista do que aqueles que se batem contra o gás de xisto, é aquele que ainda tem esperança na paz entre Israel e a Palestina.

**Ken Thompson (sentado) e Dennis Ritchie em PDP-11. Thompson desenhou e implementou o sistema operativo Unix que é, ainda hoje, a espinha dorsal da internet.**

A palavra «idealista» não deve ser considerada um insulto. Se ela já alimentou diversas gerações, espero que ela nos acompanhe até ao fim das nossas vidas. Não caiam nessa patranha que me contaram há décadas atrás: «És radical porque tens vinte anos, mas, aos trinta serás reformista e aos cinquenta reaccionário.» No entanto, posso provar o contrário.

Neste deserto do pensamento fabricado pela publicidade e pela televisão, é ainda mais arrojado contribuir para aumentar a moral. É preciso começar por sonhar, por inventar e de seguida a realidade suceder-se-á.

## O ECRÃ ANIQUILA

Hoje em dia a crítica à televisão tornou-se mais fácil, embora com presença muito forte no quotidiano, aumentou o número daqueles que a dispensam. No entanto, a internet, o seu herdeiro direto, está ainda em estado de graça.

Fala-se menos dos impactes da internet do que dos impactes do seu antepassado, e, no entanto, ambos são idênticos: adição a jogos/programas débeis, letargia, isolamento, consumo passivo de publicidade. Com a agravante de que este utensílio de comunicação transmite a ilusão de um virtual «sem limites», sem qualquer consequência para o nosso ambiente. Não é novo, mas revisitemos esse mito. Os investigadores académicos fornecem alguns dados bem reais. Somos mais de mil milhões de internautas no mundo a fazer cada dia 2,66 pesquisas, ou seja 949 pesquisas por pessoa e por ano. O que equivale, na Europa, a 9,9 kilos de $CO_2$ por pessoa e por ano, cerca de 2% das emissões de gás com efeito de estufa.

A utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) representam entre 10% e 15%. «Existe um impacto real dos TIC sobre o ambiente. Por detrás de um clique, existe toda uma infra-estrutura que não se vê, desde a pequena sala de máquinas aos grandes *data centers* que consomem grandes quantidades de energia. Um clique tem claramente um impacto ecológico.»

Com tantas petições e *cyber* apelos para salvar o planeta, a internet veicula uma segunda ilusão: a de poder fazer acções empenhadas ficando sentado defronte do ecrã. Os militantes passam imenso tempo no computador a fazer circular as informações e a dilacerarem-se em discussões com uma violência que só a ausência de uma verdadeira relação permite (Cédric Biagini).

Recordo uma resposta que obtive, alguns meses antes de surgir o nº0 deste jornal crítico, quando se andava a convidar pessoas para este labor: «Não vale a pena fazer uma publicação em papel». Há gente que vê na internet o anúncio da democracia directa. Um utensílio de difusão «horizontal» de informação, em suma, o alfa e o ómega da revolução.

Não é fácil opormo-nos a tais argumentos sem de imediato sermos acusados de reaccionários. Criticar o automóvel (chamar auto a um veículo que para se mover necessita, por exemplo, de petróleo, é um exagero) ou a televisão, ainda passa, mas criticar a única promessa de emancipação dos tempos modernos é que não.

E, no entanto, há muito por questionar e não somente desde um ponto de vista ecológico, mas, desde um ponto de vista pessoal, humano, ético. Quantas horas passamos por dia a «navegar» na internet? Qual é o retorno? O que é que podíamos fazer em vez disso? Descansarmos? Ler um livro? Jardinar? Relacionarmo-nos num bar, numa colectividade mais do que no centésimo «debate alternativo» virtual?

Sobre esta impressão de abundância cultural que a nova tecnologia transmite, há que denunciar a perda de tempo que daí decorre. Não é por termos a possibilidade de consumir mais informação que nos tornamos mais cultos. Não é enchendo, como quem enche chouriços, de conteúdos de tipo cultural os múltiplos canais que estão à nossa disposição que se constrói saber. Isso necessita de tempo. É exactamente desse dom que a Técnica nos priva. Pretendendo fazer-nos ganhar tempo, na realidade rouba-nos tempo a todos.

Dito isto, vou fechar o computador, uma vez que é do caraças fazer moral quando tive de passar uma hora a transcrever para suporte electrónico este texto escrito à mão.

**CRÓNICA »**

# *O patriarcado veste Gucci?*

**CIDÁLIA DANTAS**

"Mulheres ao poder". Foi o título escolhido para uma recente produção da revista Vogue Portugal onde participaram as três pré-candidatas às eleições. O cabeçalho continuava: " (…) são as nossas presidenciáveis, mulheres que se anunciam CANDIDATAS ao mais ALTO CARGO DO ESTADO". Não pude deixar de notar uma condescendência inadvertida nesta frase, um pouco à maneira do sempre humorístico título da revista – *Mulher Moderna na Cozinha* – mas neste caso um pouco mais grave por se tratar, de algum modo, dos modelos de "mulheres emancipadas" que a nossa sociedade propõe.

Mas a cereja no topo do bolo têm de ser as fotos de corpo inteiro das candidatas que ocupam toda uma página. Nelas temos duas manchas de texto. Uma, um excerto da entrevista com a finalidade de ilustrar as convicções e o percurso da candidata; na outra, que complementa a simetria da composição, podemos ler: Fulana Tal - Camisa em seda, *Gant*. Calças em ganga, *Diesel*. Botas em pele, *Luís Onofre*; ou então: Sicrana Tal - Vestido em tweed Gucci, Maquilhagem X, etc.

MC

O que há de deliciosamente sórdido neste artigo é o feito de se estabelecer uma correspondência entre uma representação de empoderamento feminino e um tipo de consumo segmentarizado. E não é esse afinal todo o engano a que a indústria da Moda se propõe? (Não por acaso, a capa de Abril 2015 da mesma revista anunciava em letras garrafais: FEMINISMO – Mulheres poderosas do século XXI e a moda que vestem – O estilo militar, o *power suit*, etc).

Ao assistir a estas tristes recuperações do feminismo, estou cada vez mais certa que a publicidade visa atuar sobre nós como um proxeneta, tirano e ubíquo. Isto porque explora e reforça o sentimento de inadequação que advém do processo de despersonalização que ela própria criou. O futuro parece ser, para parafrasear *G. Orwell* – O rosto de uma mulher, pisado até a eternidade, por um *stilleto Louboutin*.

# Produtores e Consumidores... Em movimento

Crescem um pouco por todo o país iniciativas que procuram dar um outro sentido à relação entre produtores e consumidores. A 29 de Novembro passado reuniram em Serralves, no Porto, cerca de 80 pessoas, incluindo sete organizações locais de consumidores/produtores, no 1º Encontro Nacional das AMAP. Esta é a sigla de Associações para a Manutenção da Agricultura de Proximidade, um modelo socioeconómico que assenta numa parceria directa, baseada na relação humana entre um grupo de consumidores e um ou mais produtores, onde os riscos, responsabilidades e recompensas inerentes à atividade agrícola são partilhados entre todos, através de um compromisso de longo prazo. No debate sobre os aspectos fundamentais destas redes foi sublinhada a importância da agroecologia, associada ao modo de produção, e em nutrir continuamente a ética e valores em causa numa comunicação frequente entre consumidores e produtores.

E já no início deste ano, através da Moving Cause, a organização por detrás do encontro de Serralves, foi anunciada a formação de duas mais AMAP no Porto e em Gaia, juntando consumidores e produtores. Paralelamente, ao longo do primeiro semestre deste ano arranca o processo de criação da Rede Nacional das AMAP, com um encontro de trabalho já agendado para Março em Odemira, onde de há uns anos para cá o Cabaz da Horta aproxima pequenos agricultores ao consumidor.

Olívia Silva da ChuChuBio partilhou no Encontro do Porto a sua actividade agrícola dentro do conceito AMAP, sob o qual espera em 2016 vir a trabalhar em exclusivo. Também Nuno Oliveira, agricultor do centro da cidade de Guimarães que distribuiu os seus produtos até onde chega o seu carrinho de mão, pretende agora juntar forças com mais dois produtores e crescer a partir do conceito "boca-a-boca". Já Ana Cunha da BOA Comunidade Colaborativa de Lisboa salientou a máxima AMAP no formato de uma estrutura cooperativa.

O âmbito cooperativo é precisamente uma das vertentes que está em franco ressurgimento, como poderá haver ocasião de avaliar no Encontro Cooperativo Ritmos de Mudança que irá ter lugar em Abrantes entre 3 e 5 de Julho próximo, organizado pela Cooperativa Verdeperto. Uma das Redes que aí serão apresentadas é a Rede Convergir, hoje uma ferramenta e um mapeamento online em constante crescimento do que descrevem ser um "*movimento silencioso que tem vindo a acontecer em Portugal de inúmeras iniciativas e projectos de diversas identidades, no sentido de criar uma rede de cooperação*". Na diversidade díspar desses projectos, comunidades e grupos, a questão da "soberania alimentar" e as alternativas de economia social e solidária são uma constante e em boa parte um elemento comum.

Não é pois de estranhar que no universo clássico e académico das associações e entidades do "desenvolvimento local" esteja presente na economia social aquilo que era até há uns anos atrás propostas fora do baralho e do mercado. No II Fórum de Finanças Éticas e Solidárias, a realizar na Universidade de Faro entre 19 a 21 de Fevereiro, são alguns os contributos nesse sentido, motivando por exemplo grupos de trabalho de moedas sociais. Caso da moeda social para as trocas de um grupo de produtores e consumidores do Porto ligado à Associação Moving Cause. Ao longo de 2016 todo este movimento pode ser acompanhado nas emissões online da Rádio Manobras onde "*O Som É a Enxada*". **F.N.**

*Na descoberta da natureza e memória das resistências, por entre propostas de percursos pedestres.*

# Ao salto dos montes: **Terras do Demo**

Chamou-lhe Aquilino Ribeiro "Terras do Demo" às serranias beirãs onde nasceu a sua escrita, aquela que não poderemos prescindir se alguma vez quisermos entender o primitivo sentido das gentes na sua relação com a natureza. São do Demo por serem "onde nunca Cristo ali rompeu as sandálias, passou el-rei a caçar ou os apóstolos da Igualdade em propaganda. Bárbaras e agrestes, mercê apenas do seu individualismo se têm mantido, sem perdas nem lucros, à margem da civilização". Pelas serranias as gentes não temem o Demo, porque a dureza do lugar e da vida erguiam no início do séc. XX, sem enjeitar a miséria imposta, essa dignidade que nada tem a ver com o que representava para o escritor o cúmulo da miséria moral: «ser um cão tinhoso da plebe, curvar-se perante o rei, beijar o anel do bispo, segurar a espada do nobre e mesmo assim ter medo do inferno».

Tomou-lhes parte do nome das Terras do Demo o concelho de Moimenta da Beira, Viseu, onde lançamos a proposta de três percursos pedestres, disponível no site da autarquia, e aos quais não precisamos, está visto, tanto do roteiro ou de GPS, mas sim dos livros de Aquilino. A sua Casa-Museu está no Lugar de Soutosa e por aí passa a Rota do Paiva (21 km) com início em Segões. Pelo vale do rio Paiva o

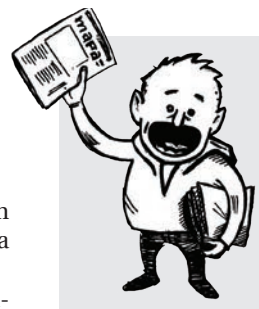
mundo rural emerge entre matas de carvalhos, castanheiros, amieiros, teixos ou pinheiros, que fustigados pelos incêndios dão lugar aos rasteiros arbustos dos planaltos. O Paiva é ladeado pela Serra da Lapa e pelo Planalto da Nave/Serra de Leomil, onde se desenvolve a Rota da Serra (26,5 km) marcada pelas panorâmicas e pelos segredos recônditos nas fragas de granito e nos sepulcros megalíticos, as Orcas. São caminhos afinal por onde andam faunos pelos bosques. Já a Rota do Távora (17 km) começa no Parque de Campismo da Barragem do Vilar. Obra do engenho de Estado que Aquilino Ribeiro não chegou a ver galgar os hortejos e margens do rio Távora, alterando a paisagem que sempre conhecera. Morreu em 1963, dois anos antes da inauguração da barragem. Em seu redor, por entre as povoações de Vilar, Vide e Rua estendem-se pomares de macieiras, vinhedos, olivais e aveleiras.

Nestas paisagens marcadas pelos muros de divisão de propriedade, esse não é motivo para não encontramos ainda sinais vivos do comunitarismo. Esse pulsar popular sempre presente no afecto do escritor. Nas vindimas da região vinícola Távora-Varosa, ou simplesmente da marca "Terras do Demo", tal como acontecia um pouco por toda a região centro-norte, deparamo-nos com as vindimas comunitárias e a ajuda mútua.

Nas vindimas de Setembro passado nas aldeias dos Prados, freguesia de Rua, juntaram-se uma vez mais cerca de 50 vizinhos para, ao longo de duas semanas, vindimarem entre a cantoria e os mata-bichos que cada vinha faz questão de ter em abundância. No final, depois de todos aí "andarem à cão" ou seja voluntária e solidariamente, é celebrado o esforço comunitário em regada festa e um porco de comensal vizinhança.

Uma outra explicação é possível para se chamarem estas serranias Terras do Demo, que não a partir do latim demoníaco de *daemon*. Talvez derivem antes do grego primitivo de *daímon*, génio natural bom ou mau, tal qual as gentes e os lugares; ou talvez mais acertadamente, Terras do grego *dêmos*, que exprime a noção de povo. O povo que encontramos na vindima comunitária e não o povo suspenso nos credos da *demo cracia*, pelo qual o elemento grego de composição *krátos* exprime a noção de governo e poder.

Por isso tudo, percorrer a paisagem das Terras do Demo, demorar-nos na leitura de Aquilino e quem sabe saborear o vinho colhido em conjunto pode trazer consigo um outro sabor da terra e… do Demo. **F.N.**



**mapa**
**Jornal de Informação Crítica**

**MAPA: Jornal de Informação Crítica**
**Número 12**
**Fevereiro-Abril 2016**

**Propriedade:** Associação Mapa Crítico
**NIPC:** 510789013
**Morada da redacção:** Largo António Joaquim Correia, nº13, 2900-231, Setúbal
**Correspondência:** enviar para morada da redação A/C de Guilherme Luz
**Registo ERC:** 126329
**Diretor:** Guilherme Luz
**Editor:** Ana Guerra
**Subdiretor:** Frederico Lobo
**Director adjunto:** Inês Oliveira Santos

**Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão, Site e Distribuição:**

M.Lima*, IA*, Filipe Nunes*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, C. Custóia, Samuel Buton, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudio Duque*, P.M*, A.P, Ali Baba*, Júlio Silvestre*, Inês Rodrigues*, Granado da Silva*, Olegário Bigodes, Rolando Kano, X. Espada, José Carvalho*, Huma*, Finja Delz, Palinho, J. Martins, κοινωνία, Manuel Dias, Pedro Cerejo, Jorge Valadas, Cota + Jano, Johan Diels, Bruno Afonso, PDuarte, Gianfranco Sanguinetti, Júlio Henriques, Mário Rui, Mickaël Correia, Cidália Dantas, Lana Almeida, Frederico Martins, Miguel Fidalgo, Tiago Baptista, MC, Zita Moura, Luís Aniceto, Zé Fernando, Val K.(valk.flavors.me)

* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

**Periodicidade:** trimestral
**PVP:** 1 euro
**Tiragem:** 3000 exemplares

**Contacto:** geral@jornalmapa.pt
**Distribuição:** distribuicao@jornalmapa.pt
**Assinaturas:** assinaturas@jornalmapa.pt
**Site:** www.jornalmapa.pt
**Facebook:** facebook.com/jornal.mapa
**Twitter:** twitter.com/jornalmapa
**Depósito legal:** 357026/13
**Tipografia:** Funchalense-Empresa gráfica S.A.

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

**Capa:** Escultura de **Duane Hanson**

mapa : Jornal de Informação Crítica

ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 12
FEVEREIRO-ABRIL 2016
3000 EXEMPLARES

# O regresso de Celso Manata

Celso Manata volta a chefiar as prisões em Portugal. O seu regresso às funções que desempenhou entre 1996 até 2001 acontece numa altura em que a sobrelotação e as condições do sistema prisional são uma verdadeira bomba relógio.

**FILIPE NUNES**
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Nos últimos anos Celso Manata foi chefe de gabinete de Isaltino Morais, em 2002 quando este era ministro de Durão Barroso, e se encontrava entretanto no Tribunal da Relação de Évora. Mas é importante recuar mais atrás no seu curriculum. Regressemos a 1996, ano de protesto nas prisões portuguesas. Na noite de 23 de Março, Celso Manata assiste ele mesmo à execução da ordem, que dera com Vera Jardim, então ministro da Justiça, junto dos presos do Reduto Norte do Forte de Caxias, que reivindicavam o acesso directo à comunicação social. Em 2009, 13 anos depois, no julgamento do pretenso motim de Caxias, um dos 25 acusados, Jaime Neves, recordava em Tribunal como nessa noite, tendo saído da sua cela para ajudar um preso, as balas de borracha atiradas pelo corpo de intervenção policial o atingiram, ficando cego de um olho, entre um espancamento geral de todos os presos. A violência gratuita da carga policial era clara, pelo que foi peremptório: Não houve nenhum motim. O julgamento terminou com a absolvição geral de todos os arguidos pela incapacidade em ser provada a acusação do motim, que foi bandeira de Celso Manata.

Os presos denunciavam a sobrelotação da prisão, o caos médico-sanitário e os tratamentos humilhantes a que eram sujeitos. Duas décadas depois, as prisões permanecem como emblema das violações dos direitos humanos. Perante a repetida situação de ruptura, o governo de esquerda volta a chamar Celso Manata, não ignorando a sua folha de serviço. Acresce que quando há duas décadas atrás assumira a chefia das prisões fê-lo silenciando as acusações públicas do director em saída (e ameaçado de morte), o juiz Marques Ferreira, do "atoleiro", "podridão" e "corrupção" das prisões portuguesas.

Dos 50 estabelecimentos prisionais espalhados pelo país, os dados de 2015 davam conta da sobrelatação de quase todos, com execepção de apenas 15. Entre 2010 e 2014, o número total de presos passou de 11.613 para 14.003 (em finais de 1995 eram 12.250). No terceiro trimestre de 2015 eram 14.237. É evidente que em 2016 as prisões estão a rebentar pelas costuras. Como lidará Celso Manata desta feita com esta panela de pressão?

MAPA BORRADO

TERRA ARROTO
QUE MARAVILHA, A FRACTURA HIDRÁULICA! JÁ NÃO SE PODIA COM ESTA INSTABILIDADE..
TERRAMOTOS INDUZIDOS POR INJECÇÃO DE FLUÍDOS TÓXICOS NO SUBSOLO
CLARO! CRISES ENERGÉTICAS? QUEM É QUE PRECISA DISSO?
GRRRR
GRRRRR
E QUEM NÃO GOSTA.. AZAR!! QUE VOLTEM PRÁS CAVERNAS ...
BLOF
É TUDO AGENTES RUSSOS, ESSES MERDAS ..
RUMBLE
OUVE LÁ' A.. A... A TERRA ESTÁ A TREMER ???
QUAL QUÊ!! TENS É DE SABER TRABALHÁ-LA ...
GRRRR
RUMBLE
GRGGGGGGGRRRRRRRRRRRRHB
ASSIM ASSIM ...
HHH
GRAAAAAAAAAAAAAAHHMMD
COMO ELA GOSTAAAAAA...
GRRR
"A PEQUENA CONTRARIEDADE PISGAM-SE LOGO!! É ASSIM QUE QUEREM O EMPREGO E A PROSPERIDADE?
BURP*
JOSÉ SMITH VARGAS

## Nacho caMacho

COTA+JANO